

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Nathalia Sisson**

**Psicanálise em ação: a relação entre técnica  
e teoria na fabricação da Psicanálise**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
graduação em Psicologia do Departamento de  
Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Monah Winograd

Rio de Janeiro

Maio de 2011



**Nathalia Sisson**

**Psicanálise em ação: a relação entre técnica  
e teoria na fabricação da Psicanálise**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Monah Winograd**

Orientadora  
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Flavia Sollero de Campos**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof. Arthur Arruda Leal Ferreira**

Departamento de Psicologia - UFRJ

**Profa. Denise Berruezo Portinari**

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2011.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## **Nathalia Sisson**

Psicóloga formada pela PUC-Rio. Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio.

### Ficha Catalográfica

Sisson, Nathalia

Psicanálise em ação: a relação entre técnica e teoria na fabricação da psicanálise / Nathalia Sisson; orientadora: Monah Winograd. – 2011.

148 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Epistemologia. 3. Técnica psicanalítica. 4. Teoria ator-rede. 5. Pesquisa psicanalítica. I. Winograd, Monah. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

A Miréia, Luiz e  
Dominique

## **Agradecimentos**

A Monah Winograd pela orientação cuidadosa e atenta.

Aos amigos mestrandos Thiago Marcellus, Joana Camelier, Larissa Mendes, Barbara Rosa, Isabel Adler, Fabiano Castro, Elen Coutinho pela companhia e incentivo.

A Tatá Freitas, Sylvia Alqueres, Elisa Aires, Marianna Tamborindéguy e Paula Legey pela paciência e pelo apoio ao longo desses dois anos.

Aos professores da PUC-Rio, pelo estímulo à produção de conhecimento.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos.

## Resumo

Sisson, Nathalia; Winograd, Monah (Orientadora). **Psicanálise em ação: a relação entre técnica e teoria na fabricação da Psicanálise**. Rio de Janeiro, 2011, 148p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa dissertação busca investigar as maneiras que a Psicanálise possui de construir ou fabricar novos conhecimentos acerca da vida anímica. Essa pesquisa, portanto, tem como objetivo também examinar o desenvolvimento da elaboração do procedimento de investigação criado por Freud, bem como sua aplicação, tendo como foco a forma pela qual esse procedimento se relaciona com a formulação da teoria freudiana acerca dos processos mentais. Além disso, examina-se as mudanças realizadas no procedimento freudiano por analistas pós-freudianos célebres pelas suas contribuições clínicas, como Ferenczi, Winnicott, Melanie Klein, Anna Freud e Lacan. Buscamos em um segundo momento relacionar a técnica e a teoria psicanalíticas utilizando autores oriundos da Filosofia, como Bruno Latour e Isabelle Stengers, nos utilizando de conceitos como o de “hibridação”, “referência circulante” e a Teoria Ator-Rede para realizar a ligação entre a prática psicanalítica e o conhecimento conceitual e teórico da ciência inaugurada por Freud.

## Palavras-chave

Epistemologia; técnica psicanalítica; Teoria Ator-Rede; pesquisa psicanalítica.

## Abstract

Sisson, Nathalia; Winograd, Monah (Advisor). **Psychoanalysis in action: the relationship between technique and theory in the making of Psychoanalysis**. Rio de Janeiro, 2011, 148p. MSc Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis seeks to investigate the way psychoanalysis creates or builds new knowledge around the mental life. Therefore, the research goal is also to evaluate the development process of these procedures based on Freud's investigations, just like its application, focusing in the relationship between the procedures and Freud's theory over the mental processes. Moreover, the changes occurred in the procedures are assessed by post-freud famous analysts and their clinical contribution, such as Ferenczi, Winnicott, Melanie Klein, Anna Freud e Lacan. Secondly, we try to relate both technical and theoretical practices in psychoanalysis from authors arisen from philosophy such as Bruno Latour e Isabelle Stengers, using concepts of "hybrids", "circular reference" and the Actor-Network Theory in establishing the connection between technique and theory, in this new science started up by Freud.

## Keywords

Epistemology; psychoanalytical technique; Actor-Network Theory; psychoanalytical research.

## Sumário

<b>Prefácio: Bachelard e Freud: a fenomenotécnica e a Psicanálise</b>	<b>9</b>
A fenomenotécnica em Bachelard	11
A Psicanálise é uma <i>Naturwissenschaft</i> ?	18
<b>1. Introdução</b>	<b>26</b>
<b>2. Freud e seu método</b>	<b>31</b>
2.1. Da hipnose à técnica psicanalítica	34
2.2. A associação livre e a atenção flutuante	40
2.3. Reformulações da técnica	47
2.4. O modelo do <i>setting</i> psicanalítico	52
2.5. A técnica psicanalítica como parte do método de pesquisa	56
<b>3. As mudanças da técnica depois de Freud</b>	<b>65</b>
3.1. Ferenczi e a técnica ativa	67
3.2. A Psicanálise com crianças: Melanie Klein, Anna Freud e Winnicott	74
3.3. Lacan e o tempo lógico	83
<b>4. O método de traçar associações</b>	<b>90</b>
4.1. A dissolução ontológica sujeito/objeto e a hibridação	97
4.2. O conceito de translação e a referência circulante	103
4.3. A teoria ator-rede (ANT)	110
<b>5. Pesquisa terminável e interminável em Psicanálise</b>	<b>118</b>
<b>6. Conclusão</b>	<b>138</b>
<b>7. Referências bibliográficas</b>	<b>142</b>

## Prefácio

### Bachelard e Freud: a Fenomenotécnica e a Psicanálise

Quando nos propomos a refletir sobre os modos como a Psicanálise consegue realizar novos conhecimentos sobre a vida humana e sua atividade psíquica, é inevitável percorrermos o terreno das discussões sobre a relação entre a Psicanálise e a Ciência. Isto ocorre, em grande parte, porque tal tema foi tratado pelo próprio Freud em diferentes trabalhos e em diferentes momentos da construção de seu pensamento, como será mostrado mais adiante neste prefácio.

Freud preocupava-se em defender não só que seu pensamento e sua experiência davam origem a uma teoria coerente dos processos anímicos, mas também como esta teoria era dotada de pertinência *científica*. Inaugura-se, neste momento, um campo (muitas vezes de batalha) no qual se debate a qualificação dos postulados freudianos e tenta-se definir de qual lado da fronteira a Psicanálise teria direito de possuir seu passaporte: da ciência ou dos saberes não-científicos.

Este prefácio não tem como objetivo, no entanto, realizar um mapa desta discussão ou um plano de guerra, mas sim falar de um encontro que se dá neste campo, encontro que tem a característica de imprimir um tom amistoso ao debate. Daí um dos interesses em se aproximar Freud de Bachelard e observar o diálogo possível entre os dois.

Ambos concordam com o fundamento segundo o qual conhecer é um bem. Freud abominava o misticismo (Freud, 1933), e Bachelard era também radicalmente contra tudo o que lembrasse o primitivismo do espírito pré-científico (Bachelard, 1991; 2005). Além disso, tanto Freud como Bachelard tomam a técnica como marca fundamental da Ciência, o que possibilita que novos saberes sejam alcançados. É através de um domínio da técnica correta e de sua associação com o pensamento que a Ciência pode progredir, conhecer e formular novos objetos (Bachelard, 1978a; Freud, 1933a, 1940).

Enquanto a preocupação de Freud nesta discussão é apresentar sua concepção de como a Ciência funciona – o que é feito em 1914, no texto “Introdução ao narcisismo”, 1915, em “A pulsão e suas vicissitudes” e principalmente na conferencia 35, em 1933 –, argumentando que as técnicas de

uma ciência e sua articulação com uma racionalidade específica são determinantes para que um saber seja considerado científico, não fica claro, contudo, de que modo aconteceria a transição entre a técnica e a racionalidade a ela atrelada, ou, dito de maneira diferente, como se passaria da técnica à teoria.

Nos artigos técnicos escritos por Freud entre 1911 e 1915, há a tentativa de descrição das medidas que devem ser tomadas pelos psicanalistas para que a teoria se torne possível, verificável e tenha efeitos terapêuticos (Freud, 1904; 1911; 1912a; 1913; 1914a; 1915a). Além disso, na medida em que a teoria freudiana se modificou, houve reformulações também da técnica, ainda que seu aspecto geral não tenha se modificado (Freud, 1937a; 1937b; 1940). Em Freud, como será mostrado mais adiante, a técnica constitui o preceito básico a partir do qual as doutrinas científicas podem se erigir e ser estabilizadas.

Bachelard, por sua vez, preocupa-se em realizar o que ele chama de uma “psicanálise do conhecimento” (Bachelard, 2005). Sua filosofia tenta demarcar a cisão entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, estabelecendo como método de trabalho da descoberta científica a polêmica e um eterno questionamento do saber adquirido, com o objetivo de aprofundar-se na busca de erros. A ciência seria, para ele, eterna recusa e dúvida do conhecimento estabelecido.

A epistemologia, por seu turno, existe para (e tem como função primordial) prevenir e auxiliar os cientistas contra a falta de domínio da realidade, o que seria o grande empecilho ao avanço da ciência. Esta seria designada, “devido às suas descobertas revolucionárias, como uma liquidação de um passado” (Bachelard, 1991, p. 69), já que a ciência, para ele, devido à sua própria essência, não é nunca causa de regressão do saber; ela se orienta, do contrário, sempre em direção a um progresso manifesto, e sua história, em razão disso, é positiva, sempre na direção de um aumento de conhecimento, de modo que a compreensão torna-se cada vez mais melhorada. “A temporalidade da ciência”, segundo Bachelard, “é um crescimento do número das verdades, um aprofundamento da coerência das verdades. A história das ciências é a narrativa deste crescimento, deste aprofundamento.” (Bachelard, 1991, p. 72)

A ciência, por este motivo, pode ser causa de estagnação quando o pensamento é mal conduzido, porém ela nunca é motivo de retrocesso. Faz-se mister, então, evitar toda e qualquer possibilidade de erro, equívoco ou má

condução do pensamento, para que os obstáculos ao conhecimento sejam ultrapassados e o percurso progressivo da ciência não se interrompa.

A delimitação de Bachelard do que constitui uma Ciência parte, como em Freud, da ideia de que toda e qualquer teoria, para ser científica, deve estar atrelada e depende de uma técnica específica que possibilite a emergência e a aproximação de um objeto (Bachelard, 2005; 1991; Freud, 1933a; 1940). Todo objeto científico existe somente quando em ligação estreita com uma técnica que o fabrica, e que torna factível e legítimo seu descobrimento posterior, além de garantir a coerência interna das doutrinas científicas. Este objeto a ser conhecido tem seus limites definidos pelo procedimento que o tornou possível. Podemos dizer, então, que Bachelard torna inteligível a posição de Freud, e a esclarece quanto à relação que teriam a técnica e a teoria psicanalíticas. Para dar conta deste argumento, Bachelard parte do conceito de fenomenotécnica, tratado mais cuidadosamente a seguir.

### **A Fenomenotécnica em Bachelard**

Bachelard deixa bastante claro, como afirmado anteriormente, que para a empresa científica ser possível haverá a exigência de que se estabeleçam normas para a produção científica, bem como a necessidade da construção de uma racionalidade adequada à prática científica e de uma postura ideal do pensamento que a acompanha. Segundo ele,

“(...) a verdade científica é uma predição, ou melhor, uma predicação. Chamamos os espíritos à convergência anunciando a novidade científica, transmitindo ao mesmo tempo a uma só vez um pensamento e uma experiência, ligando o pensamento e a experiência numa verificação: *o mundo científico é portanto nossa verificação*. Acima do *sujeito*, além do *objeto* imediato, a ciência moderna funda-se no *projeto*. No pensamento científico, a mediação do objeto pelo sujeito toma sempre a forma de projeto.” (Bachelard, 1978a, p. 96).

Para que este projeto seja bem sucedido, para que haja o encontro do sujeito com o fato científico – que não se confunde com o objeto imediato, encontrado na Natureza –, o dever da ciência, para Bachelard, deve ser regulado por um estatuto rigoroso, e é ao desenvolvimento deste estatuto que sua obra se propõe.

Somente a partir da atividade científica haveria a necessidade e a possibilidade de se definir o objeto, de fazer corresponder um conceito a um fenômeno. O espírito científico é o único que tem a capacidade de realizar tal tarefa, pela união estreita da experiência e da razão. Esta união só é possível pela incorporação das condições de aplicação de um conceito no próprio sentido do conceito, para que se possa chegar a novas variações e provas experimentais de um fenômeno. As condições de aplicação passam, então, a ser parte integrante e fundamental da teoria. Em outras palavras, Bachelard nos diz que

“na experiência, [o espírito] procura ocasiões para *complicar* o conceito, para *aplicá-lo*, apesar da resistência deste conceito, para realizar as condições de aplicação que a realidade não reúne. É então que se percebe que a ciência *constrói* seus objetos, que nunca ela os encontra prontos. A fenomenotécnica *prolonga* a fenomenologia. Um conceito torna-se científico na proporção em que se torna técnico, em que está acompanhado de uma técnica de realização” (Bachelard, 2005, p. 77).

O cientista moderno, então, esforça-se para limitar seu campo experimental para assim definir um fenômeno sobre o qual buscará suas variações. Este aspecto do procedimento científico difere do pensamento pré-científico, que não limita seu objeto, e que logo após a conclusão de uma experiência apresta-se em generalizá-la a diversos domínios. No entanto, como o ideal de limitação seria predominante atualmente, a objetividade do conhecimento é determinada pela coerência e exatidão dos atributos do conceito, o que torna possível a afirmação de que “o conhecimento a que falta precisão, ou melhor, o conhecimento que não é apresentado juntamente às condições de sua determinação precisa, não é conhecimento científico” (Bachelard, 2005, p. 90).

Se o grande trunfo científico da filosofia de Bachelard é o conceito, este só pode ser criado e desenvolvido a partir do que o francês chama de *fenomenotécnica*, traço distintivo de uma *tecnociência*. Pois, para Bachelard, toda ciência é necessariamente uma *tecnociência* (Bachelard, 2005), e considera o real como uma realização, não como algo presente na Natureza: os fatos científicos são produtos da técnica, e não objetos encontrados na realidade de apreensão imediata.

Este conceito de *fenomenotécnica* é elaborado nos trabalhos de Bachelard durante as décadas de 1920 e 1930, em seus primeiros escritos epistemológicos,

tais como *Estai sur la connaissance approchée*, de 1928, *O novo espírito científico*, em 1934 e *A formação do espírito científico*, de 1938. Apesar de não ser uma noção que figura entre os escritos ou pensamentos epistemológicos mais comentados de Bachelard, como o de “corte epistemológico”, a fenomenotécnica se faz como um dos conceitos organizadores de toda sua “epistemologia histórica”, como a chama Dominique Lecourt (2006). Ainda que em uma perspectiva do processo científico a filosofia de Bachelard se assemelhe a uma “praxeologia do conhecimento científico” (Rheinberger, 2005, p 315), muito da dinâmica das ciências ascende ao primeiro plano quando nos aproximamos de seus objetos considerando-os como tecnofenômenos.

A problemática em torno desta ideia de Bachelard envolve a relação entre ciência e tecnologia, ou entre ciência e técnica, e revela como ambas as dimensões estão presentes e dependem uma da outra na invenção – ou construção – dos objetos científicos. Este conceito tem como meta

“a concepção da tecnologia não como um subproduto eventual da atividade científica, como um produto derivativo através do qual a ciência se manifesta na sociedade, mas como constitutiva do próprio *modus operandi* científico contemporâneo. Na medida em que o modo de ação tecnológico está engajado no cerne do empreendimento científico, o próprio objeto tecnológico adquire uma função epistêmica” (Rheinberger, 2005, p. 315).

Em outras palavras, a técnica é parte fundamental da prática científica, sem a qual a ciência não seria possível, pois é desta junção, desta associação entre o espírito científico e a técnica que os fenômenos científicos podem ser não descobertos, mas criados, inventados, construídos. *A atividade científica de nossa época seria entendida a partir de Bachelard, então, como o preparo conceitual de fenômenos tecnicamente constituídos.* Nas palavras de Bachelard,

“(…) é a realização do racional na experiência física que teremos de destacar. Esta realização que corresponde a um realismo técnico parece-nos um dos traços distintivos do espírito científico contemporâneo, bem diferente sob este aspecto do espírito científico dos últimos séculos, bem distante particularmente do agnosticismo positivista ou das tolerâncias pragmáticas, e sem relação, enfim, com o realismo filosófico tradicional”(Bachelard, 1978a, p. 104).

O que se tem como consequência deste pensamento é que aquilo que tende a ser percebido ou entendido como um fato – como algo dado, um evento qualquer que é parte integrante do mundo – começa a ser entendido, a partir deste

ponto de vista, como o resultado de todo um circuito constitutivo deste objeto, circuito este que é ao mesmo tempo material e racional, “humano e não-humano” (Latour, 2000). Os tecnofenômenos são, na realidade, *entidades teoricamente investidas*. O saber científico não deriva dos sentidos, daquilo que se pode ver claramente e sem intermediários, mas depende inteiramente do aspecto técnico posto em jogo para que se reúnam todas as condições necessárias para o progresso do conhecimento. Os fatos são sempre produto de um *trabalho* científico. Haveria uma solidariedade entre método e experiência, ou, dito de outro modo, é necessário que se conheça o método de conhecimento para que se possa alcançar o objeto a ser conhecido (Bachelard, 1978b). Nas palavras de Bachelard, “a verdadeira ordem da Natureza é a ordem que nós colocamos tecnicamente na Natureza” (Bachelard, 1978b, p. 155).

Os procedimentos de invenção, de colocação desta ordem na Natureza são, por sua vez, entendidos como multifatoriais, e, na medida em que o objeto científico é resultado destes procedimentos, ele encontra-se inserido e depende dos recursos técnicos que possibilitaram sua existência. Como a construção deste circuito do qual o fato científico depende acontece de maneira dialética, torna-se impossível também afirmar ou definir um ponto de início de todo o processo, tanto do lado racional quanto do lado fenomênico dos eventos. (Rheinberger, 2005).

Em um belo parágrafo, Bachelard assim resume o que ele pensa a respeito da empresa científica:

“Entre o fenômeno científico e o númeno científico, já não se tem mais uma dialética distante e ociosa, mas um movimento alternativo que, após algumas retificações dos projetos, tende sempre a uma realização efetiva do númeno. A verdadeira fenomenologia científica é portanto essencialmente uma fenomenotécnica. Ela reforça o que transparece por trás do que aparece. Ela se instrui pelo que constrói. A razão taumatúrgica traça seus quadros segundo o esquema de seus milagres. A ciência suscita um mundo, não mais por uma impulsão mágica imanente à realidade, e sim por uma impulsão racional, imanente ao espírito. Depois de ter formado, nos primeiros esforços do espírito científico, uma razão à imagem do mundo, a atividade espiritual da ciência moderna empenha-se em construir um mundo à imagem da razão. A atividade científica realiza, em toda a força do termo, conjuntos racionais” (Bachelard, 1978a, p. 107).

No entanto, para que seja possível a construção de um conceito e, conseqüentemente, de um conhecimento, deve ocorrer uma ruptura entre o

conhecimento comum, vulgar, e o conhecimento científico, e esta ruptura estabelece uma fronteira entre um “antes” e um “depois” da racionalidade científica. A racionalidade pré-científica ainda não se encontra modificada pelo que Bachelard chama de “materialismo técnico”, ou seja, a noção de uma realidade transformada pelo racionalismo, e que carrega, conseqüentemente, sua marca (Rheinberger, 2005). Além disso, a ciência ainda deve enfrentar criticamente as oposições e resistências a ela direcionadas, para que possa romper com o saber já constituído, que então se apresenta como *obstáculo*.

Sendo assim, o rigor científico só é possível se o espírito científico realizar constantemente uma severa autocrítica para evitar erros, através de uma eterna “psicanálise” do conhecimento objetivo. O termo “psicanálise”, entretanto, é utilizado aqui com o sentido de depuração e exame rigoroso dos equívocos possíveis do espírito, com a ambiciosa meta de se alcançar uma perfeição da objetividade. Para que seja possível alcançá-la, deve ocorrer todavia uma ruptura entre o conhecimento comum, vulgar, e o conhecimento científico. O pensamento pré-científico está pois “associado à noção de ‘opinião’, que ‘pensa mal’, ‘não pensa’, ‘traduz necessidades em conhecimento’. A ciência constitui-se, assim, sempre ‘contra’ o obstáculo constituído pela opinião” (Stengers, 2002, p. 36).

A experiência científica, então, vai de encontro à experiência comum e a contradiz, pois o pensamento científico baseia-se não no real, mas no artificial, na abstração que permite uma crítica racional do experimento, e que se origina daquilo que o encontro do espírito científico e a técnica possibilita. O acúmulo de verdades acontece, assim, através de um movimento *contra* um conhecimento anterior e necessariamente mal estabelecido por não dispor de elementos metodológicos adequados, cujo destino é ser ultrapassado, destruído. Para que este saber anterior seja destituído de valor, porém, deve-se recorrer sempre à crítica. Por consequência, em Bachelard esta crítica é uma constante no desenvolvimento do conhecimento científico, o qual pensa sua evolução em termos de superação de obstáculos inerentes ao ato de conhecer.

A ciência, conseqüentemente, tem como maior obstáculo a opinião, pois esta impede o conhecimento dos objetos ao designá-los pela utilidade e tomá-los como fatos. O conhecimento científico, ao contrário, é construído. Ele nunca é dado, nunca é um fato, é sempre a resposta a uma pergunta. É absolutamente necessário, portanto, que ela seja formulada a partir de problemas imbuídos de um

*sentido* para que haja produção de saber científico. É o esforço da racionalidade técnica que transforma a experiência comum em experiência científica, pois, ao não se satisfazer com aquilo que confirma seu saber, o espírito científico questiona a experiência e pode dialetizá-la, buscando nela variações e não apenas uma eterna repetição do mesmo:

“Precisar, retificar, diversificar são tipos de pensamento dinâmico que fogem da certeza e da unidade, e que encontram nos sistemas homogêneos mais obstáculos do que estímulo. Em resumo, o homem movido pela espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar” (Bachelard, 2005, p. 21)

O pensamento próprio da ciência deve, pois, encontrar-se sempre em um estado de mobilização, ser dinâmico e ter uma postura aberta para poder dialetizar todas as variáveis experimentais. Como a crítica não pode intervir direta nem explicitamente na primeira experiência, esta não pode constituir-se como base de conhecimento verdadeiro, e sim como obstáculo. A primeira experiência é informação advinda diretamente e sem qualquer mediação da Natureza, grande inimiga do progresso do conhecimento: “o espírito científico deve formar-se *contra* a Natureza, contra o que é, em nós e fora de nós, o impulso e a informação da Natureza, contra o arrebatamento natural, contra o fato colorido e corriqueiro” (Bachelard, 2005, p. 29).

Para que estas funções da crítica possam ser cumpridas, entretanto, é preciso detectar os obstáculos epistemológicos, realizar uma “regulação cognitivo-afetiva indispensável ao progresso do espírito científico” (Bachelard, 2005, p.24). Ou seja, o pensamento deve se afastar do conhecimento sensível para que possa se mobilizar e questionar as experiências. E este afastamento só ocorre na ciência instrumentada, que consegue por isso transcender a “ciência da observação natural” (Bachelard, 1978b, p. 20). Para o autor, há uma ruptura fundamental entre a observação e a experimentação, já que a primeira é sempre um obstáculo inicial, impregnada de imagens difusas, e criadora da ilusão de que sua descrição já é compreensão. Daí, neste primeiro momento, o pensamento dever abandonar o empirismo imediato e adotar um sistema que permita uma aproximação metódica do objeto, que, para Bachelard, passa pela utilização de instrumentos e técnicas pensados e construídos em função deste objeto. O sentido

do problema, contudo, não pode ser perdido jamais, pois é ele que fundamenta uma experiência fecunda, que a liga à teoria.

Para que esta conexão seja possível, ao invés de buscar uma variedade de fenômenos – como fazia o pensamento pré-científico – a postura científica provoca a variação do fenômeno. O conceito é bem definido e tenta-se objetivar suas variáveis e testar sua sensibilidade através de procedimentos técnicos previamente concebidos. O fenômeno, assim, fica mais bem compreendido e o objeto bem demarcado pode ser cercado com um rigor crescente pelo conhecimento. Este processo só pode acontecer, porém, se o produto da definição for artificial, distante da Natureza e de um empirismo evidente e colado nas imagens, sempre inconsistentes. Só quando o espírito se debruça sobre um conceito construído é que lhe é possível examinar os aspectos essenciais a este e orientar o exame para as variações possíveis e as abstrações matemáticas que garantem o valor de verdade do conhecimento científico.

Eis a tarefa do espírito científico: extrair o abstrato do concreto, purificar tudo aquilo que se encontra na realidade antes desta realidade ser confrontada com os dispositivos técnicos que funcionam como um “conjunto de regras que presidem à sua *purificação*” (Bachelard, 1978b, p. 37). Para que tal tarefa possa ser cumprida, é necessário um constante recurso de construção racional bem explícita juntamente a um equacionamento racional da experiência, determinado pela formulação de um problema. Nas palavras de Bachelard:

“É preciso então reavivar a crítica e pôr o conhecimento em contato com as condições que lhe deram origem, voltar continuamente a esse ‘estado nascente’ que é o estado de vigor psíquico, ao momento em que a resposta saiu do problema. Para que, de fato, se possa falar de *racionalização da experiência*, não basta que se encontre *uma razão para um fato*. A razão é uma atividade psicológica essencialmente politrópica: procura revirar os problemas, variá-los, ligar uns aos outros, fazê-los proliferar. Para ser racionalizada, a experiência precisa ser inserida num jogo de *razões múltiplas*” (Bachelard, 2005, p. 51).

A definição do contexto e do objeto científico através de uma racionalidade tecnicamente fundamentada faz com que também a função do cientista fique mais bem delineada, permitindo que ele estabeleça uma distância entre sua vida sentimental e sua vida científica. A mentalidade pré-científica é que mistura o observador e o objeto, e tem extrema dificuldade de romper com a

concretude do fenômeno e a intuição do observador, poluindo assim o primeiro conhecimento com afetos e, conseqüentemente, com erros.

Assim como os afetos levam as primeiras observações ao erro, outras posturas do espírito prejudicam a evolução da ciência ao provocarem uma suspensão da experiência. Por isto “a psicanálise do conhecimento objetivo deve examinar com cuidado todas as seduções de facilidade. Só com esta condição pode-se chegar a uma teoria da abstração científica verdadeiramente sadia e dinâmica” (Bachelard, 2005, p. 69).

Vê-se como a questão da técnica e sua ligação com os fenômenos ou fatos científicos encontram-se presentes ao longo do pensamento de Bachelard. No início com a delimitação do conceito de *fenomenotécnica* e de *tecnociência*, e posteriormente através da explicitação de como esta *fenomenotécnica* torna-se fundamental para que um corte epistemológico ocorra, ou como o espírito científico deve ser auxiliado por instrumentos e uma racionalidade que inclua estes últimos para que possa romper com o conhecimento do senso comum. O tema da técnica aparece em primeiro plano ao longo da produção de Bachelard.

Esta problemática, porém, era agora associada ao racionalismo científico, entendido como tendo em seu cerne (e possibilitando sua atividade criativa) exatamente estes dispositivos técnicos e instrumentos dos quais dispõe o cientista moderno. Vejamos agora o contexto da discussão sobre a cientificidade da Psicanálise e o ponto de vista freudiano, para que fique claro como o pensamento de Bachelard pode ser de grande auxílio para a Psicanálise nesta questão.

### **A Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*?**

Se Bachelard tinha como meta o estabelecimento da fronteira entre a ciência e a não-ciência, e para isso utilizou-se dos conceitos de fenomenotécnica e tecnociência, Freud encontrava-se preocupado em defender a Psicanálise e garantir a ela um espaço entre as disciplinas científicas. Sua posição em relação à dúvida se a psicanálise poderia ou não ser considerada uma ciência manteve-se consistente ao longo de toda sua vida, defendendo que a Psicanálise era uma *Naturwissenschaft* – uma Ciência Natural –, devido ao modo pelo qual ela se utilizava de uma técnica específica para realizar a pesquisa de seu objeto, o

Inconsciente (Freud, 1914b; 1923; 1933a; 1940). Não fazia sentido, para ele, pensá-la fora dos domínios deste tipo de Ciência.

Nos textos em que discutiu claramente a posição que a Psicanálise teria com relação às ciências – como é o caso do primeiro parágrafo da “Introdução ao Narcisismo”, em 1914, o início de “Pulsões e seus destinos” de 1915 e a conferência 35, no ano de 1933 –, o metapsicólogo revelou uma concepção clara sobre a produção de saber na ciência, articulando-a de maneira coerente à sua metodologia de investigação dos processos psíquicos, cujo valor considerava inestimável (Freud 1940) – para ele, a prova de cientificidade da Psicanálise era justamente seu procedimento de investigação.

Também em sua conhecida definição de Psicanálise escrita para uma enciclopédia em 1923, Freud não deixa dúvidas quanto à Psicanálise ser uma Ciência, nem quanto ao papel fundamental da técnica nas descobertas psicanalíticas. Assim segue o início do artigo:

“Psicanálise é o nome: 1) de um procedimento que serve para indagar sobre processos anímicos dificilmente acessíveis por outras vias; 2) de um método de tratamento de perturbações neuróticas, fundado sobre esta indagação, e 3) de uma série de intelecções psicológicas, alcançadas por este caminho, que pouco a pouco se foi constituindo em uma nova disciplina *científica*” (Freud, 1923, p. 231, grifo meu)

Esta publicação marca a Psicanálise como sendo simultaneamente técnica, tratamento e teoria, mostrando que os ganhos terapêuticos e o valor dos conteúdos científicos dependem da técnica aplicada. Ao longo do artigo, Freud preocupa-se em enumerar as mudanças técnicas que sua disciplina sofreu desde os primórdios, e é importante notar que os primeiros itens desenvolvidos no escrito são de caráter técnico, como a mudança do método catártico para a Psicanálise, a “regra técnica fundamental” (Freud, 1923, p 234), a associação livre, a interpretação dos sonhos e dos atos falhos. Só depois de dar conta destes aspectos é que Freud começou a esclarecer os aspectos teóricos de sua disciplina científica, para posteriormente delinear suas aplicações, terminando com uma declaração a respeito da pertença da Psicanálise à Ciência:

“a Psicanálise não é um sistema como os filosóficos, que partem de alguns conceitos básicos definidos com precisão e procuram englobar com eles todo o universo, após o qual não resta espaço para novas descobertas e melhores intelecções. Mas sim adere aos feitos de seu campo de trabalho, procura resolver

os problemas imediatos da observação, segue tateando na experiência, sempre inacabada e sempre disposta a corrigir ou variar suas doutrinas. Igual à química ou a física, suporta que seus conceitos máximos não sejam claros, que suas premissas sejam provisórias, e espera do trabalho futuro sua melhor precisão” (Freud, 1923, p. 249)

No entanto, se o que Freud pensava sobre o estatuto científico da Psicanálise pode levantar algumas questões, é importante considerar que sua visão sobre a produção científica começou a ser construída enquanto ele próprio se encontrava imerso em um ambiente de domínio das Ciências Naturais. Se nos lembrarmos de sua trajetória, veremos, pois, que sua educação formal de médico e pesquisador deu-se em meio às pesquisas acadêmico-científicas do fim do século XIX. Sua formação continuou no Laboratório de Fisiologia da Universidade de Viena, onde desenvolveu pesquisas experimentalmente controladas, o que certamente fez com que ganhasse bastante intimidade com os procedimentos investigativos da produção científica de sua época (Gay, 1989).

Além disso, é preciso compreender também o contexto alemão da época para que se possa apreender os tipos de ciência em vigor em seu ambiente cultural e científico. Apesar de Freud não fazer nenhuma referência direta às discussões vigentes sobre as definições de Ciência, ocorria, no final do século XIX e início do XX, um debate na Alemanha que ficou conhecido como “A querela dos métodos”, cuja questão central eram as condições de possibilidade do conhecimento tanto nas Ciências da Natureza quanto nas recém-surgidas Ciências do Espírito.

Considerava-se haver basicamente dois tipos de objeto para o saber: os naturais e os históricos ou culturais. Entre um e outro, entre o “natural” e o “humano”, haveria uma diferença ontológica que exigiria o emprego de métodos diversos em seu estudo (Mezan, 2007). O método das *Naturwissenschaft* baseava-se, assim, na explicação (*erklären*), e tinha como meta a explicação dos fenômenos através do modelo investigativo da Física de Galileu e Newton, enquanto as *Geisteswissenschaften* tinham como fundamento a interpretação e a compreensão (*verstehen*), buscando compreender os acontecimentos através da hermenêutica.

Nas Ciências da Natureza, um indivíduo ou grupo de indivíduos era tomado como exemplo de toda sua categoria por possuir a capacidade de englobar

em si toda a classe de seres à qual pertence: o indivíduo, aqui, encontra-se inteiramente identificado com a totalidade de sua espécie. Era preciso apreender, conseqüentemente, o que haveria de universal no espécime, e não o que ele poderia apresentar como singular ou individual. Ora, para que esta exploração fosse possível, a Natureza precisava ser entendida como dotada de constância confiável para dar a garantia de que o experimento repetido fosse igual ao anterior.

Tudo muda nas Ciências dos Espíritos, pois a investigação sobre o domínio propriamente humano revela a inadequação dos procedimentos das Ciências da Natureza: cada “objeto” apresenta individualidade própria irreduzível a uma classe no sentido atribuído ao termo pela Ciência da Natureza (Mezan, 2007). Para dar conta da singularidade de um indivíduo ou grupo, como as civilizações, as obras de arte, os sistemas políticos e econômicos, dentre outros, parecia ser necessário interpretá-los para compreendê-los (*verstehen*), ou seja, penetrar em seu sentido, “(...) transcrever o individual sem dissolvê-lo em qualquer mediação conceitual” (Assoun, 1983, p. 47). E o método para realizar tal empreendimento era a hermenêutica, a qual permitiria a compreensão profunda dos fenômenos ao invés de sua explicação.

Contudo, se a *Naturwissenschaft* atinha-se aos juízos de realidade, as *Geisteswissenschaften* acabavam fazendo uso de juízos de valor (Assoun, 1983): as interpretações das Ciências do Espírito apresentavam preconceitos ideológicos em suas análises e refletiam o eurocentrismo da época, chegando mesmo a revelar a xenofobia de nações em relação a outras (Mezan, 2007).

Assoun (1983) argumenta que Freud defendia ser a Psicanálise uma Ciência da Natureza por estar inscrito em uma tradição científica que não admitia a possibilidade de se fazer outro tipo de ciência que não Ciência da Natureza: Freud “(...) não conhece outra forma de ciência” (Assoun, 1983, p. 48). Para o metapsicólogo, a cientificidade só poderia advir da adoção das normas e procedimentos propostos pela Ciência da Natureza, os quais garantiriam a reflexão neutra e racional sobre os dados coletados durante a observação atenta e cuidadosa, tendo em vista uma maior precisão dos conceitos. Ora, o método proposto pelas Ciências do Espírito tinha não a observação, mas valores *a priori* como base do conhecimento, o que anulava toda e qualquer possibilidade de exercício da racionalidade científica. Daí Freud conceber a atividade do

cientista/psicanalista como um árduo trabalho de obtenção de dados e lapidação dos conceitos através da colaboração contínua e constante entre a observação e a teorização, seguindo os procedimentos da Ciência da Natureza.

Justamente para especificar a relação que existiria entre esta observação e a formulação de uma teoria posterior, Freud afirma ser absolutamente necessário haver contextos, perguntas e ideias prévias que orientem a observação. Esta, por consequência, nunca será pura, pois a própria descrição do material obtido já é influenciada por ideias abstratas. Será num segundo momento que uma aproximação organizadora deste material poderá ocorrer (Freud, 1915a; Bachelard, 2005). Ou seja, neste primeiro passo para a definição de seu objeto, a atividade científica necessita que haja um sentido para o problema proposto, conforme a noção de Bachelard. É este sentido que, ao associar-se com uma técnica, tornará possível a formatação de uma racionalidade científica (Bachelard, 2005).

Tal ponto de vista freudiano está presente no início de seu artigo *Pulsões e suas vicissitudes*, de 1915. Diz ele que

“o verdadeiro início da atividade científica consiste na descrição de fenômenos que são em seguida agrupados, ordenados, e correlacionados entre si. Além disso, é inevitável que, já ao descrever o material, apliquemos sobre ele algumas ideias abstratas obtidas não só a partir de novas experiências, mas também oriundas de outras fontes. Tais ideias iniciais – os futuros conceitos básicos da ciência – se tornam ainda mais indispensáveis quando mais tarde se trabalha sobre os dados observados. No princípio, as ideias devem conter certo grau de indefinição, e ainda não é possível pensar em uma delimitação clara de seu conteúdo. Enquanto elas permanecem neste estado, podemos concordar sobre seu significado remetendo-nos repetidamente ao material experiência a partir do qual elas aparentemente foram derivadas; contudo, na realidade, este material já estava subordinado a elas. Em rigor, estas ideias possuem o caráter de convenções. Entretanto, é preciso que não tenham sido escolhidas arbitrariamente, e sim determinadas pelas relações significativas que mantêm com o material empírico” (Freud 1915a, p. 145).

Os argumentos que Freud utiliza para justificar sua posição recaem também sobre critérios metodológicos, da mesma maneira que os debates em curso entre as ciências naturais e as do espírito e da epistemologia de Bachelard. Há, portanto, uma etapa anterior à observação e à experimentação, na qual participam ideias abstratas que têm sua origem nas mais variadas fontes. O sentido do problema ao qual a racionalidade científica busca resposta apresenta-se neste período inicial da construção do conceito. São estas ideias que, mesmo sem

uma delimitação ou definição clara, guiarão as observações, as descrições dos fenômenos e as conclusões posteriores, por mais que pareça que estas últimas surgiram do material advindo da experiência. Nenhuma observação pode ser pura, dependendo sempre de alguma referência que permita a interpretação e o trabalho sobre o material empírico, e mesmo a coleta deste material. Neste modo de pensar, a pesquisa é o instrumento principal, e é entendida como “(...) a elaboração intelectual de observações cuidadosamente escolhidas” (Freud 1933a, p.156). A metodologia psicanalítica tem como função principal, segundo Freud (1923) e Bachelard (2005), realizar esta mediação entre o sentido do problema, os dados coletados a partir daí e sua posterior organização, ou seja, a criação de uma racionalidade e uma teoria específicas.

Somente através deste procedimento poder-se-ia construir um conhecimento acerca do universo, já que para Freud a ciência exigiria a separação das ilusões e dos aspectos emocionais, não podendo contar com outras fontes de conhecimento, como a intuição, a revelação ou a adivinhação (Freud, 1933a). À ciência caberia o papel de crítica constante, apresentando sempre objeções e refutações, e sustentando o ceticismo frente aos conteúdos que surgem. Isto permitiria que ela permanecesse em mudança e atualização incessantes, resultando no aperfeiçoamento de seus fundamentos. Nas palavras de Freud, “enquanto não compreendermos nada não conseguiremos nada tampouco” (1910a, p .133). Além disto, “todo progresso de nosso saber significa um aumento de poder para nossa terapia” (1910a, p. 133). Para Freud, portanto, a eficácia terapêutica da Psicanálise é dependente do volume e da qualidade de conhecimento acumulada.

O conhecimento sobre o fenômeno do Inconsciente, objeto psicanalítico, só é possível, no entanto, sob observância dos procedimentos técnicos desenvolvidos por Freud ao longo de sua vida. Sua técnica sofreu modificações desde sua parceria com Breuer, passando pela utilização da hipnose e do método catártico, até que se estabilizou com a criação e a utilização de novos dispositivos técnicos que permitiriam uma aproximação do Inconsciente. Criou-se, assim, a regra da associação livre, a escuta flutuante, o uso do divã, a interpretação dos sonhos, a transferência e a resistência – todos instrumentos teóricos que possibilitam o trabalho e a pesquisa psicanalíticos. Esta técnica, portanto, como Freud afirma nas Cico Conferências sobre Psicanálise, não é evidente (1910c), e tinha como objetivo garantir o acesso ao Inconsciente tanto para o enfermo quanto

para o analista, além de poupar esforços ao segundo (1910b). Como Freud escreveu nos seus artigos sobre a técnica, é a união da associação livre com a atenção flutuante que garantiria a escuta e a apreensão correta do Inconsciente do paciente (1912b). Ou seja, estes dois artificios técnicos – a regra fundamental e a escuta flutuante – permitem a mediação entre as ideias anteriores, que fornecem o sentido do problema, e os dados advindos da observação clínica. Somente assim poderia ser realizado o estudo das ocorrências convocadas na associação livre, dos sonhos, atos falhos e sintomáticos e sua posterior associação a um conceito (1912b; 1913; 1940).

Vê-se que a ideia de ciência, e do modo através do qual ela é capaz de produzir um conhecimento do mundo, está, para Freud, estreitamente vinculada ao desenvolvimento rigoroso de pesquisa, à metodologia *própria* de cada ciência e às técnicas de que elas dispõem para alcançar uma correspondência com a realidade exterior, recorrendo sempre à observação. O procedimento da psicanálise, então, para alcançar novos conteúdos que auxiliem o entendimento, faz uso de “métodos técnicos de preencher as lacunas existentes nos fenômenos de nossa consciência” (Freud 1940, p.226). Ele ainda afirma que

“fazemos uso destes métodos exatamente como um físico faz uso de sua experiência. Desta maneira, inferimos certo número de processos que são em si mesmos ‘incognoscíveis’ e os interpolamos naqueles que são conscientes para nós” (Freud 1940, p.226).

Em outras palavras, a psicanálise possui métodos técnicos *específicos a sua prática*, que desempenham a mesma função que a experiência na Física. A psicanálise conta com a *sua* técnica, com a formação de conceitos e com a formulação de hipóteses, o que, em suma, lhe conferiria a capacidade de elaborar novos conhecimentos acerca do funcionamento do psiquismo humano.

Este compromisso fundamental entre teoria, técnica e uma nova racionalidade científica (tomados como traço essencial da produção científica) pode ser encontrado em toda uma linhagem de pensadores da ciência a partir Gastón Bachelard, além dos trabalhos do próprio Freud. É exatamente esta argumentação que dá sentido à busca de elementos teóricos em sua filosofia, para a qual os fenômenos observados pelas ciências em geral não podem ser pensados de maneira dissociada da técnica que os torna possíveis. Tal raciocínio, como

vimos, aproxima-se bastante da posição freudiana a respeito da capacidade legítima da Psicanálise de produzir um conhecimento científico acerca da vida anímica através de seus procedimentos técnicos.

Não é à toa, portanto, que após a constituição da IPA em 1910 (Mijolla, 2005), Freud tenha dedicado mais tempo e trabalho para definir com clareza, em artigos e conferências, os preceitos e fundamentos de seu procedimento. Isto está claro na série dos artigos sobre a técnica, entre 1911 e 1915, e em algumas comunicações anteriores, tais quais as Cinco Conferências Sobre Psicanálise (1910c), e a abertura do 2º Congresso Internacional de Psicanálise, também em 1910, com o artigo “Perspectivas futuras da terapia psicanalítica” (1910a). Era preciso que a técnica estivesse bem estabelecida como intermediária fundamental entre a contextualização das questões psicanalíticas e a teoria, que tanto a definiria como seria definida por ela. Só assim o progresso e o posterior acúmulo de conhecimento da Psicanálise estariam garantidos, podendo, então, ser aberto com segurança o campo para a descrição metapsicológica sistemática do seu modelo de psiquismo, realizada após 1915 – exatamente o ano do último dos artigos sobre a técnica, “Notas sobre o amor de transferência (Novos conselhos sobre a técnica da Psicanálise)” (Freud, 1915b).

## Introdução

O trabalho que será apresentado aqui partiu da indagação sobre os modos de construção do conhecimento na Psicanálise e dos meios os quais ela dispõe para realizar a articulação entre sua técnica e sua teoria. Ou seja, quais os dispositivos que tornam possível a transformação daquilo que ocorre e é verificado em uma situação clínica para as hipóteses e formulações metapsicológicas? E como a teoria, advinda do método de pesquisa elaborado por Freud, pode se tornar novamente técnica e dar suporte aos tratamentos que são realizados? Essa pesquisa, portanto, tem como objetivo examinar o desenvolvimento da elaboração do procedimento de investigação criado por Freud, bem como sua aplicação, tendo como foco a forma pela qual esse procedimento se relaciona com a formulação da teoria freudiana acerca dos processos mentais.

Não se pode ignorar, no entanto, que o campo psicanalítico, enquanto disciplina, é de difícil definição dada a extrema pluralidade de direções e tendências que se verifica na bibliografia da área. À questão ‘o que é a psicanálise?’ abre-se uma variedade enorme de respostas e posicionamentos possíveis. Diante de tal multiplicidade de modos de pensar a disciplina e, conseqüentemente o método de pesquisa criados por Freud, o que fica claro para aquele que se aventura na investigação dessa questão é que o quê existe na psicanálise é uma fragmentação flagrante do campo (Green, 2003). Esse fato, porém, não impede a produção de novos conceitos, técnicas e abordagens, muito menos o diálogo proveitoso com outras áreas do saber, como a Filosofia, a Sociologia, a Biologia e também a Medicina. Ao contrário, a grande variedade contida na Psicanálise pode ser compreendida como um aspecto que favorece a produção e a exploração de novos eventos, bem como o aprofundamento de questões pertinentes ao território psicanalítico.

Ainda assim, se a unidade ou a definição da prática inaugurada por Freud não estão dadas de antemão, ou pelo menos não são de fácil apreensão, há algumas tentativas de resolução desse problema. Uma delas é a discussão,

bastante conhecida e trabalhada entre os psicanalistas americanos, como Otto Kernberg (2003) e Wallerstein (2003), na qual busca-se chegar a um consenso em torno dos critérios que poderiam ser utilizados na definição da Psicanálise, bem como de sua aplicação, indicação ou contra-indicação. Essa discussão teve origem nos Estados Unidos na década de 50, em um momento no qual a compreensão psicanalítica das doenças mentais havia se tornado hegemônica na área de saúde mental do país. Segundo Bergman (2003), após a 2ª Guerra Mundial, ela passou por um período de muita popularidade e grande desenvolvimento, se expandindo para os ambientes institucionais da psiquiatria, psicologia clínica e assistência social.

Entretanto, ao final dos anos 50, face a uma possibilidade de dissolução da disciplina freudiana dentro do campo da psiquiatria, deu-se início a um longo debate, que perdura até hoje, sobre não só as relações entre a análise e as psicoterapias como também sobre se o procedimento psicanalítico deveria se limitar ao tratamento das neuroses ou se poderia estender-se ao campo de outras patologias mentais (Kernberg, 2003). Desse impasse, e “numa tentativa de separar a Psicanálise da psicoterapia, a APA chegou à conclusão de que a análise tinha como objetivo transformar a neurose infantil em neurose de transferência, que a seu tempo devia ser liquidada pela interpretação” (Bergman, 2003, p. 151). Desse momento em diante, os participantes da referida disputa selecionaram um certo número de critérios – tais como uma postura neutra ou não do analista ou terapeuta, a frequência das sessões, a duração do tratamento, o tempo das sessões e o uso do dispositivo divã-poltrona ou a posição face-a-face - para que se delimitasse a partir daí a fronteira entre o tratamento psicanalítico e outras formas de psicoterapia.

O problema dessa discussão, no entanto, recai menos no exame dos critérios selecionados – que podem até ser fonte de questionamentos e reflexões importantes para a prática – do que na concepção de Psicanálise da qual se parte. Pois entender a Psicanálise através da definição proposta pela APA é considerá-la apenas sob seu aspecto terapêutico, ignorando a faceta teórica, metodológica e uma reflexão a respeito dos postulados fundamentais subjacentes às teorias que se apresentam.

Essa definição, portanto, ao partir do pressuposto, implícito, de que a Psicanálise não poderia ser outra coisa além de uma terapêutica, ignora toda uma

discussão, presente desde Freud e longe de estar encerrada, sobre, por exemplo, o estatuto científico da Psicanálise. Contudo, se Freud afirmou sempre que a sua disciplina era uma Ciência da Natureza, ele não o fez ingenuamente. Cientista formado e reconhecido pela qualidade de seus trabalhos em pesquisa experimental muito antes de se tornar psicanalista, Freud sabia muito bem em que terreno estava pisando ao argumentar que sua criação pertencia ao domínio da *Naturwissenschaft*, e recorre sempre ao argumento de que suas descobertas teriam pertinência e valor científico por serem oriundas de um método específico, de uma técnica que permite a pesquisa sobre esse novo objeto, o Inconsciente (Freud, 1933a).

Para o médico austríaco, logo, a possibilidade que sua criação tem de produzir um conhecimento dotado de sentido recai sobre a existência de sua técnica e à capacidade de se comprovar ou não hipóteses através dela. O procedimento de pesquisa inventado por ele seria aquilo que garante a terapêutica e a teoria, de acordo com uma definição de Psicanálise escrita pelo mesmo para um verbete enciclopédico (1923). Assim, não se pode reduzir o campo psicanalítico a apenas uma dessas facetas; deve-se considerá-las todas se o tema problematizado é o da invenção freudiana e da capacidade que ela tem de produzir novas informações e conteúdos pertinentes sobre o funcionamento psíquico.

Pensar a pesquisa e as condições de produção de conhecimento inerentes à Psicanálise leva também à problemática do modelo de Ciência ao qual a Psicanálise se identifica, que tem como pano de fundo, mais uma vez, a questão do estatuto científico da invenção de Freud. Na medida em que aderir a uma concepção de ciência implica em aderir a uma metodologia particular, subordinar-se a um modelo de produção científica determina os rumos da pesquisa realizada e, conseqüentemente, a direção para a qual a teoria se orientará. Ou seja, seguir um modelo de ciência determina os caminhos da produção de conhecimento e a qualidade dessa produção. Isso vale também para a psicanálise.

Além disso, a investigação sobre os processos através dos quais a psicanálise pode elaborar novos meios de compreender o que seja a vida anímica leva necessariamente ao esforço de definir o que seja a pesquisa psicanalítica, que é uma questão bastante problemática e pertinente frente à dispersão dessa disciplina. Ou seja, mais importante do que defender ou buscar uma unidade da

Psicanálise é compreender e esclarecer os fundamentos sobre os quais se apóiam suas correntes internas.

Assim sendo, propõe-se, no primeiro capítulo, compreender a constituição da técnica freudiana, desde a década de 1890, anterior, portanto, a Psicanálise, passando pelo abandono da hipnose e a adoção do método da associação livre até as reformulações realizadas na década de 1930 e a introdução do conceito de “construção” no dispositivo clínico. Utilizar-se-á principalmente os textos escritos pelo próprio Freud sobre seu procedimento e a evolução e modificações deste. Ainda nesse capítulo, e utilizando outros autores psicanalistas, como André Green e José Bleger, realiza-se uma reflexão sobre a importância do enquadre tanto para o processo de uma análise quanto para as condições de realização de uma pesquisa psicanalítica. Enfim, na última seção o tema da pesquisa em sua relação com a técnica é evidenciado, pondo em relevo a função do dispositivo do *setting* como aquilo que organiza e permite a apreensão dos dados que surgem durante um atendimento. Assim, este dispositivo criado por Freud torna-se essencial no isolamento do consultório analítico, para que ele assim possa desempenhar a função de laboratório.

Já no segundo capítulo serão trabalhadas as mudanças e alterações realizadas na técnica por outros psicanalistas depois de Freud. São eles: Ferenczi, Melanie Klein, Anna Freud, Winnicott e Lacan. Esses analistas foram escolhidos por possuírem, em suas obras, contribuições significativas para a prática da Psicanálise. Serão examinadas as maneiras pelas quais eles modificaram o enquadre original freudiano e possibilitaram, assim, a expansão da pesquisa psicanalítica, como o atendimento a crianças, as experiências clínicas ferenczianas com pacientes difíceis e a introdução de uma nova temporalidade na prática analítica, feita por Lacan.

O terceiro capítulo, por sua vez, traz a antropologia da Ciência realizada por Bruno Latour e alguns de seus comentadores, como Graham Harman. Esta parte da dissertação expõe a proposta latouriana de pensar a produção científica sob uma ótica que não considera a divisão ontológica tradicional entre sujeito e objeto. Para isso, diversos conceitos oriundos dessa filosofia são introduzidos e trabalhados, como a “hibridação”, a “referência circulante” e a Teoria Ator-Rede (ANT), para dar conta do modo através do qual as ciências em geral e a sociedade se mesclam, se definem e se alteram simultaneamente. Esse percurso será

importante para que se possa pensar a articulação entre a pesquisa e a produção de conhecimento na Psicanálise.

No último capítulo, finalmente, será feita a ligação entre a proposta de Bruno Latour e a pesquisa psicanalítica, tal qual ela foi examinada nos primeiros dois capítulos. Poderemos nos valer do vocabulário do filósofo francês para pensar não só a produção do conhecimento na Psicanálise, mas também a circulação desses fatos que são produzidos e a manutenção social da Psicanálise tanto como teoria quanto como prática. Por essa razão, a conclusão desse trabalho não cumpre apenas sua função de retomar temas já vistos anteriormente, mas de fato introduz novos elementos que antes não poderiam ser adicionados ao corpo do trabalho. A análise de Leon Chertok e Isabelle Stergers sobre a técnica psicanalítica, assim, só pode surgir nessa última parte do trabalho, aliando explicitamente os conteúdos e concepções expostos no capítulo precedente com a proposta freudiana de transformar o consultório psicanalítico em um laboratório, um ambiente purificado no qual a investigação científica da vida anímica pudesse ocorrer.

## 2

### Freud e seu método

Temos como objetivo, neste primeiro capítulo, examinar o percurso que Freud percorreu desde o período anterior à criação e o estabelecimento de seu método até seus últimos trabalhos, nos quais o tema da técnica é retomado para dar conta também das mudanças ocorridas ao longo dos anos na cena analítica. Tais mudanças deram-se, sobretudo, após o advento de conceitos como a pulsão de morte e a 2ª tópica. Em uma última parte neste capítulo, faremos uma conexão entre o dispositivo técnico elaborado por Freud para o conhecimento e o tratamento das afecções neuróticas e a pesquisa em psicanálise, assunto que será retomado com maior extensão e profundidade na conclusão desta dissertação.

Ao longo de sua produção, tanto oral quanto escrita, Freud refere-se por vezes à profissão que ele criou como um método (Freud, 1904), um procedimento de investigação (Freud, 1923) ou uma técnica de tratamento (Freud, 1905; 1910a; 1912b). Ele não explicitou, porém, qual seria a distinção entre estes termos, ou mesmo se haveria alguma. No entanto, toda pesquisa – tenha ela um compromisso científico ou não – depende de uma metodologia. Para examinar a evolução e o desenvolvimento da técnica psicanalítica como parte do método de pesquisa em Psicanálise, utilizaremos a definição do termo *método* como sendo “um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (Japiassú, M, Marcondes. D, 2001, p. 181). Já o termo *técnica* será entendido, de acordo com os mesmos autores, como

“conjuntos de regras práticas ou procedimentos adotados em um ofício de modo a se obter os resultados visados (...), em um sentido derivado sobretudo da ciência moderna, aplicação prática do conhecimento científico teórico a um campo específico da atividade humana” (Japiassú & Marcondes, 2001, p.258).

A dimensão técnica da Psicanálise foi apontada por Freud como uma importante marca de sua criação. A perspectiva freudiana a este respeito encontra-se exposta de maneira particularmente precisa na conhecida definição da psicanálise apresentada em um verbete enciclopédico. A Psicanálise, segundo este texto, seria: (1) um procedimento de investigação dos processos anímicos de

difícil acesso por outras vias; (2) um método de tratamento fundado nesta investigação; e (3) um corpo teórico decorrente deste procedimento, o qual paulatinamente se configurou como uma nova disciplina científica (Freud, 1923). Esta é uma das mais claras definições da Psicanálise que Freud escreveu, e permanece até hoje como um texto de referência e consenso sobre a prática psicanalítica, talvez por definir sua criação exatamente em função de um método que possibilita a terapêutica e a construção de uma teoria, e não em função do conteúdo conceitual da psicanálise.

A terapêutica e a teoria seriam consequência deste método, o que implica que a prioridade da psicanálise não se resumiria ao tratamento que ela oferece às afecções psíquicas. Desta definição decorre também que a invenção freudiana, o que define a psicanálise, é a invenção de um método, um procedimento de exploração novo que tem a capacidade de conduzir o pesquisador/psicanalista a uma realidade despercebida, e não a novas explicações de uma mesma realidade (Laplanche, 2003). Jean Laplanche assim se expressa a respeito desta definição:

“a invenção de Freud é, pois, a invenção de um método. Sua descoberta é a do inconsciente real, separado, e não imanente no âmago da consciência. O método, por sua vez, divide-se essencialmente em dois aspectos: regra fundamental e situação analítica. No artigo acima citado, que *define* a ‘psico-análise’, é a regra fundamental que vem em primeiro lugar” (Laplanche, 2003, p. 359)

Entretanto, vale a pena notar que o tema da técnica psicanalítica aparece relativamente pouco nos trabalhos de Freud. Como nos lembram Lohser e Newton, em meio século de trabalho clínico o metapsicólogo publicou cerca de 300 textos (entre 1895 e 1937). De todos estes escritos psicanalíticos, somente 20 artigos são dedicados à questão de quais princípios deveriam guiar o analista na condução de um tratamento (Lohser e Newton, 1996), sendo que apenas alguns poucos textos são originais e explícitos em sua instrução técnica. Este levantamento, no entanto, não inclui os estudos de caso, onde o propósito principal do autor era provar a validade científica de suas hipóteses, e não demonstrar seu método.

De acordo com estas obras, a técnica psicanalítica corresponderia ao conjunto de procedimentos clínicos, terapêuticos e interpretativos de intervenção que permitiriam definir o quadro do tratamento psicanalítico (Roudinesco e Plon, 1998). Tal conjunto de procedimentos foi formalizado, de certo modo, entre 1911

e 1915 em uma série de seis textos que ficaram conhecidos como os “Artigos sobre a técnica psicanalítica”, ou “escritos técnicos”. No volume XII das Obras Completas de Sigmund Freud (2006), onde figuram estes artigos, James Strachey inclui um apêndice aos trabalhos sobre a técnica psicanalítica, no qual apresenta uma lista de escritos freudianos que versam predominantemente sobre a técnica da psicanálise e a teoria da psicoterapia. Ali estão enumerados outros tantos textos que viriam se juntar aos conselhos sobre a técnica psicanalítica, incluindo não só artigos escritos por Freud para publicação como comunicações em congressos. É o caso, por exemplo, da apresentação feita pelo austríaco na abertura do 2º Congresso Internacional de Psicanálise (Nuremberg, 1910), com o nome de “As perspectivas futuras da terapia psicanalítica”, além de conferências, como a 27ª e 28ª das “Conferências de introdução à psicanálise”, em 1916.

Este levantamento realizado por Strachey abrange não só textos psicanalíticos de Freud, mas também escritos que datam de antes da criação da psicanálise, e que tratam essencialmente da hipnose e da sugestão. Se considerarmos apenas os artigos posteriores a 1900, teremos mais 15 trabalhos dedicados exclusivamente à técnica psicanalítica. São eles: 1) a primeira parte do capítulo II da “Interpretação dos sonhos”, de 1900; 2) o capítulo IV do “Fragmento de análise de um caso de histeria”, de 1905; 3) “As perspectivas futuras da terapia psicanalítica”, de 1910; 4) “Sobre a psicanálise ‘silvestre’”, também de 1910; 5) “Sobre a *fausse reconnaissance* (*‘déjà raconté’*) no curso do trabalho psicanalítico”, de 1914; 6) Conferências de introdução à psicanálise, 27 e 28, de 1916-17; 7) “Novos caminhos da terapia psicanalítica”, de 1919; 8) Capítulo III de *Mais além do princípio do prazer*, de 1920; 9) “Observações sobre a teoria e a prática da interpretação dos sonhos”, de 1923; 10) Capítulo V de *Podem os leigos exercer a psicanálise?*, de 1926; 11) Última parte da 34ª das *Novas conferências de introdução à psicanálise*, de 1933; 12) “Análise terminável e interminável”, de 1937; 13) “Construções em análise”, também de 1937; 14) Capítulo VI do *Esboço de Psicanálise*, publicado postumamente em 1940.

Além destes artigos, sabemos por Ernest Jones (1989) que Freud originalmente havia planejado escrever um pequeno manual a ser chamado de *Allgemeine Technik der Psychoanalyse* (Método Geral da Psicanálise). A ideia deste guia, que daria uma maior explicação do método da psicanálise, surgiu por ocasião do Congresso de Salzburgo, em 1908, no qual Freud teve uma noção mais

clara do crescimento do interesse pelo tratamento psicanalítico (Jones, 1989). No entanto, após ter dificuldades em escrever tal livro e adiá-lo sucessivamente, acabou publicando suas ideias na série de seis artigos citada acima.

Freud se mostrava reticente para explicitar sua técnica. Justificava afirmando ser impossível dar uma explicação sistemática e exaustiva sobre seu procedimento. Podemos, todavia, especular a respeito de tal argumento: talvez ele tentasse evitar que a psicanálise fosse alvo de mais acusações. Talvez quisesse, simplesmente, deixar livre o caminho para possíveis mudanças futuras na técnica (Lohser e Newton, 1996). Esta reticência pode ser verificada até o período das primeiras rupturas no movimento psicanalítico (com Adler, Stekel e Jung). A partir daí, parecia recomendável distinguir sua forma de tratamento daquelas de outros psicoterapeutas, principalmente os dissidentes do movimento (Roazen, 1992).

O metapsicólogo, porém, ainda se mostrava um tanto indeciso a respeito da utilidade que poderia haver no estabelecimento de regras que direcionassem os futuros analistas. É bem conhecida sua analogia que associa o processo analítico a uma partida de xadrez, na qual apenas as aberturas e alguns típicos fins podem ser ensinados (Freud, 1913). Da mesma maneira, Freud acreditava que apenas orientações gerais sobre seu procedimento poderiam ser esquematizadas, e que suas aplicações precisariam contar também com o tato e a experiência do profissional, desenvolvidos na forma de supervisão e análise pessoal. Na conclusão do artigo sobre *Psicanálise selvagem*, Freud assim se expressa:

“Ao médico não lhe basta, então, conhecer alguns dos resultados da psicanálise; é preciso familiarizar-se também por sua técnica se quer guiar-se na ação médica pelos pontos de vista psicanalíticos. Esta técnica não se pode aprender, todavia, dos livros, e por certo só obtemo-la com grandes sacrifícios de tempo, trabalho e êxito. Como a outras práticas médicas, aprendemo-la com quem já a domina” (Freud, 1910b, p. 226)

## 2.1

### Da hipnose à técnica psicanalítica

O procedimento psicanalítico, tal qual descrito em 1900 – no capítulo II da *Interpretação dos sonhos* –, e em 1904 – num artigo intitulado “O método psicanalítico de Sigmund Freud” –, é o resultado (Freud, 1923) de anos de

experiência clínica do criador da Psicanálise. Até chegar à forma final (aquela descrita em 1904), sua técnica de atendimento passou por diversos momentos e adotou diferentes práticas, algumas das quais foram abandonadas com o passar dos anos. Quanto a estas mudanças de estilo e dos atendimentos prestados a seus pacientes, Freud deixa claro, em mais de uma ocasião, os fatores que o motivaram a realizar tais alterações (Freud, 1914a, 1917b, 1923). Nestes artigos ele esclarece e dá ênfase aos períodos de transição e transformação de seu procedimento, notadamente no que diz respeito ao abandono da hipnose, do método catártico e dos objetivos do tratamento que ele propunha, além da troca da técnica da concentração pela associação livre, a importância que foi atribuída à interpretação dos sonhos, à concentração na análise das resistências e à necessidade crescente de se compreender e intervir sobre a neurose de transferência.

Nos primórdios do desenvolvimento de seus trabalhos, Freud fez uso da hipnose e do método catártico enquanto se encontrava sob influência do médico Josef Breuer, e, mesmo após criar seu próprio método – que seria simultaneamente dispositivo de pesquisa e de intervenção –, a proveniência da Psicanálise ainda é creditada ao procedimento catártico (Freud, 1904). Este procedimento tinha por condição que o paciente fosse suscetível de ser hipnotizado, e baseava-se na ampliação da consciência que se alcançava neste estado. A técnica catártica foi desenvolvida pelo próprio Breuer quando do tratamento de Anna O., sua paciente, nos anos de 1881 e 1882 (Mijolla, 2005), e consistia em hipnotizar o paciente e fazê-lo encontrar a lembrança de uma cena traumática na origem do sintoma do qual precisava ser curado. Fazia-se com que o indivíduo retrocedesse ao estado psíquico do começo do sintoma, e, ao se lembrar dos pensamentos e impulsos até aquele momento fora de sua consciência, o enfermo comunicava-os ao médico e os sintomas eram então superados (Freud, 1904).

A eficácia terapêutica desta conduta devia-se ao que foi nomeado “abreação”, definida como “uma certa quantidade de afetos ligados à lembrança do acontecimento patogênico traumatizante que não pode ser evacuada pelas vias físicas ou orgânicas normais, conforme exigido pelo ‘princípio de constância’, e viu-se acuada e desviada para o somático situado na origem do sintoma patológico” (Mijolla, 2005, p. 312). Em outras palavras, os sintomas desapareciam após uma descarga de afeto associada aos conteúdos anímicos

sufocados e possibilitada pela comunicação dos nexos patógenos que não estavam presentes na consciência normal do paciente (Freud, 1893; 1910a).

A hipnose, no método catártico, tornava-se então um instrumento que possibilitava a expansão da consciência normal do enfermo, permitindo assim que se alcançassem conteúdos de difícil acesso por outros meios. Entretanto, como se sabe não só por Jones (1989) e Peter Gay (1989), mas também pelo próprio Freud (1895; 1905; 1910a), alguns dos pacientes submetidos à hipnose não conseguiam tornar aumentada ou expandida sua consciência. Já em 1895, nos *Estudos sobre a histeria*, pode-se ler:

“ao tentar praticá-la [a hipnose] com meus próprios enfermos, notei que ao menos por minhas forças neste terreno moviam-se dentro de estreitos limites, e que se um paciente não caía sonâmbulo depois de um a três tentativas, eu não possuía meio algum para consegui-lo. Ademais, em minha experiência, a porcentagem daqueles que alcançavam o sonambulismo era muito menos do que a indicada por Bernheim” (Freud, 1895, p.126).

Mais adiante no mesmo texto, Freud reconhece ainda que “ao renunciar ao sonambulismo perdia, talvez, uma condição prévia sem a qual o método catártico parecia inaplicável” (p.126)

Declarando claramente esta dificuldade de acesso ao principal instrumento do método terapêutico que utilizava, Freud reconhece também, apesar de não o fazer abertamente, que o discurso explicativo a que recorria para esclarecer o mal da histeria corria perigo quanto a solidez de sua fundamentação, e, conseqüentemente, sua legitimidade tanto médica quanto científica. A técnica encontrava-se em xeque e sob risco de desmoronar. Neste momento, a Psicanálise correu sérios riscos de nascer não como uma ciência, como depois seu pensador a qualificou (Freud, 1914b; 1919; 1933a; 1940), capaz de reivindicar todo o respeito destinado às profissões técnico-científicas, mas como uma prática que proporcionaria uma experiência mais próxima ao xamanismo ou às taumaturgias.

Este período marca o abandono do uso da hipnose no tratamento das enfermidades neuróticas, cujos efeitos tiveram que ser buscados por caminhos alternativos. Tornou-se necessário, portanto, a elaboração de um outro dispositivo técnico que pudesse produzir os mesmos testemunhos que a hipnose, mas que também fosse mais consistente e confiável em termos de aplicação, ou seja,

menos sujeito a obstáculos não controláveis, como a dificuldade de hipnotizar os pacientes.

Lembrando-se neste tempo de um experimento que havia presenciado no ano de 1889 junto a Bernheim em Nancy, Freud encontrou um modelo alternativo para sua técnica. O procedimento de Breuer foi então modificado para que seu novo objetivo fosse concentrar a atenção do paciente em sua própria atividade anímica (Freud, 1904), a fim de alcançar o material inconsciente anteriormente acessível apenas através dos estados hipnóticos. O experimento é assim descrito:

“me lembrei de que havia visto o próprio Bernheim produzir a prova de que as lembranças do sonambulismo somente em aparência estão esquecidas no estado de vigília e pode-se voltar a convocá-las por meio de uma leve admonição, enlaçada com um artifício destinado a marcar um outro estado de consciência. Por exemplo, havia dado a uma sonâmbula a alucinação negativa de que ele já não estava presente, e depois tentou fazer-se notar pelos mais diversos meios e desconsiderados ataques. Não o conseguiu. Já desperta a enferma, perguntou-a o que ele havia empreendido com ela enquanto acreditava que ele não estava ali. Respondeu, assombrada, que nada sabia, mas ele não cedeu, a assegurou de que ela se recordaria de tudo, e pos a mão sobre sua fronte para recordar-se, e aí ao fim ela contou tudo o que supostamente não havia percebido no estado sonâmbulo e do qual supostamente nada saberia no estado de vigília” (Freud, 1895, p. 127)

Freud tomou esta experiência como a comprovação de que as pessoas a quem ele havia hipnotizado apenas aparentemente haviam perdido a lembrança do que ocorrera durante a hipnose, e que seria possível, portanto, despertar tais recordações destas vivências em estado normal pela insistência do médico e a afirmação deste de que os pacientes sabiam o que tinha acontecido (Freud, 1910a). Decidido a agir desta forma, durante o atendimento de Elisabeth von R., refratária à hipnose, Freud aplica os conhecimentos adquiridos com Bernheim e chama seu novo procedimento de “técnica de concentração”. Nesta nova técnica, a paciente se mantinha deitada, tal qual na hipnose, de olhos fechados. Poderia, todavia, mexer-se, abrir os olhos, sentar-se. Ele dizia-lhe, enquanto colocava a mão sobre a testa da paciente, que a pressão de sua mão sobre a fronte dela lhe faria despertar a lembrança procurada, e que ela deveria reter esta lembrança e comunicá-la a ele. Este procedimento revelou-se um sucesso, a ponto de Freud insistir com seus pacientes que lhe afirmavam nada recordar que isso seria impossível, e que na realidade o paciente estava evitando que a informação fosse cedida ao terapeuta (1895; 1905). A partir daí, começou a utilizar a técnica da

mão sobre a testa dos pacientes, assegurando-os de que não só eles podiam evocar os ocorridos que não se encontravam na sua consciência, mas que o fariam no momento em que Freud colocasse sua mão sobre a testa deles.

Apesar de atualmente esta prática estar mais próxima de uma anedota do que de uma atitude propriamente psicanalítica, a utilização de tal estratégia constitui um intermediário entre o método catártico e o método da Psicanálise, e permitiu a Freud verificar em sua própria clínica aquilo que havia presenciado em Nancy com os pacientes de Bernheim. Posteriormente, em uma palestra na abertura do 2º Congresso Internacional da Psicanálise, em Nuremberg, Freud reconheceu que, naqueles tempos, o procedimento da Psicanálise acabava por se tornar extremamente desgastante, pois cabia ao paciente dizer tudo ele mesmo, enquanto o papel do analista era o de pressioná-lo continuamente a falar. Apenas com o decorrer dos anos e com os avanços do desenvolvimento da técnica chegou-se a um modelo mais benéfico para ambas as partes, no qual o psicanalista recolhe o material e o informa ao doente, a quem cabe o processamento do que é ouvido (Freud, 1910a).

O método catártico de Breuer modificou-se, pouco a pouco, nas mãos de Freud, e transformou-se em uma “análise psíquica”, para, alguns anos depois, ser descrito em 1900, na *Interpretação dos sonhos*, já em uma forma psicanalítica. É no capítulo sobre o “Método de Interpretar sonhos” que o procedimento será detalhado pela primeira vez:

“Temos de conseguir dele [o enfermo] duas coisas: que intensifique sua atenção para suas percepções psíquicas e que suspenda a crítica com que costuma expurgar os pensamentos que lhe afloram. Para que possa observar-se melhor a si mesmo com atenção reconcentrada é vantajoso que adote uma posição de repouso e feche os olhos; deve ordenar-lhe expressamente que renuncie à crítica das formações de pensamentos percebidos. Então lhe diz que o êxito da psicanálise depende de que se note tudo quanto se passe por sua cabeça e que o comunique, e que não se deixe levar, por exemplo, a sufocar uma ocorrência por considerá-la sem importância ou que não venha ao caso, ou outra por lhe parecer disparatada.” (Freud, 1900, p. 122).

Além disso, como é ressaltado em 1904, as modificações introduzidas no procedimento de Breuer – que a princípio foram apenas mudanças da técnica –, implicaram no surgimento de novos resultados e dados, o que obrigou o então jovem psicanalista a adotar uma concepção diferente do trabalho terapêutico (Freud, 1904) e, conseqüentemente, da teoria que estava sendo formulada.

Abrindo mão da hipnose, porém, Freud topou com uma série de manifestações que antes eram mascaradas pelo estado hipnótico no qual os enfermos se encontravam, como a dificuldade de se lembrar dos eventos traumáticos ou os lapsos de memória. No entanto, se as recordações estavam em posse do paciente, estes lapsos e esquecimentos estariam sendo produzidos então por uma força a qual Freud chamou de *resistência* (Freud, 1905). A resistência, ao impedir a saída da lembrança buscada, seria, portanto, a causa do esquecimento. A partir do momento de sua concepção em diante, este conceito passou a ocupar um lugar privilegiado na clínica freudiana. Pois se durante o período da utilização do método catártico os objetivos do tratamento foram o esclarecimento dos sintomas e posteriormente a descoberta dos complexos do paciente, após a noção de resistência o trabalho psicanalítico passou a se focar em grande medida na superação das resistências, o que garantiria o acesso ao Inconsciente do paciente.

Ainda que tenha se deparado com problemas diferentes dos quais lidava quando estava envolvido com a hipnose e o método catártico, Freud não abriu mão da intelecção sobre a qual se baseia o princípio terapêutico da Psicanálise, a saber, de que o caráter inconsciente de certos processos anímicos são a causa imediata dos sintomas patológicos. Trazer o Inconsciente à Consciência, portanto, possibilitaria a acomodação na Consciência de conteúdos que afetam a vida anímica (Freud 1904, 1912a, 1917b, 1937b, 1940).

No entanto, se por um lado perde-se na nova conduta terapêutica a consciência ampliada da hipnose, por outro surge um substituto “inteiramente satisfatório” dela (Freud, 1904), qual seja, os pensamentos involuntários e perturbadores que emergem no discurso do paciente quando da utilização da nova técnica. Para que se alcancem tais pensamentos, pede-se ao paciente que fale tudo o que lhe vem à mente, sem que omita nada ou releve pensamentos que a princípio podem parecer pouco importantes ou mesmo sem nexos. Ainda assim, sabe-se que o discurso exigido do doente durante a sessão é, na realidade, impossível de ser alcançado, pois alguma seleção do que será dito o paciente há de fazer, mesmo que ele não se dê conta disso. No relato que assim surge é possível observar as falhas de memória, o esquecimento de fatos reais, as confusões nas relações de tempo ou a desarticulação dos nexos causais. A partir destes eventos realiza-se a inferência do recalque, representada na sessão como resistência. Estas ocorrências não deliberadas seriam, então, o vínculo entre a

técnica e o material recalcado. Ainda, as resistências não só gerariam como manteriam o fator patógeno, e seriam representadas pela declaração do paciente de que ele nada sabe. A tarefa da terapia, logo, seria exatamente a de combater estas resistências. A comunicação do que o paciente sabe mas recalcou torna-se uma das preliminares necessárias no processo do tratamento.

Em 1914, no artigo “Recordar, Repetir e Elaborar”, Freud faz uma retrospectiva sobre a evolução de sua técnica, e ressalta que na época da catarse breueriana, recordar e ab-reagir eram as metas que se buscava com o auxílio da hipnose. O foco do tratamento era, então, a formação do sintoma e a reprodução dos estados psíquicos do momento em que eles se formaram. Passado este período, já após a introdução da associação livre, o primeiro plano passou a ser ocupado pela reunião das ocorrências psíquicas do paciente até que se atingisse o conteúdo recalcado. Nesta época, as resistências eram dribladas pela interpretação e a comunicação das intelecções do analista, e o enfoque permanecia sobre os sintomas e o momento de surgimento da doença. A última mudança identificada por Freud teria se dado quando ele renunciou ao enfoque do momento da eclosão ou de um problema isolado e passou a estudar a “superfície psíquica” (Freud, 1912a) apresentada pelo analisando a cada sessão. Depois disso, a interpretação passou a ser utilizada para discernir as resistências do paciente e fazê-las conscientes.

## 2.2

### **A Associação livre e a atenção flutuante**

Apesar de afirmar que não se poderia engessar a técnica psicanalítica em uma exposição completa das posturas possíveis ao analista, Freud nunca abriu mão de um certo número de regras, as quais enfatizava fortemente não serem passíveis de flexibilização. Em seus “artigos sobre a técnica” (Freud, 1911; 1912a; 1912b; 1913; 1914a; 1915b), a regra fundamental da associação livre, a necessidade de se trabalharem as resistências, o manejo da transferência, bem como a abstinência e a neutralidade do analista surgem frequentemente como elementos essenciais da prática psicanalítica, obrigatórios e indispensáveis para o tratamento. Os demais preceitos enunciados e escritos nos trabalhos sobre a técnica têm como meta garantir que, por um lado, se proporcione um ambiente

favorável à associação livre, e, por outro, se crie o correspondente, para o analista, desta regra exigida ao paciente, sem que para isso ocorram omissões e esforços inúteis aos terapeutas (Freud, 1912a; 1913).

Em 1904, referindo-se ao tema, Freud afirma que a associação livre, ao contrário da hipnose, permitiria acessar com maior facilidade os elementos que poderiam liberar os afetos, as lembranças e as representações, além de eliminar as resistências. É em 1913, entretanto, no texto “Sobre o início do tratamento”, que o mesmo procedimento será melhor explicitado, ainda que de modo um pouco diferente daquele de nove anos antes:

“Você vai observar que, durante o seu relato, vão surgir diversas ideias, ideias que gostaria de rejeitar porque passaram pelo crivo de sua crítica. Será tentado a dizer: ‘Isto ou aquilo não tem nada a ver com o que estou contando’ ou então ‘Isto é alguma coisa que não tem importância nenhuma’, ou ainda ‘É um absurdo e não tinha por que falar nisso’. Não ceda a esta crítica e fale, apesar de tudo, mesmo quando lhe repugne fazê-lo ou justamente por causa disso. Você verá e entenderá mais tarde por que lhe imponho esta regra, aliás a única a que deve obedecer. Portanto, diga tudo o que lhe passar pelo espírito. Comporte-se à maneira de um viajante que, sentado a uma janela do trem, descreve a paisagem, tal como se desenrola a seus olhos, para uma pessoa situada atrás de si. Enfim, nunca esqueça a sua promessa de ser inteiramente franco, não omita nada do que, por uma razão qualquer, lhe pareça desagradável dizer” (Freud, 1913, p. 136)

Vê-se como, acima de tudo, há uma insistência na importância da regra fundamental, a associação livre, e a ênfase nas condições de tratamento que devem garantir a expressão verbal espontânea do analisando durante o tratamento (Freud, 1913). Segundo Laplanche e Pontalis, este fundamento “consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado, quer de forma espontânea” (2008, p. 38). Na psicanálise, portanto, a associação livre é central por pavimentar o caminho da descoberta das resistências, dos conflitos inconscientes e das lembranças recalçadas, baseando-se em uma concepção determinista dos fenômenos anímicos, segundo a qual as associações do paciente não serão arbitrarias, e sim determinadas pela relação que ele tem com seu “complexo”.

Para buscar este complexo recalçado, parte-se, a princípio, do que o doente se lembra por último, atendo-se à premissa da causalidade psíquica quando o paciente fala livremente e na tentativa do analista de renunciar a uma seleção crítica dos conteúdos comunicados. Em 1911 Freud escreve, no primeiro dos

artigos sobre a técnica, intitulado “Sobre o uso da interpretação dos sonhos na psicanálise”, que a cada sessão o analista tem que tomar notícia da superfície psíquica do paciente, e manter-se orientado na direção dos complexos e das resistências deste. O material que o doente evita por causa da resistência deve, então, ser extraído pela interpretação.

Ainda no mesmo texto ele insiste, no entanto, que a interpretação dos sonhos não deve ser cultivada como uma arte autônoma, e seu manejo deve se submeter às regras técnicas que dirigem o desenrolar do tratamento. Os atos falhos e as ações sintomáticas e casuais também expressam impulsos e propósitos que devem ser relegados e escondidos da consciência, e provariam assim a existência da repressão e da formação substitutiva. Ou seja, a análise de um paciente não estaria vinculada apenas às interpretações dos sonhos, e poderia prosseguir sem a produção deles. O ponto central do tratamento seria o de possibilitar a comunicação de conteúdos inconscientes que poderiam ser interpretados e reapresentados ao paciente. E, para Freud, este acesso teria se tornado possível pela aliança da associação livre com a escuta flutuante (Freud, 1912b, 1913).

Constata-se, então, que além da capacidade do paciente de associar livremente, a postura do analista também é de importância fundamental para que se alcance o objetivo de uma análise. Esta atitude, ou estado, chamada de “atenção igualmente flutuante”, teria a capacidade de afrouxar, ou diminuir, o foco da escuta do psicanalista sobre um ponto pré-determinado, de modo que não lhe ocorresse qualquer tipo de expectativa ou seleção sobre o material que surgisse. Este modo peculiar de estar com e compreender o analisando permitiria a identificação de elementos no discurso do paciente que simplesmente não seriam notados caso a atenção do terapeuta estivesse dirigida para algum aspecto do que o paciente comunica. Esta direção seria, para o analista, o equivalente à regra da associação livre para o analisando. Em resumo, é a junção da associação livre, de uma parte, com a atenção flutuante, de outra, o que garante um nível de comunicação que permite a emergência e a identificação de conteúdos recalcados, bem como o estabelecimento da transferência e seu manejo. Nas palavras de Freud:

“Todas elas [as regras enumeradas], pretendem criar o correspondente, para o médico, da ‘regra analítica fundamental’ instituída para o analisado. Assim como este deve comunicar tudo quanto detecte em sua observação de si afastando as objeções lógicas e afetivas que queriam fazê-lo selecionar o material, igualmente o médico deve colocar-se em estado de valorizar para os fins da interpretação, do discernimento do inconsciente escondido, tudo o que se comunique, sem substituir por uma censura própria a seleção à qual o enfermo se absteve; dito em uma fórmula: deve voltar na direção do inconsciente emissor do enfermo seu próprio inconsciente como órgão receptor” (Freud, 1912b, p. 115).

Percebe-se que, se de um lado o paciente recebia instruções de como proceder para comunicar conteúdos que de outra maneira não seriam ditos, por outro lado fazia-se necessário transformar a escuta do analista em um instrumento adequado a receber e decodificar tais conteúdos, para que uma hipótese a respeito do inconsciente pudesse ser forjada. O psiquismo do analista, aqui, torna-se instrumento de observação do objeto (Botella e Botella, 2003). Através deste procedimento, a interpretação poderia ser construída, como um retorno ao paciente da mensagem por ele emitida, devidamente mediada pelo analista.

Freud ressalta, também, que na técnica psicanalítica não se faz uso de recursos auxiliares de memória, tais como anotações, e assevera que a técnica de escuta psicanalítica “consiste em não querer fixar-se em nada em particular e em prestar a tudo o que se escuta a mesma ‘atenção igualmente flutuante’” (Freud, 1912b, p 111). Além disso, não se deve esperar um relato sistemático do paciente, nem fazer nada pra que isto ocorra. As histórias que o analisando conta serão certamente narradas mais de uma vez, e nestas repetições surgirão os detalhes que permitirão ao analista obter os nexos importantes e desconhecidos pelo doente (Freud, 1913). Tampouco o analista deve ceder ao provável pedido do paciente para que o primeiro indique ao segundo sobre o que deve falar. Pois tanto o silêncio na sessão quanto o preparo do relato por parte do paciente são indícios da resistência (Freud, 1913).

Deve-se, portanto, escutar o paciente e não se fazer caso de se firmar em nada deliberadamente, já que esta atitude traz em si o problema da seleção e deliberação do material de acordo com as expectativas do analista, o que romperia com a exigência de neutralidade da técnica, e impediria também a aquisição de novos conhecimentos. Pelo mesmo motivo, tomar notas durante as sessões impediria a atenção flutuante, e por isso as anotações necessárias são realizadas após as sessões. Além disso, e também pelas mesmas razões, o material adquirido

com a ajuda da técnica somente poderá ser submetido ao trabalho sintético da elaboração teórica depois da conclusão do tratamento. Suas palavras a este respeito são:

“enquanto o tratamento de um caso não esteja encerrado, não é bom elaborá-lo cientificamente: compor seu edifício, inferir sua marcha, estabelecer de tempos em tempos suposições sobre seu estado presente, como o exigiria o interesse científico. O êxito corre perigo nos casos em que alguém de antemão destina ao emprego científico e realiza um tratamento segundo estas necessidades; ao contrario, se assegura melhor quando procede-se como que ao acaso, se deixa surpreender por suas viragens, abordando-as cada vez com ingenuidade e sem premissas. Para o analista a conduta correta consistirá em passar de uma atitude psíquica a outra no ritmo de suas necessidades; em não especular nem adivinhar enquanto analisa, e em submeter o material adquirido ao trabalho sintético do pensar apenas após concluída a análise” (Freud 1912b, p.114)

Todas estas regras são esboçadas para que se consiga realizar a reunião entre a associação livre, condição de comunicação criada tecnicamente pela psicanálise, e a atenção flutuante, que se torna então um instrumento de apreensão daquilo que é transmitido pelo paciente. Freud estabelece, a este respeito, a seguinte comparação: o inconsciente do psicanalista deve ser como o órgão receptor do inconsciente do paciente (Freud, 1912b). Torna-se possível, assim, identificar as resistências do paciente e o manejo da transferência ao longo do tratamento, para que haja, por parte do analisando, a recuperação de um pouco da capacidade de produzir e de gozar (Freud, 1912b).

Ao longo de seus trabalhos sobre a técnica psicanalítica, Freud também é enfático quanto à necessidade de resolução das resistências. Sobre isto diz ele, em 1910, que apresentar aos pacientes esclarecimentos sobre seus inconscientes não seria suficiente na luta contra a resistência. Ainda no mesmo texto, esclarece que as interpretações geralmente não têm o poder de ajudar, a não ser que duas condições básicas tenham ocorrido: em primeiro lugar, o próprio paciente deve ter se aproximado, por si mesmo, dos conteúdos recalcados e, em segundo lugar, ele deve ter estabelecido uma transferência forte o suficiente com seu terapeuta (Freud, 1910b).

Como fica claro em “Sobre o Início do Tratamento”, em 1913, a primeira meta do tratamento, ainda em sua fase inicial, é reunir o analisando à pessoa que o escuta durante o tratamento psicanalítico, e a isto o analista deve estar atento nas primeiras sessões. Assim sendo, a postura do analista para que o estabelecimento

da transferência ocorra precisa ser de empatia, pois desta maneira e “com o tempo e a eliminação cuidadosa das primeiras resistências, o próprio paciente fará a junção do médico a uma das imagens das pessoas das quais esteve acostumado a receber amor” (Freud 1913/2007, p. 140). Portanto, as interpretações não podem ser realizadas desde o início, sob risco de intensificar as resistências do neurótico, e a solução dos sintomas só deve ser comunicada, ou seja, o desejo subjacente só deve ser traduzido para o analisando, quando ele próprio estiver próximo a ela, para que possa se apossar dela (Freud, 1913). A partir daí, a interpretação passa a ser utilizada para discernir as resistências que surgem no doente e fazê-las conscientes (Freud, 1914a).

A resolução da transferência seria então um dos principais objetivos de uma análise (Freud, 1912b). Isto se justifica também por ela representar uma área intermediária entre a neurose e a vida real, já que é no espaço transferencial que os pacientes repetem com o analista conflitos não resolvidos da vida infantil. Em outras palavras, é a transferência, no contexto regressivo proporcionado pela situação analítica, que recoloca o paciente próximo aos enigmas que lhe foram postos quando criança (Laplanche, 2003). Freud adverte, no entanto, que o analisando não recorda, em geral, aquilo que foi recalçado, e que, ao invés disso, repete-o como ação durante a análise, ou seja, atua repetidamente o recalçado na sua relação com o analista (Freud, 1914a). A transferência é também, ela mesma, uma peça desta repetição, pois esta última nada mais é que a transferência de um passado esquecido que incide não só sobre o terapeuta, mas também sobre outros aspectos do tratamento (Freud, 1914a). A neurose do paciente acaba sendo substituída, na situação analítica, por uma neurose de transferência, entendida como uma neurose artificial produzida nas sessões e sobre a qual o analista pode incidir terapêuticamente (Freud 1914a). Após o início do tratamento, toda nova produção de enfermidade por parte do paciente concentra-se na relação com o psicanalista, e é a dominação desta neurose construída em análise que coincide com a conclusão desta. A transferência torna-se, pois, para a psicanálise, o campo, construído pela técnica, sobre o qual o tratamento e a investigação vão se desenrolar.

No final do artigo “Dinâmica da transferência”, Freud escreve:

“Esta luta entre médico e paciente, entre intelecto e vida pulsional, entre entender e querer ‘atuar’, se desenvolve quase que exclusivamente em torno dos fenômenos transferenciais. É neste campo que se deve obter a vitória cuja expressão será curar duradouramente a neurose. É inegável que dominar os fenômenos da transferência revela ao psicanalista as maiores dificuldades, mas não se deve esquecer que justamente elas nos brindam o inapreciável serviço de tornar atuais e manifestas as moções de amor escondidas e esquecidas dos pacientes; pois, definitivamente, ninguém pode ser destruído *in absentia* ou *in effigie*” (Freud, 1912a, p. 105).

Ainda a respeito da transferência, em “Sobre o início do tratamento”, de 1913, o metapsicólogo orienta seus leitores sobre o momento em que a transferência deve ser interpretada. Normalmente, ela segue os padrões das relações que a criança tem com seus pais, ou seja, é ambivalente. Em sua forma positiva, manifesta-se através de afeição para com o analista e do desejo de agradá-lo e ganhar seu amor. Ela motiva o paciente e torna-se, então, uma condição necessária para o sucesso do tratamento. Em sua forma negativa, porém, ela se transforma em fonte das mais fortes resistências. Levando estes aspectos em consideração, Freud aconselha os psicanalistas a não tocarem no tema da transferência caso as comunicações e ideias do neurótico transcorram sem obstruções. A interpretação só deve ocorrer caso a transferência se torne fonte de resistência e obstrua a emergência de novos conteúdos (Freud, 1913), pois o objetivo da interpretação é fazer com que o paciente tenha conhecimento destas resistências. A meta final do processo é fazer consciente o inconsciente através do cancelamento das resistências, deste modo eliminando as condições de formação do sintoma e transformando o conflito patógeno em um conflito normal (Freud, 1917a).

Pode-se, então, resumir as condições para uma análise dizendo-se que uma das primeiras tarefas do tratamento é ligar o paciente ao analista, processo que é promovido por uma instância analítica caracterizada pela empatia, interesse e aceitação por parte do analista. Isto, juntamente com as instruções a respeito da associação livre e a remoção de resistências iniciais, seria suficiente para ajudar o paciente a se expressar mais livremente. Freud marca, neste contexto, que as interpretações não deveriam ser feitas antes que uma aliança de trabalho entre paciente e analista estivesse estabelecida (Freud, 1912b). Os analistas, além do mais, devem ser honestos e diretos a respeito de assuntos geralmente tratados como tabus, como sexo e dinheiro. Eles precisam, também, ser respeitosos quanto

à individualidade do analisando e ajudá-lo a perceber seu próprio potencial, ao invés de moldá-lo de acordo com um ideal pessoal.

## 2.3

### Reformulações da técnica

Ao longo dos anos, no entanto, alguns aspectos da técnica foram sendo modificados, apesar do aspecto geral da técnica psicanalítica não ter se alterado desde a primeira década do século XX. A associação livre e a atenção flutuante continuaram sendo o centro do dispositivo, assim como a transferência e a resistência permaneceram como testemunhas e pontos de referência do processo psicanalítico. Além disso, o uso do par divã-poltrona como instrumentos da aplicação do método nunca foi posto em questão ou deixou de ser utilizado. No entanto, entre as últimas obras de Freud – nas quais o tema da técnica é retomado –, surgem novos questionamentos acerca das resistências, dos fatores constitucionais que impediriam ou travariam o avanço da Psicanálise e da noção de construção. Esta última fase de reflexão sobre a técnica psicanalítica é representada pelos textos “Análise terminável e interminável”, “Construções em análise”, ambos de 1937, e a segunda seção do “Esboço de Psicanálise”, de 1940.

Preocupado com o tópico da duração de uma análise, Freud estabelece duas condições para que se possa considerar o fim de um tratamento psicanalítico: a primeira, que o paciente já não sofra da causa de seus sintomas e tenha superado suas angústias bem como suas inibições; a segunda, que se julgue ter feito consciente no enfermo tanto o recalcado, quanto se esclarecido o que antes era incompreensível e se tenha eliminado a resistência interior a ponto de não se temer a repetição dos processos patológicos em questão a cada caso (Freud 1937a). Também avalia que uma análise teria chegado ao seu término caso já tivesse promovido uma mudança no paciente até o ponto em que a sua continuação não prometeria qualquer alteração posterior (Freud, 1937a).

Freud dá ênfase, além disso, à ideia de que haveria, na etiologia das neuroses, a intervenção conjugada de fatores tanto constitucionais quanto acidentais, e, por conseguinte, quanto mais intensos fossem os fatores constitucionais das pulsões, mais um trauma levaria à uma fixação e conduziria a uma seqüela. Em outras palavras, se o fator traumático é preponderante em um

caso, o processo analítico tem mais possibilidade de realizar os objetivos enumerados no parágrafo acima. Por outro lado, a intensidade constitucional das pulsões e seu efeito de prejuízo no Eu impossibilitariam o fim de uma análise (Freud, 1937a). No artigo “Análise terminável e interminável”, vê-se declarado também que “o analisado não pode colocar todos seus conflitos dentro da transferência; tampouco o analista pode, a partir da situação transferencial, despertar todos os conflito pulsionais possíveis do paciente” (Freud, 1937a p. 235). A psicanálise tem, portanto, seus limites.

Ainda em 1937, Freud compreende que a demanda pulsional patógena dirige-se ao Eu, e afirma que a situação analítica consiste em “aliar-nos com o Eu da pessoa objeto a fim de submeter setores não governados de seu Isso, ou seja, de integrá-los na síntese do Eu” (Freud, 1937a, p. 237). Os mecanismos de defesa egóicos, por sua vez, falsificam a percepção interna e possibilitam uma notícia deficiente e desfigurada do Isso, e são estes mecanismos de defesa fixados no Eu que comprometeriam a economia psíquica do paciente, preparando e favorecendo o início de uma neurose. O conflito psíquico tem lugar, então, entre a força de reivindicação pulsional e a força do Eu em se defender. O analisado repete, durante o trabalho nas sessões, o modo de reação do qual lança mão para defender-se dos influxos pulsionais, e o empenho terapêutico, portanto, passa a ser compreendido como a oscilação “entre fazer consciente algo no Isso e corrigir algo no Eu.” (Freud 1937a p. 238). O propósito da análise seria, então, conseguir fortalecer o Eu, tornando-o mais independente do Super Eu na medida em que alarga as percepções do mundo exterior e amplia sua organização de modo que o Eu possa tomar posse de novos elementos do Isso. Cabe aqui a referência à célebre frase da 31ª das “Novas conferências de introdução à psicanálise”: “Onde o Isso estava, o Eu deve advir” (Freud, 1932, p. 74).

Neste momento, porém, os mecanismos de defesa a antigos perigos retornam como *resistências*, ou seja, o próprio tratamento é entendido e tratado pelo Eu como um novo perigo do qual ele deve se defender. A resistência, agora, é entendida como resistência do Eu, e o efeito terapêutico da psicanálise é atribuído ao se fazer consciente o recalcado no interior do Isso. A intensidade pulsional, entretanto, é tida também como constitutiva (Freud, 1937a, p.223), o que tem como consequência que a impossibilidade de se terminar uma análise seria em parte resultado de um enraizamento no biológico da força pulsional, e

que a pulsão de morte seria responsável por grande parte da resistência na análise.

Além da postura do analista, a compleição egóica do paciente passa, então, a ser decisiva no andamento do tratamento, para que se possa construir condições psicológicas mais favoráveis para as funções do Eu. Todavia, a partir do instante em que se afirma a existência de forças constitutivas que dão origem a fortes resistências e que podem comprometer o sucesso de uma análise, Freud parece apontar para um campo sobre o qual as possíveis intervenções do analista não são mais garantia de um sucesso terapêutico, e que algo escapa à técnica e à possibilidade de regulamentação de todas as normas psicanalíticas e, conseqüentemente, da compreensão do funcionamento do aparelho psíquico.

Apesar de haver neste período um questionamento e um certo pessimismo quanto às capacidades da análise, também há a emergência, por outro lado, da noção de *construção*. Este conceito pode ser entendido ainda como uma alternativa técnica para lidar com conteúdos de difícil acesso no processo analítico, e também um instrumento adicional na otimização das aptidões terapêuticas da Psicanálise e no alcance de seus objetivos, a saber, o de mover o paciente a cancelar seus recalques e os substituir por reações que corresponderiam a um estado de maturidade psíquica (Freud, 1937b).

A construção surge como uma compensação da ausência ou da insuficiência das lembranças do analisado, mas pode também provocá-las de volta, causando uma rememoração. Nas palavras de Sophie Mijolla-Mellor, uma construção é “uma inferência feita pelo analista na forma de narrativa versando sobre uma parte da história infantil do analisante e apoiando-se num conjunto de interpretações parciais prévias” (Mijolla-Mellor, 2005, p. 395).

Cabe, neste ponto, definir a diferença entre a interpretação e a construção. Ainda que ambas sejam inferências feitas pelo analista a partir do relato do analisando, a interpretação se refere a uma intervenção empreendida sobre um elemento singular do material, ou seja, uma ocorrência, um ato falho, um sonho ou até mesmo uma manifestação transferencial. Ela tem como objeto um fato isolado, e se propõe a elucidar este evento específico, e não constituir uma história ou uma narrativa a partir daí. A construção, por sua vez, ocorre quando se apresenta ao analisando uma peça de sua pré-história esquecida (Freud, 1937b). Laplanche e Pontalis definem o conceito de construção como um instrumento para

dar conta de uma “elaboração do analista mais extensiva e mais distante do material que a interpretação, e essencialmente destinada a reconstituir nos seus aspectos simultaneamente reais e fantasísticos uma parte da história infantil do sujeito” (2008, p. 97). O uso da construção dar-se-ia após a reunião de elementos do discurso, de dados provenientes da memória e da história do paciente e da percepção a dinâmica transferencial daquele sujeito específico para com seu analista ao longo das sessões. Pois quando o paciente encontra dificuldades de trazer novos conteúdos que façam avançar o processo analítico, depois de se ter iniciado um tratamento, o terapeuta pode lançar mão deste recurso em vista da dificuldade de se obter uma lembrança oriunda da eliminação da amnésia infantil. Estas construções têm como objetivo fazer ressurgir a recordação ou o fragmento de recordação recalçado (Freud, 1940) ou, caso isto não seja possível, obter uma convicção, por parte do neurótico, da verdade de tal construção (Freud, 1937b). A tarefa do analista é, por conseguinte, inferir a partir dos indícios fornecidos pelo paciente aquilo que foi esquecido, e comunicá-lo em um momento oportuno, cuja identificação fica a cargo do tato do analista. Esta inferência reconstitui uma lacuna da vida pregressa do paciente, que foi recalçada na medida em que organiza o material surgido durante o tratamento.

Comparando este processo ao trabalho do arqueólogo, Freud afirma que seu ofício beneficia-se do fato de que na vida anímica não ocorreria a destruição total de uma formação psíquica, e que – como o paciente está vivo – na análise todo o essencial encontra-se preservado (Freud, 1937b). Esta declaração tem como consequência que tanto o sucesso quanto o fracasso em se trazer à luz aquilo que está escondido no Isso torna-se, mais uma vez, uma questão de técnica analítica. Com efeito, o trabalho do analista é preliminar em relação ao trabalho do analisado. Isto não implica, porém, que ele deva estar totalmente terminado para que se passe ao trabalho de elaboração do paciente. Neste sentido, Freud aponta para o fato de que no processo analítico “os dois gêneros de trabalho prosseguem paralelamente, um sempre um passo mais à frente, seguido de perto pelo outro” (Freud, 1937b, p. 262). O ofício do analisando, portanto, consiste em conceder ou não seu acordo às construções, confirmando-as ou não por lembranças.

Como corolário, tem-se que a resposta do paciente à construção realizada e exposta pelo analista é revertida em termômetro ou indicador da veracidade desta

construção, tornando-se também um testemunho da fidedignidade da construção apresentada. As reações do paciente constituem, portanto, importantes indícios do sucesso da intervenção, e não se pode descuidar de tais indicações. Se uma construção incorreta não produz nenhum dano, nem tampouco uma reação no paciente, uma reação afirmativa, por sua vez, não necessariamente corrobora a construção, e só possui valor quando seguida por afirmações complementares indiretas, como novas recordações suscitadas espontaneamente pelo paciente que podem ampliar e completar a construção em questão, ou então expressões como “nunca pensei nisso”. Um “não” do paciente exterioriza, por outro lado, uma resistência provocada pelo conteúdo da construção, e revela, na realidade, que a construção encontra-se incompleta, e que o analisado não desconhece propriamente o que lhe foi comunicado, mas que sua negação é legitimada pelo fragmento ainda não descoberto pela construção.

No entanto, ainda que a construção do analista nem sempre leve à recordação do analisado, Freud afirma que se a análise foi conduzida corretamente o enfermo consegue alcançar uma convicção sobre a veracidade da construção, o que renderia o mesmo efeito terapêutico que a lembrança (Freud, 1937b). Esta concepção do trabalho analítico também marca o exercício de uma prática psicanalítica engajada nos riscos e confiante na produção de novas reações do paciente como testemunha da evolução do tratamento e da dissolução das resistências. Pois, se nos últimos escritos freudianos a resistência surge como sendo originária também de fatores constitutivos (Freud 1937a), a construção pode se apresentar como uma forma de garantir e provocar mudanças no estado psíquico do paciente.

O objetivo buscado na análise seria o de poder reabilitar o Eu que se encontra sob danos de um conflito psíquico, e, para isso, Freud diz que “nosso saber deve remediar seu [do Eu] não-saber, deve devolver ao Eu do paciente o império sobre jurisdições perdidas da vida anímica. Neste pacto consiste a situação analítica” (Freud 1940, p. 174). Esta situação analítica, portanto, fruto da conjunção de todos os fatores e regras expostos até aqui, forma o centro gravitacional em torno do qual tanto a terapêutica quanto a pesquisa psicanalítica são possíveis. Ela reúne em si as condições necessárias para que o trabalho do analista e do analisado se dê, tal qual um laboratório, de acordo com a analogia de Freud (Freud, 1933a), e tem como objetivo reproduzir uma realidade e uma

situação específicas para que surjam nela novos dados a serem analisados na produção do conhecimento. Este modelo será tratado a seguir, em sua estreita relação com a produção tanto teórica quanto terapêutica na psicanálise.

## 2.4

### O modelo do *setting* psicanalítico

Apesar das orientações freudianas estarem dispersas em sua obra (à exceção dos escritos sobre a técnica), e de serem por vezes vagas, havia, como foi mostrado, um certo número de regras e condições fundamentais para que o tratamento psicanalítico se desse. Ao que foge deste conjunto de fatores, poder-se-ia considerar a flexibilização do procedimento psicanalítico, deixando-a a cargo do tato e da experiência do analista, que deveria, por sua vez, passar por uma formação específica. Este conjunto de fatores compõe o método que Freud inventou, e que considerava aquilo que permitia à psicanálise formular hipóteses acerca do aparato psíquico. A invenção metodológica para o acesso ao inconsciente, então, visa criar um ambiente bastante específico, a *situação analítica*, na qual o tratamento vai se desenrolar.

Nesta conjuntura, o conhecido dispositivo divã-poltrona representaria a *melhor* condição de aplicação do método psicanalítico. Assim, o quadro das sessões, o divã, a poltrona, sua frequência e regularidade teriam por função o favorecimento do processo de transferência para o psicanalista de afetos e fantasias ligadas à infância. O enquadre analítico fornece as condições de emergência do Inconsciente freudiano, ao conjugar de maneira inédita diferentes elementos em um novo dispositivo de investigação clínica e teórica.

No entanto, ainda que o enquadramento da cura psicanalítica esteja no centro da prática da Psicanálise desde os primórdios do movimento iniciado por Freud, as reflexões sobre sua estrutura e sua função são bem mais recentes, e datam de um período posterior à Segunda Guerra Mundial. De fato, o termo “enquadramento” – também referido como “enquadre”, “*setting*”, ou mesmo “quadro analítico” – não faz parte do vocabulário freudiano, e foi introduzido no corpo teórico da Psicanálise, segundo Green (1975; 2008), por José Bleger, na Argentina, através do texto “Psicanálise do enquadramento psicanalítico”, publicado originalmente em 1966 no seu livro *Simbiose e ambiguidade*. Neste

trabalho, porém, utilizarei a versão do mesmo artigo publicada em 2003 pela Revista Pulsional.

Logo no início deste texto, Bleger apresenta o enquadre como sendo uma das partes integrantes da *situação analítica*. Para ele, esta situação retém a totalidade dos

“fenômenos que constituem um *processo*, ou seja, o que é objeto de nossos estudos, análises e interpretações; mas inclui também um *enquadramento*, isto é, um ‘não-processo’, constituído pelas constantes, pelos marcos em cujo interior se desenvolve o processo”(2003, p. 46)

O *setting*, para ele, seria aquilo da situação analítica que permanece imutável, constante, em oposição ao processo, que seria a parcela variável da situação. Ele inclui neste “não-processo” o papel do analista, o conjunto de fatores espaciais e temporais ou o ambiente, e parte da técnica, como o estabelecimento e a manutenção de horários, o acordo quanto aos honorários, as interrupções planejadas, a duração e a frequência das sessões, a limitação da comunicação a um nível verbal etc. Já no Dicionário Internacional da Psicanálise, Alain de Mijolla, além de referir o leitor ao artigo de Bleger, designa o enquadre como “o dispositivo formal e contratual necessário para que se instaure a situação que caracteriza um tratamento psicanalítico, em oposição as outras formas de psicoterapia” (2005, p. 563).

André Green, por sua vez, diz que a situação analítica seria a totalidade dos elementos que constituem a relação analítica, no cerne da qual podemos, ao longo do tempo, observar um processo cujos nós são amarrados pela transferência e a contratransferência, devido ao estabelecimento e os limites do *setting* (1975). Tal processo desvela, através do que é dito, o conflito inconsciente que se traduz em termos de sofrimento psíquico e de sintomas, conjunto que conduz um sujeito ao tratamento. Durante uma análise, o paciente, absorvido pelos movimentos psíquicos que o ocupam, se esquece do enquadre em que se encontra inserido, e assim permite o desenvolvimento da transferência para que possa realizar uma ligação entre o estranhamento psíquico que o ocupa e um objeto, ou, dito de outra maneira, para que possa dar um sentido para seu mal-estar e os motivos que o levaram a uma análise.

Após um primeiro contato, em uma análise dita “clássica”, na qual os termos do contrato psicanalítico são esclarecidos e acordados, o analisando acaba por assimilar todos estes elementos técnicos que permitem o prosseguimento da análise. O processo posto em movimento apoia-se, então, em um contrato entre o analista e o analisando, podendo ser rompido a qualquer momento por um ou outro de seus cossignatários. O enquadre, assim, pode ser subdividido em dois componentes: um sendo o contrato proposto pelo analista e aceito pelo paciente, e outro constituído pelas projeções dos vínculos primitivos do paciente.

As atitudes do analista sempre tendem a uma manutenção e à defesa deste conjunto de constantes, dos elementos do enquadre, e diante de um eventual ataque ao quadro, ou frente a uma falta deste último, a interpretação tem como objetivo sempre mantê-lo ou restaurá-lo. Esta conduta é oposta àquela adotada frente ao processo, no qual as ações do analista têm justamente o intuito de modificar os conteúdos que se apresentam. O enquadramento, em uma situação ideal, é mantido ativamente pelo analista no sentido de não ser alterado, e, enquanto existe como algo invariável, ficaria como que esquecido, ou inexistente, invisível. Ele somente fornece material para algum tipo de interpretação no caso de eventuais modificações. Ou seja, o enquadre é mantido de tal forma que passa a *não* ser levado em conta.

Uma outra propriedade do *setting* é a de apresentar-se como o pano de fundo sobre o qual o movimento analítico pode se desenrolar, uma base muda e silenciosa que desempenha uma função de sustentação e contenção da sessão e dos eventos que ali ocorrem. Pois, nas palavras de Green (1975), é o enquadre que tem o poder de dar limites ao que ocorre ao longo de uma análise. Segundo ele,

“tal trabalho só é possível pela função do *setting* analítico e as garantias dadas por sua constância, que transmite a importância da presença do analista enquanto pessoa. Isso é necessário para que se mantenha o isolamento da situação analítica, a impossibilidade da descarga, a proximidade de contato que é restrita à esfera da psique, e a certeza de que os pensamentos loucos não irão além das quatro paredes do consultório. Ele garante que a linguagem utilizada como veículo dos pensamentos permanecerá metafórica e que o peso da verdade de cada sessão se dissipará quando a porta se fechar atrás do paciente” (p.11).

O enquadramento teria como objetivo, neste sentido, tolerar e reduzir as tensões que surgem através do trabalho do analista, para que se possa chegar, eventualmente, àqueles objetos do analisando capazes de ocupar o espaço da

sessão oferecido pelo analista. O trabalho analítico consistiria, deste modo, na análise das representações e afetos que o paciente traz não só na forma de discurso mas também através de angústias, silêncios e estados físicos, para assim ajudá-lo a reorganizar ou estabelecer novas associações naquele sistema representativo e afetivo que ele apresenta. Freud, já em seus escritos técnicos, frisa que as referências técnicas que propõe são pertinentes na medida em que propiciam uma otimização da comunicação do paciente, pois a verbalização, ainda que desorganizada, introduz uma distância entre o ego e o objeto. “O enquadre analítico induziria a produção de um discurso, que a interpretação conduzirá ao silêncio de pontuação, seguido de novo lance associativo” (Green, 2004, p.18). Resta ao enquadre, além de estimular a emergência de material para que o processo se dê, garantir um espaço que tolere e contenha estes objetos internos do analisando, para que ele consiga se aproximar e separar-se dos objetos ao longo do processo que lhe convier.

O tratamento psicanalítico, em suma, para se desenrolar adequadamente, depende do estabelecimento de um estado psíquico possibilitado pelas exigências técnicas, e não encontrado fora do ambiente de atendimento, de modo que qualquer reflexão sobre este processo depende também da consideração da sessão enquanto “célula de base” (Green, 2008, p. 54) do tratamento. Pois é na sessão que se organiza e se constitui o enquadre psicanalítico, silencioso por definição, porém essencial para o desenrolar de uma análise, por ser precisamente o pano de fundo sobre o qual a experiência analítica se dá. Segundo André Green (2004), foi através da Interpretação dos sonhos que

“Freud forneceu um modelo não somente de um aparelho psíquico mas também do enquadre analítico. É comum observar que o enquadre analítico, do qual Freud é o descobridor, da mesma forma que é o descobridor do inconsciente, somente foi objeto de justificativas pragmáticas, enquanto, na verdade, instituiu uma relação absolutamente original e inteiramente nova entre dois seres humanos.”(p. 21)

Apesar de Freud não haver teorizado o modelo do enquadre, fica claro que este é peça fundamental quando se pensam as condições de realização de uma análise, e o papel do analista nesta empresa. Nas palavras de Green (2004), seria possível resumir a relação entre o analista e o quadro analítico da seguinte forma: “assim como o sonho é o guardião do sono, o analista é o guardião do enquadre”

(p. 16). Este conceito permite-nos esclarecer e visualizar, a um só tempo, os limites dentro dos quais ocorre a análise e sua condição de existência. Sobre ele recaem as exigências de analisabilidade, o *a priori* da psicanálise, ou da aplicação do método psicanalítico ao tratamento psicanalítico. O enquadre, assim, também se apresenta como o limite, e também o encontro, entre a teoria e a técnica psicanalítica, o ponto que permite a articulação das duas, e que faz com que tanto a pesquisa seja possível quanto que a terapêutica seja eficaz. Ou seja, somente o método analítico concebe as condições de recepção dos dados surgidos do encontro entre analista e analisado, permitindo ao trabalho da teoria evoluir a partir dos deslocamentos e superações de obstáculos surgidos na clínica oriunda desse método. Não existe, pois, clínica ou psicopatologia psicanalítica além daquelas que surgem através do dispositivo da situação analítica.

## 2.5

### **A técnica psicanalítica como parte do método de pesquisa**

A psicanálise seria, de acordo com a visão aqui apresentada, um método de investigação provido de uma técnica que visa ao acesso e à aquisição de conhecimento sobre a vida anímica e os processos inconscientes de um sujeito. Esta técnica, ao se inscrever como prática clínica, faz o encadeamento do que se passa em um atendimento com a metapsicologia e, também, com a ética do psicanalista. Todavia, no presente trabalho a questão da ética não será trabalhada, pelo menos não de forma direta.

Como introduziremos o tema da pesquisa psicanalítica em sua relação com a técnica analítica neste tópico, cabe aqui retomar os apontamentos que Freud faz em um breve texto de 1918, intitulado “Deve-se ensinar a psicanálise na Universidade?”, no qual é abordada a questão da pertinência do ensino da Psicanálise na universidade. Ele nos diz que este ensino seria apropriado para transmitir aos estudantes um conhecimento sobre o histórico da elaboração de seu método, bem como suas descobertas e noções que compõem o aparelho psíquico, visando, assim, a prepará-los para um estudo posterior nesta área. Além disso, os estudantes se beneficiariam de aprender algo proveniente da Psicanálise e suas aplicações e relações possíveis com outros campos, além daquele das funções

psíquicas, promovendo diferentes enfoques sobre problemas artísticos, filosóficos ou religiosos.

O próprio Freud, entretanto, ressalta no fim de seu artigo que tais cursos ou seminários haveriam de ter, necessariamente, um caráter teórico e expositivo, não podendo oferecer a oportunidade de experimentos práticos, pois, em suas palavras, “para os fins da investigação que deve levar a cabo o docente de psicanálise, bastará a ele dispor de um consultório externo que provenha o material necessário, na forma dos enfermos denominados ‘nervosos’” (Freud, 1918, p. 171). Em outras palavras, mesmo que a Universidade ofereça um ambiente propício à divulgação dos conhecimentos da psicanálise, a estudos teóricos sobre ela ou a sua aproximação com outras áreas do saber, ela não reuniria as condições adequadas para a pesquisa em psicanálise. Para este tipo de atividade, o ambiente analítico seria o único local apropriado.

Se é possível argumentar que a exploração psicanalítica deveria ser aquela conduzida somente pelo analista no próprio espaço analítico, constituído como um laboratório (como o faz Freud), por outro lado “convém não confundir o movimento de investigação do analista às voltas com a psicanálise de um paciente com a pesquisa em psicanálise que inclui necessariamente outras dimensões – não fosse a própria confrontação com a teoria –, enquanto durante a escuta a teoria está supostamente ‘em suspensão’ ou ‘flutuante’” (Mijolla-Mellor, 2004, p. 29). Mesmo que a investigação se dê respeitando a especificidade do método da associação livre, procedimento este que se aproxima de uma lógica da descoberta, sem se ater a um objetivo previsto por um programa preestabelecido, a pesquisa em psicanálise não se resume à aplicação deste protocolo.

O exercício clínico, assim, só dará lugar à pesquisa, “produtora de novas hipóteses teórico-clínicas, na medida em que a teoria foi trabalhada, investida e previamente interrogada” (Aguiar, 2006, p.122). Ou seja, uma reflexão teórica precedente é necessária para que não só o pesquisador consiga derivar daí novas hipóteses a serem examinadas, mas também para se familiarizar com o que já foi discutido naquele tema do qual ele pretende se aproximar.

Ademais, a pesquisa poderá igualmente se debruçar sobre a articulação teórico-conceitual da psicanálise, aprofundando os conhecimentos e as relações que se estabelecem entre os conceitos, seu desenvolvimento histórico, epistemológico com relação não só ao campo psicanalítico mas também suas

aproximações e interfaces com outros campos de saber. Ou, como ressalta Renato Mezan (1993) com relação a um trabalho crítico de pesquisa possível em psicanálise, deve-se retomar a evolução de um pensamento nos níveis histórico e crítico, realizando uma leitura dos textos freudianos que se distinguem não apenas pela

“busca do rigor na formação das hipóteses, respeitando o pensamento do autor estudado, mas sobretudo a captação das direções em que este pensamento é impelido por suas afirmações de base, por seus postulados e, em última análise, pela *teoria da verdade* que o anima e que, explícita ou implicitamente, ele visa demonstrar” (Mezan, 1993, p. 90).

Por estes motivos, o estudo teórico, conceitual e histórico da psicanálise também pode ser um movimento do qual se originam descobertas e invenções, tomando a psicanálise como objeto de estudo e tema de consideração.

O tempo passado em contato com a literatura psicanalítica fornece ao pesquisador elaborações, esquemas para correlacionar dados, para inferir hipóteses e sugerir derivações que ele deve dominar para que seu trabalho possa efetivamente se tornar uma contribuição ao seu campo de interesse. Desta maneira, a pesquisa teórica, histórica e conceitual faz parte também de um trabalho do pesquisador, mesmo quando os resultados ou as origens desta verificação não estiverem ligados à atividade clínica. Além disto, este trabalho se inscreve, igualmente, depois e a partir da prática que ele conduz em seu consultório. Segundo Mezan,

“é o momento em que o analista já não se dirige ao seu paciente, já não deseja encontrar a interpretação adequada do que escutou, ou mesmo do que pensou a partir do escutado, mas busca dar conta em termos conceituais do modo pelo qual puderam se produzir tanto o que ouviu como o que o fez ouvir assim. Neste momento, a teoria tem por função vincular a singularidade do experimentado à universalidade dos conceitos” (1993, p. 92).

Com estas ideias queremos, enfim, apontar que se as descobertas psicanalíticas são inseparáveis da clínica, isto não quer dizer que elas estejam limitadas à clínica. Pois não só prática e teoria dependem uma da outra e se retroalimentam, mas também novas descobertas na psicanálise não podem ser dissociadas de uma reflexão histórica e epistemológica neste domínio, derivando igualmente de uma pesquisa sobre a psicanálise. No entanto, como a pesquisa

teórica e conceitual em psicanálise não apresenta diferenças daquela realizada em outras disciplinas, nesta seção nos limitaremos a examinar a pesquisa clínica em psicanálise e a maneira como esta pesquisa se relaciona com a elaboração teórica realizada posteriormente.

A teoria psicanalítica é fruto, pois, de um método de pesquisa tanto clínico quanto teórico, e constitui um conjunto de noções, conceitos e hipóteses que é submetido a constantes remodelações e revisões (Mijolla-Mellor, 2005). A terapêutica seria uma das aplicações possíveis da Psicanálise, e constitui uma face dela, mas esta terapêutica possui, também, a atribuição de ser um dos locais de origem de hipóteses e da teoria que será composta posteriormente. É, porquanto, na ligação entre a teoria e a clínica que se elaboram e se põem à prova suas principais hipóteses. Ou seja, o progresso da psicanálise inscreve-se em sua própria prática, e os ajustes do método às situações clínicas múltiplas, e à atividade científica das instituições psicanalíticas são testemunhas desse movimento.

O psicanalista teria, então, duas maneiras de comunicar suas experiências individuais: a supervisão, que cria uma escuta intersubjetiva em um grau secundário, e a comunicação científica, que tem como objetivo o compartilhamento de um saber (Widlöcher, 2002). É neste segundo sentido – o de comunicar e dividir um saber adquirido – que se pode pensar a técnica psicanalítica e a prática que ela origina como um instrumento de pesquisa e de conhecimento. Pois o método clínico desenvolvido por Freud não teria como meta apenas uma intervenção terapêutica bem sucedida, mas também o desenvolvimento de conceitos científicos e a posterior publicação e aplicação destes conceitos (Freud, 1923), tal como outras empresas científicas. A posterior validação de um conceito ou teoria é realizada clinicamente em função de sua utilidade por outros psicanalistas. Como foi ressaltado na seção anterior do capítulo, em psicanálise a experiência clínica acontece tendo como base elementos técnicos que têm o poder de definir a sessão e a situação analítica como lugares de encontro entre o analista e o analisando.

Em outras palavras, este tipo de investigação ocorre na (e depende da) experiência clínica, pois é “no cotidiano das sessões, dentro do estrito espaço tranferencial/contratransferencial, que se inscreve a psicanálise enquanto método de investigação e geradora de novas teorias” (Lammano-Adamo, 2006, p. 167). A

técnica na psicanálise serve como instrumento de investigação e descoberta da vida anímica, ainda que o tratamento não seja mera aplicação técnica. No final, o que faz a psicanálise sempre provisória seria não a sua teoria, mas sim as mudanças que se dão em seu protocolo. Tal orientação é bastante estrita, na realidade, podendo ser resumida em:

“a regra da associação livre para o analisando, e a neutralidade do analista, que lhe possibilita uma escuta (livremente) flutuante; uma *teoria clínica* precisa, assentada no conceito de resistência (o equivalente na clínica ao conceito metapsicológico de recalçamento) e no de repetição; e um *processo constitutivo*, chamado transferência, pelo qual os desejos inconscientes do analisando se repetem, no quadro da relação analítica, sobre a pessoa do analista, colocada na posição de diversos objetos exteriores” (Aguiar, 2006, p. 112)

A ideia, aqui, é que o dispositivo psicanalítico do enquadre torna possível um tipo de processo que tem sua especificidade e suas particularidades, e que “organiza” a transferência de modo que uma configuração psíquica específica torne-se apreensível e interpretável. O pesquisador, posteriormente, se dispõe a transferir sua experiência clínica singular para o campo da metapsicologia. Para realizar esta tarefa, ele deve ser capaz de produzir o trabalho teórico necessário para comunicar o viço de sua exploração e inscrevê-la no campo problemático dos conceitos em debate. No entanto, tal transferência de uma experiência clínica para meios extraclínicos só se torna verdadeira pesquisa se ela der início ao movimento e ao trabalho necessário para retirar da clínica a forma genérica, um modelo exportável para além da prática singular e isolada da qual ela se origina, podendo, assim, terceirizar-se e circular fora do ambiente na qual foi gerada. A prática, portanto, deve poder ser traduzida em teoria para que possa se movimentar com mais facilidade e rapidez, para participar e se incluir nas discussões em andamento fora do consultório deste ou daquele analista. Mas também para poder, em outro ponto da rede de ideias e fatos na qual está incluída, ser traduzida novamente em prática clínica, individual e localizada *concretamente* em um outro consultório e em um outro atendimento.

No entanto, para que esta movimentação de uma experiência gere novas comunicações e debates, e seja incluída na rede de ideias e fatos que vão se construindo a partir deste encadeamento, é preciso que se possa atestar sua utilidade. Para isto – e ao contrário do que ocorre nas pesquisas teóricas,

históricas e epistemológicas – nem a consistência teórica própria de um enunciado, seu rigor ou sua inscrição refletida na metapsicologia seriam suficientes. É preciso que a teoria seja avaliada em sua transferência para a prática, que deve comprovar sua capacidade de gerar interpretações ou associações que possam se subjetivar de modo eficaz. Neste ponto revela-se a importância da cena analítica, mais uma vez, pois é ela quem garantiria tanto a modificação da prática em teoria quanto da teoria em prática sem a necessidade de fiscalização de toda a comunidade psicanalítica em cada atendimento realizado. Ou seja, é o quadro analítico quem dá legitimidade e fidedignidade à produção realizada a partir de seu interior, agindo de modo semelhante a um laboratório e funcionando como um elo fundamental na transmissão dos fatos, conceitos e práticas que povoam o campo.

Pode-se depreender, daí, o motivo pelo qual a questão técnica tinha importância fundamental para o pesquisador Freud. Pois, para fazer sua ciência valer em um círculo mais vasto do que aquele constituído pelos seus amigos e pares imediatos, para poder “exportar” sua Psicanálise e assim fortalecê-la, ele precisava aprender a controlar e purificar o fenômeno neurótico a fim de pesquisá-lo da forma mais neutra possível. Se fosse viável a Freud isolar aquilo que seus pacientes apresentavam, de modo a fazer o próprio evento “falar” a sua própria linguagem, dizer a sua própria verdade, a movimentação de suas ideias não dependeria mais da movimentação de Sigmund ou de algum de seus alunos.

Assim, podemos levantar a hipótese, tal qual o faz Stengers (1990), de que a definição do *setting* analítico – que gira em torno dos conceitos de transferência e resistência – seria a construção de um tipo de instrumento que teria a mesma função da hipnose. Para ela, a hipnose realizava a produção de uma testemunha fidedigna, ou seja, criava um evento que falava enquanto representante “objetivo” de sua ciência. Esta testemunha, ao falar, deve dar legitimidade à maneira através da qual o pesquisador a faz falar.

Não tem muita importância, neste caso, se a testemunha é humana ou não: a física faz falar aquilo que ela denomina seu objeto, enquanto a psicanálise faz falarem sujeitos. O que deve ser ressaltado é a criação “das condições segundo as quais esse fenômeno dará testemunho da maneira mais unívoca possível contra ou a favor da hipótese teórica em função da qual ele é interrogado” (Stengers, 1990, p. 84). Realizar este trabalho de criar uma testemunha, de dar voz a um fato,

implica necessariamente um trabalho de purificação e de controle, ou seja, de tentar eliminar tudo aquilo que possa comprometer ou modificar o sentido do testemunho, tudo aquilo que possa permitir a existência de outras leituras e interpretações de um evento. A testemunha não seria fidedigna caso outros pesquisadores pudessem mostrar que aquilo que ela diz tem outras interpretações. No entanto, as condições de experimentação científicas devem apenas permitir que o fenômeno se manifeste, pois – caso estas condições criem por si só um evento, não lhe dando opção quanto ao que ele diz – o fato deixa de ter valor.

Como já apontado ao longo do capítulo, a hipnose no método catártico operava sobre a memória, despertando lembranças que permitiriam descobrir a causa psíquica do sintoma, um evento traumático esquecido. Ao entrar em contato com esta lembrança, o sintoma desapareceria, “fazendo do paciente uma testemunha fidedigna de seu próprio mal” (Stengers, 1990, p. 118). A verdade dita sob estado hipnótico retorna ao paciente e é, ela mesma, o agente terapêutico. A cura do paciente testemunha, então, a verdade da lembrança liberada.

Todavia, a constatação de que a hipnose põe em cena forças emocionais que ligam paciente e médico num vínculo que dissolve qualquer possibilidade de controle do dispositivo fez com que o criador da psicanálise deixasse de hipnotizar seus pacientes. Do ponto de vista técnico, não se poderia isolar um fenômeno se o pesquisador ficasse vulnerável a estas forças afetivas incontroláveis. Neste sentido, Freud dirá, mais tarde, que a *transferência* pode se tornar a maior *resistência* que o médico encontra na clínica (Freud, 1912a). Assim, será preciso definir uma outra operação que tenha a capacidade de criar tais testemunhas após o abandono da utilização da hipnose. Pois, ao contrário das terapias que necessitavam de uma virtude inerente ao terapeuta, o criador da psicanálise buscou fazer de sua criação uma técnica moderna codificada, submetida a regras estritas.

Neste novo conjunto de regras, para pôr o paciente a serviço da verdade e revelar o fenômeno da neurose, esse testemunho implicaria não somente a lembrança, mas também a vitória sobre as resistências, o que não estava previsto no método que se utilizava da hipnose. Portanto, o último período de mutação entre o método catártico e técnica psicanalítica, e sua posterior definição, seria crucial para o processo de isolamento e criação de um dispositivo que pudesse atestar a fidedignidade dos eventos verificados e comunicados no atendimento

psicanalítico. O que se produz com o novo método, denominado então de psicanálise, é uma narrativa calcada num procedimento técnico, que justamente tem por função criar as condições que permitirão extrair do relato do doente seu substrato inconsciente, fonte do sintoma, e revelar assim o objeto psicanalítico.

Ao fazer da linguagem um meio e uma *matéria* de trabalho, a técnica da associação livre já opera sobre o dispositivo clínico do *setting*. A emergência desta técnica permitiria, assim, submeter o paciente à sua própria verdade. Para isto, o novo método entrega a palavra ao paciente, que assim obtém um controle maior sobre o seu discurso do que teria na hipnose, e a participação da consciência no processo. Isto, por conseguinte, dá origem às resistências. Por outro lado, o abandono da faculdade crítica, como no sonho, leva o paciente a transformar continuamente pensamentos abstratos em imagens, estimulando assim a produção de associações e mais associações, na tentativa de sintetizar o quadro ou o texto que as representações involuntárias vão configurando. Este movimento da cadeia associativa põe em cena representações inconscientes e afetos, sempre involuntários, e que de outra forma seriam impedidos de virem à tona por conta da censura imposta pela consciência.

Segundo Freud (1917b, p.106): “a psicanálise segue a técnica de fazer com que as próprias pessoas que estão sendo examinadas, tanto quanto possível, proporcionem a solução de seus enigmas”. Este aumento da participação do doente no curso de sua afecção deixa ao médico a tarefa de interpretar suas associações, e aqui reside um ponto chave: para interpretar, o médico-analista necessita do concurso da teoria, que explica e, assim, alicerça suas intervenções, “garantindo-lhe” imparcialidade. Teoria e técnica, deste modo, começam a se entrelaçar no discurso freudiano, produzindo um dispositivo diferente dos laboratórios científicos, mas que desempenha uma função semelhante à destes, e inteiramente afinado com o conceito freudiano de realidade psíquica, criando uma vinculação que podemos apontar como sendo o surgimento de um novo esquema epistemológico.

Não podemos, nestas condições, situar a clínica de um lado e a pesquisa de outro, como se fossem duas etapas distintas e bem ordenadas: a clínica se encontra em trabalho desde o princípio no interior da pesquisa, e não se pode fazer nenhuma experiência clínica que não seja, de certa forma, também pesquisa. Por outro lado, não existe uma experiência pura, pois ela já se encontra de início

infiltrada por um trabalho teórico, mesmo quando este último não foi solicitado conscientemente ou pelo método no âmago do experimento presente (Poulichet, 2004).

Podemos, além disso, entender este trabalho teórico subjacente como uma prática interpretativa, bem como nossos conceitos são instrumentos de interpretação que orientam nossa escuta, e ainda que esta escuta clínica solicite no momento do atendimento uma forma de esquecimento *aparente* destes instrumentos. Teoria e clínica seriam, então, indissociáveis desde suas origens. Ou, como nos diz Rousillon: “A psicanálise não é somente um conjunto de enunciados teóricos, tampouco é somente a aplicação de um dispositivo prático, de um modo de atualização de um método de análise, ela é também esse modo de articulação específico da relação teoria/prática que define uma posição epistemológica singular” (2007, p 115).

Finalmente, não existiria verdadeiramente um fundamento e um topo do “edifício”, correlativos de um primeiro tempo de observação seguido de um segundo momento de pesquisa pura, culminando em uma modelização das “ideias”. Da mesma maneira, não existiria clínica psicanalítica que pudesse ilustrar ou confirmar uma teoria, nem uma teoria que pudesse ser “aplicada” a uma clínica. A teoria na clínica seria, antes, parte integrante da escuta do analista, desde o instante em que ele tem a impressão de se produzir um deslocamento, uma condensação, uma denegação, ou outros processos menos fáceis de serem identificados no processo analítico. Esta teoria na clínica, ou o trabalho dos conceitos e apreensão de processos psíquicos que orientam a escuta, pode constituir um primeiro passo da pesquisa psicanalítica, na qual os eventos psíquicos são, eles mesmos, o movimento do pensamento na pesquisa.

### 3

## As mudanças da técnica depois de Freud

Foi traçado, no primeiro capítulo, o percurso que Freud realizou na evolução e modificação de sua técnica, desde os primórdios da Psicanálise até seus últimos escritos a respeito do tema. Este segundo capítulo examinará as contribuições realizadas por outros psicanalistas também no campo da técnica. É certo que não será possível citar todos os autores que já puderam adicionar algo à técnica psicanalítica, dada a amplitude desta questão. Decidimos, para poder realizar a tarefa proposta, nos ater à clínica individual, excluindo assim a análise de grupos e de família. O critério para as escolhas dos autores recaiu sobre a importância destes para a clínica e a técnica. Assim, Ferenczi e sua polêmica técnica ativa serão examinados, bem como as adaptações ao enquadre analítico propostas e realizadas por Anna Freud, Melanie Klein e Winnicott para que se pudesse realizar um atendimento a crianças. Por último, veremos a concepção original de Lacan acerca das sessões curtas e de tempo variável, as quais pressupõem uma compreensão do manejo do tempo bastante distinta daquela realizada em uma análise clássica.

Dito isto, se considerarmos os primeiros analistas que entraram em atividade na mesma época e com o auxílio e orientação de Freud, colaborando assim para a construção da instituição psicanalítica, veremos que, desde o seu início, a prática da psicanálise tende a desenvolver múltiplas aplicações na direção de sujeitos outros além dos pacientes neuróticos histéricos ou obsessivos. De fato, muito rapidamente analistas como Abraham, Simmel ou mesmo Reik e, claro, Sandor Ferenczi e o próprio Freud, interessaram-se por pacientes psicóticos ou pelas personalidades narcísicas, enquanto Anna Freud e Melanie Klein, certamente de modos diferentes, começaram a desenvolver a psicanálise na direção das crianças. Tais práticas tiveram como consequência direta a diversificação da empresa psicanalítica, e acarretaram uma expansão dos locais dedicados aos cuidados à saúde mental, bem como a oferta de terapia, além do aumento do número de instituições de atenção às enfermidades psíquicas.

Em decorrência desta atividade, novos modelos de aplicação da psicanálise se fizeram presentes, desencadeando um processo de refinamento ou de transformação do *corpus* teórico da disciplina. As referências teórico-clínicas, conseqüentemente, sofreram modificações, e os critérios de analisabilidade também foram bastante alterados, dando origem a modalidades clínicas novas e que não seriam possíveis no começo do desenvolvimento da clínica analítica por Freud.

Um destes casos é o da psicanálise infantil. É importante lembrar que o interesse por esta faixa etária manifestou-se num primeiro momento através da observação direta da criança, afim de obter a confirmação da maior parte das deduções freudianas a respeito da sexualidade infantil. Muito rapidamente, porém, certos analistas – dentre os quais os mais célebres são Anna Freud, Melanie Klein e Winnicott – inauguraram tratamentos de crianças disponibilizando dispositivos específicos concernentes ao número de sessões e às modalidades de pagamento, por exemplo. Além disso, e mais importante, a utilização de mediadores, como os jogos ou os desenhos foram convocados para completar ou suprir os limites da comunicação oral das crianças.

Ferenczi, por outro lado, desenvolveu novas maneiras de intervir no tratamento dos neuróticos graves, para auxiliar no combate e na resolução das fortes resistências que se apresentavam nestes casos. Introduziu, assim, um novo dispositivo, através de sua polêmica “técnica ativa”, que serviria de complemento à interpretação e poderia vir ao auxílio do analista para que este pudesse liberar novos conteúdos associativos nos pacientes. Já Lacan estabeleceu uma nova maneira de se conceber a clínica psicanalítica clássica, abrindo mão muitas vezes da interpretação, e frequentemente desvinculando uma sessão de uma duração pré-determinada. Assim, ele modificou completamente o enquadre, realocando-o de acordo com seu entendimento das relações entre a estrutura do sujeito e a linguagem.

Como se pode notar desde este momento, tais modificações situaram-se tanto em relação aos dispositivos – como número e duração das sessões, pagamentos feitos diretamente ao analista ou com a introdução de um terceiro pagante (como é o caso dos planos de saúde atualmente), tratamento gratuito, face a face, dentre outras modalidades possíveis – quanto em relação ao quadro analítico. O que prevalece ao longo destas diversas adaptações da técnica, no

entanto, é a exigência rigorosa quanto à capacidade de continente do analista, aliado à suplência ou à maleabilidade dos dispositivos introduzidos. Além disso, não se pode esquecer das modificações que preconizam diferentes tipos de expressão do paciente, como a utilização de jogos como mediadores, e de intervenções do analista diferentes de uma interpretação clássica que se apóia na transferência e tem como alvo as resistências e o conteúdo fantasmático pré-consciente. É inegável que a metapsicologia encontra-se, assim, se não transformada, pelo menos enriquecida, expandida e aprofundada devido às novas aplicações e das variações técnicas operadas ao longo de vários anos na psicanálise.

### 3.1

#### **Ferenczi e a técnica ativa**

Nascido na cidade húngara de Miskolc em 1873, e falecido em Budapeste aos 59 anos, em 1933, Ferenczi tornou-se, desde seu primeiro encontro com Freud, em 1908, um de seus principais interlocutores. Foi propagador e porta-voz da Psicanálise não somente em seu país mas também em outras nações, além de um pesquisador engajado em temas tanto de teoria quanto de técnica psicanalíticas. Sua produção versou principalmente sobre a técnica, questionando constantemente os limites desta e as maneiras através das quais as fronteiras da prática analítica poderiam ser modificadas e expandidas. Ao longo dos anos, buscou adaptar a clínica para que ela pudesse sobrepor as dificuldades que se lhe surgissem, pensando que as doenças que se apresentavam no consultório não deveriam ser selecionadas em função de sua analisabilidade, e sim que a técnica teria a obrigação de ser modificada, adaptada e desenvolvida para que pudesse dar conta das questões apresentadas pelos pacientes (Sabourin, 1988).

Assim, ao refletir sobre os obstáculos que se apresentavam à época no atendimento, como o caso dos fóbicos e dos neuróticos obsessivos graves (Freud, 1919), ou ainda sobre o fim da análise e a resolução da transferência, Ferenczi desenvolveu, no período que vai de 1919 a 1924-25, aproximadamente, o que denominou de “técnica ativa”. Entendida não só como uma nova possibilidade de “estratégia terapêutica” (Sabourin, 1988, p.114), complementar à técnica clássica da psicanálise (Ferenczi, 1993a), esta técnica constituiu um experimento baseado

em observações clínicas que Ferenczi realizou no intervalo de anos acima mencionado (Dupont, 1993).

Como Joel Birman nos lembra, o psicanalista húngaro produziu e desenvolveu seus trabalhos em uma época em que a vivência da análise era constituída principalmente por uma experiência de interpretação, na qual o analisando associa e o analista interpreta, explicitando e inferindo, neste jogo, aquilo que o paciente diz (1996). Ferenczi propôs, entretanto, uma prática que foge desta dinâmica. Desta feita, deixou às claras o fato de que este vai e vem analítico por vezes não dava conta das estagnações e das paralisações do processo em curso, e que algo mais deveria ser feito para que as associações do paciente pudessem retornar de maneira produtiva para o tratamento, e não sob a forma de um impeditivo a este (Ferenczi, 1993a, 1993b; Ferenczi e Rank, 1993). A partir daí teve início um desvio do registro da interpretação e começou a promover uma “atividade” na análise. Ele começou a “(...) fazer coisas, além de dizer. Isto é, um tipo de escuta que admitia, ao mesmo tempo, uma possibilidade de intervenção no ‘fazer’, a partir da escuta que ele promovia” (Birman, 1996, p. 74). Renato Mezan, por sua vez, chama a atenção para o fato de que o *enfant terrible* da psicanálise tentou lidar com fenômenos clínicos e patológicos complexos recorrendo basicamente à teoria libidinal, pois era este o instrumento de que a própria psicanálise dispunha na época. O ponto de partida, portanto, era a concepção econômica de que havia um excesso de libido estagnada, e que era necessário desvincular esta estagnação, que se encontrava num objeto auto-erótico qualquer, para que a libido pudesse ser reinvestida no processo de análise (Mezan, 1996).

Apesar do período desta técnica ferencziana ter marcado o início das divergências entre Ferenczi e Freud, que iriam se agravar nos anos seguintes, Ferenczi não hesita em afirmar e apontar para Freud a origem de suas ideias sobre a atividade na psicanálise. Para ele

“é ao próprio Freud que ficamos devendo o protótipo desta ‘técnica ativa’. Na análise das histerias de angústia, ele recorreu – em casos de estagnação análoga – ao expediente que consiste em exigir dos pacientes que enfrentem precisamente as situações críticas passíveis de suscitar neles a angústia, não para ‘habitua-los’ a estas coisas angustiantes, mas para desligar de suas cadeias associativas afetos mal ancorados” (Ferenczi, 1993b, p. 6).

Todavia, ainda que haja em Freud alguma indicação ou sugestão a respeito de uma possível ação do analista, foi Ferenczi quem desenvolveu e elaborou a “técnica ativa” por inteiro, seus desdobramentos, evolução e justificativa. A respeito do desenvolvimento deste procedimento, podemos definir como centrais cinco artigos, todos presentes no volume III das obras completas de Ferenczi (Dupont, 1993), e que serão a base sobre a qual esta seção do 2º capítulo da dissertação irá se desenvolver. São eles: 1) “Dificuldades técnicas de uma análise de histeria”, originalmente publicado em 1919 (Ferenczi, 1993b); 2) “Prolongamentos da técnica ativa em psicanálise”, de 1921 (Ferenczi 1993a); 3) “Fantasias provocadas”, em 1924 (Ferenczi, 1993c); 4) “Psicanálise dos hábitos sexuais”, do ano de 1925 (Ferenczi, 1993d) e 5) “Contra-indicações da técnica ativa”, quando, em 1926, Ferenczi realiza uma crítica do seu método e avalia as consequências negativas deste (Ferenczi, 1993e). A estes artigos soma-se também um trabalho realizado com Rank, cujo título é “Perspectivas da psicanálise, de 1924 (Ferenczi e Rank, 1993). Estes textos têm como objetivo esclarecer e formular uma nova concepção da técnica psicanalítica, e com isso permitir a associação ao procedimento clássico de possibilidades de ação que não foram previstos por Freud.

A técnica sugerida e realizada durante anos por Ferenczi consistia, então, em

“formular ao paciente injunções e interdições a respeito de alguns de seus procedimentos, a fim de perturbar o modo habitual (patológico) de descarga das excitações no inconsciente e conseguir assim que a nova distribuição da tensão psíquica resultante desta intervenção permitisse a ativação no inconsciente do material ainda enterrado e tornasse este manifesto no material associativo” (Ferenczi, 1993c, p. 241).

Um pouco mais adiante no mesmo texto, ele defende-se de uma possível crítica quanto à exigência de neutralidade do analista, e justifica mais uma vez seu método:

“quando o paciente parece querer fazer ‘mau uso da liberdade de associação’ e se lhe faz ver isto, ou quando se interrompe bruscamente o fluxo verbal do analisando para voltar a algo dito anteriormente e a que ele procurava esquivar-se por sua logorréia do tipo ‘desconversar’, faltamos aparentemente a ‘regra fundamental’ da psicanálise mas obedecemos a uma outra de suas regras, ainda mais importante, aquela que quer que uma das principais tarefas do analista seja desmascarar as resistências do paciente; e não se pode abrir uma exceção para o

caso particular em que a resistência pretende recorrer a nossa regra fundamental de associação para se contrapor aos objetivos do tratamento” (Ferenczi, 1993c, p. 241).

A preocupação de Ferenczi ao indicar este novo conjunto de condutas seria, como se pode constatar a partir dos trechos transcritos, recolocar em movimento algo que se imobilizou no tratamento analítico e apresenta-se como resistência a este para, assim, otimizar a análise (Ferenczi, 1993c).

Compreende-se, então, que cabe a utilização desta técnica na medida em que há um congelamento das experiências de análise, isso se dando porque a dimensão simbólica deste processo por algum motivo ficou impedida, provocando uma estagnação libidinal, e que, pelo uso destas injunções e proibições o analista tentaria pôr novamente em movimento a libido que foi retida nos sintomas corporais. A proposta ferencziana é contornar este tipo de obstáculo remodelando o funcionamento pulsional na cena analítica através das intervenções que tomam a forma de sugestões de proibição ou injunção de *atos* do paciente. O analista, aqui, comporta-se de modo não mais neutro e abstinente, mas como “objeto da montagem pulsional” do paciente (Mezan, 1996, p.107). Nas palavras de Ferenczi,

“a *atividade* moderada, mas se necessário enérgica, que é exigida pela análise reside no fato de que o médico aceita, numa certa medida, desempenhar verdadeiramente o papel que lhe é prescrito pelo inconsciente do paciente e suas tendências para a fuga. Favorece-se deste modo a *tendência para repetir* as experiências traumáticas precoces, em geral ligeiramente inibidas, tendo por finalidade essencial, bem entendido, vencer em definitivo esta tendência para a repetição e desvendar seu conteúdo. Quando esta repetição surge espontaneamente, é supérfluo provocá-la e o médico só tem de proceder de forma que a repetição se transforme em rememoração (ou em reconstrução plausível)” (Ferenczi e Rank, 1993, p. 238).

A análise seria, antes de tudo, um método que permitiria ao neurótico reviver com o analista a relação edípica que deu origem aos seus conflitos, para que os conhecimentos adquiridos na cena analítica lhe possibilitassem chegar a uma nova e melhor solução de suas questões. As condições oferecidas pela técnica analítica fariam com que a relação transferencial e o processo de tratamento se dessem por si mesmos, cabendo a utilização da técnica ativa apenas em momentos nos quais os indícios do conflito edípico não estivessem sendo reproduzidos na vivência analítica (Ferenczi, 1993d).

As medidas propostas por Ferenczi aos seus pacientes, deste modo, envolviam sempre a realização de ações que lhes seriam desagradáveis, como enfrentar fobias, ou renunciar a práticas agradáveis. Ele visava, com isso, impedir a realização de atividades agradáveis que levavam o analisando a evitar conflitos, e fazer com que o doente renunciasse a um “prazer-refúgio” (Sabourin, 1988, p.116) de atividades aparentemente inofensivas, mas que teriam a função de substituir a atividade sexual do sujeito no momento da sessão. Procedendo deste modo, a intervenção se daria diretamente nos mecanismos psíquicos do paciente, como é o caso quando Ferenczi proíbe uma paciente de permanecer com as pernas cruzadas durante a sessão, por perceber que através desta postura ela recorria a formas de “masturbação larvada” (Ferenczi, 1993b, p.2). Através deste tipo de atitude do neurótico, as moções inconscientes, importantes para o tratamento, eram descarregadas pela via corporal, ao invés de poderem ser trabalhadas e investidas pela palavra em análise.

Em outras palavras: para que as resistências do analisando pudessem ser ultrapassadas, as intervenções do analista deveriam orientar o neurótico contra o princípio do prazer. Agindo assim, Ferenczi tinha como meta impedir o uso de determinadas vias de escoamento de associações, para que o analisando não pudesse lançar mão destes percursos associativos aos quais estava habituado, e fosse impelido a produzir novo material analítico. No texto “Dificuldades técnicas de uma análise de histeria”, ele se pronuncia da seguinte maneira:

“desde a descoberta da transferência e da ‘técnica ativa’, podemos dizer que a psicanálise dispõe, além da observação e da dedução lógica (interpretação), do método experimental. Assim como na experimentação animal é possível, ligando as grandes redes arteriais, elevar a pressão sanguínea em regiões distantes, também podemos e devemos, em certos casos, barrar as vias inconscientes de escoamento da excitação psíquica para obrigá-la, graças ao ‘aumento de pressão’ da energia assim obtido, a vencer a resistência oposta pela censura e estabelecer um ‘investimento estável’ por meio dos sistemas psíquicos superiores” (Ferenczi, 1993b, p.7).

Em resumo, tais injunções ou proibições tinham como alvo a eliminação das resistências que emperravam o andamento da análise, e, após o desmembramento destas resistências, as novas associações que o paciente podia fazer eram escutadas, interpretadas e davam origem a construções da mesma maneira que na técnica freudiana. As referidas sugestões do analista serviriam,

com efeito, como um agente provocador, ou liberador, de conteúdos recalçados. O importante era, então, liberar este novo material para que a análise pudesse ter seu percurso retomado. Além disso, a atividade caberia não ao analista, mas ao paciente, que poderia aceitar ou não as sugestões que lhe eram feitas. Como Sabourin esclarece:

“o objetivo desta técnica é sempre a *atividade do paciente esclarecida pelo analista*, ao contrário do que seria um *acting*, ou uma chantagem à mudança, ou um deixar fazer qualquer coisa. É, às vezes, mais uma técnica de reativação, uma medida excepcional, um expediente, um artifício. Ao contrário da ‘análise por cima’, aquela que parte da superfície das associações, a técnica ativa é verdadeiramente uma ‘análise por baixo’. Trata-se pois de uma estratégia que não é um fim em si mesma, mas que chega algumas vezes ao *absurdo*, em vista de uma elucidação melhor das camadas profundas do inconsciente” (1988, p. 125).

Vale notar, porém, que se a técnica ativa buscava manter a abstinência do paciente no mais alto grau, contra os ganhos e satisfações conscientes, aumentando e exacerbando um sintoma transferencial, seu uso seria mais bem recomendado quando do fim de uma análise ou de uma prolongada estagnação. E, como se nota pelos textos citados, Ferenczi a considerava um instrumento valioso tanto na investigação quanto na retirada e supressão do recalque, por provocar uma nova distribuição da energia psíquica do paciente. No entanto, como consequência natural desta tentativa de eliminação do recalque, mais tarde ele iria reconhecer que tais medidas teriam como efeito também o aumento da resistência dos pacientes, e que seu procedimento só deveria ser utilizado em último caso, e sempre por um analista experiente, que já fosse formado e tivesse conduzido então inúmeras análises clássicas sem a utilização do método ativo (Ferenczi, 1993e).

Em 1926 Ferenczi escreve, porém, um artigo no qual reavalia a pertinência e a aplicabilidade de sua técnica, intitulado “Contraindicações da técnica ativa” (Ferenczi 1993e), enfatizando mais uma vez que somente psicanalistas experientes deveriam lançar mão de intervenções visando à atividade, sob risco de praticarem somente uma análise selvagem. Diz ele que as possibilidades abertas pelas injunções do analista teriam sua utilidade na medida em que poderiam ajudar a ultrapassar empecilhos surgidos, e que não constituiriam de modo algum uma maneira de evitar estes obstáculos. Estas sugestões deveriam ser utilizadas apenas em último caso, e preferencialmente no final da análise, pois acarretavam também um aumento da resistência, e, caso o analista não fosse hábil, isto teria o

efeito oposto do pretendido inicialmente, ou seja, o tratamento seria necessariamente prejudicado. O ego do paciente teria a tendência de reagir e opor-se ao aumento de tensão gerado pela atividade, de modo que a transferência seria seriamente ameaçada, o que faria com que a técnica ativa só fosse indicada caso o amor de transferência estivesse solidamente estabelecido (Ferenczi, 1993e).

Além disso, o discípulo de Freud também apresentava reservas quanto à concepção rígida de suas proibições, que representariam um perigo, dado que havia a possibilidade do analista acabar por impor sua vontade ao doente e assim causar “uma repetição exageradamente fiel da situação pais-criança ou a se permitirem posturas perfeitamente sádicas de professor” (Ferenczi, 1993e, p. 367), o que reforçaria o trauma neurótico, ao invés de permitir uma ressignificação deste. O limite da atividade permitida foi posto da seguinte maneira, naquela ocasião:

“são admitidos todos os modos de expressão que não obriguem o médico a sair de seu papel de observador e de conselheiro benevolente. Convém deixar insatisfeitos os desejos que o paciente tem de obter sinais de uma contra-transferência positiva; com efeito, a análise não cabe fazer a felicidade do paciente durante o tratamento por uma conduta carinhosa e amigável (no tocante a estas demandas, cumpre reenviá-lo para a vida real após a análise), mas deve repetir as reações do paciente à privação em condições mais favoráveis do que aquelas que foram possíveis na infância e corrigir os distúrbios do desenvolvimento cuja reconstituição histórica possa ser feita” (Ferenczi, 1993e, p. 371)

A importância, então, seria de manter a flexibilidade destas proibições ou injunções, apresentando-as simplesmente como sugestões justificadas e deixando a cargo do paciente a decisão quanto a segui-las ou não. O analista deveria se manter inativo, e o procedimento ferencziano serviria tão-somente para precipitar um material novo, cuja *interpretação* permanece sendo a principal tarefa da análise. Pois Ferenczi sempre concebeu suas contribuições técnicas como um complemento à técnica clássica da psicanálise, e não como um substituto a ela (Ferenczi, 1993d), afirmando inclusive que “a dita atividade não pretende, em absoluto, substituir a análise atual mas completá-la em alguns pontos e em certas circunstâncias precisas”(Ferenczi, 1993d, p.327).

### 3.2

#### **A Psicanálise com crianças: Melanie Klein, Anna Freud e Winnicott**

Se o cerne do trabalho psicanalítico desenvolve-se, segundo Freud – como já foi explicitado no capítulo anterior–, em torno do manejo da dinâmica da transferência e da contratransferência, na identificação e na superação das resistências e na função da interpretação e da construção, a análise de crianças representa um campo no qual a delimitação destes referentes é colocada em questão pelo próprio fato de que o paciente, neste caso, não apresenta uma organização psíquica já estabelecida, nem possui um domínio da linguagem verbal que permita a comunicação baseada somente nas palavras, além de manter um vínculo ainda muito estreito e dependente de seus objetos reais, a saber, seus pais. A prática analítica com crianças, portanto, desenvolvida principalmente depois dos anos 1920 (Roazen, 1992), deixa claro desde o princípio que o quadro definido por Freud para o adulto, ou seja, o uso do dispositivo divã-poltrona, da regra fundamental da associação livre e a grande ênfase dada à linguagem verbal não poderia ser aplicado às crianças, principalmente aquelas mais novas. É lícito considerar, porém, que um tratamento genuinamente psicanalítico possa ser desenvolvido com elas em enquadres distintos e principalmente adaptados às diferentes idades dos pequenos pacientes (Golse, 2005).

É interessante notar, de um ponto de vista histórico, que a primeira análise efetuada em uma criança foi aquela realizada pelo próprio Freud, no caso clínico do “Pequeno Hans” (1909/2007), conduzida, de fato, indiretamente através das indicações e relatos do pai do menino. Neste caso, a análise da transferência se deu entre Hans e seu pai, sob pano de fundo da transferência deste pai com o próprio Freud, fato que acarreta problemas transferenciais (Golse, 2005), já que a relação não teve lugar entre o paciente e o analista. Todavia, a primeira análise *autêntica* de crianças foi levada a cabo por Hermine von Hug-Hellmuth, durante a Primeira Guerra Mundial (Roazen, 1992). Utilizo aqui este adjetivo de autenticidade por ter sido ela a primeira a reconhecer a possibilidade de estabelecimento de uma transferência por parte da criança para com seu terapeuta, e utilizar, mesmo de forma não sistemática, as contribuições do jogo e do desenho no processo terapêutico com seus pacientes, ainda que não tenha empreendido “a psicanálise de crianças menores de seis anos, e embora usasse desenhos e

ocasionalmente o brincar como material, não os desenvolveu em uma técnica específica” (Klein, 1991).

Com efeito, a técnica da Psicanálise só começou a ser sistematizada e adaptada ao público infantil após a segunda década do século XX, notadamente a partir dos trabalhos e da clínica de Melanie Klein, Anna Freud e Donald W. Winnicott. As diferentes posições tomadas pelas duas autoras a respeito da técnica para este tipo tratamento analítico, no entanto, deram início a um dos maiores debates da história da Psicanálise, girando em torno principalmente de questões relativas ao lugar dos pais no processo, ao enquadre necessário, à dinâmica transferencial e contratransferencial e a função da interpretação.

Assim, Klein tinha como princípio que veículos como os brinquedos, os jogos e os desenhos infantis poderiam ser utilizados e tidos como análogos da fala do adulto em relação à regra fundamental da psicanálise (Klein, 1991). Dito de outra forma,

“O importante, para Melanie Klein, era o fato de que a brincadeira era uma maneira de a criança expressar o seu mundo interno, ou, noutros termos, a brincadeira era uma maneira pela qual as fantasias inconscientes infantis eram expressas. Então, a interpretação da brincadeira correspondia nada menos do que à interpretação dos conteúdos das fantasias inconscientes que a brincadeira tornava possível apreender a partir de seu simbolismo” (Fulgêncio, 2008, p. 128).

Anna Freud, por sua vez, considerava que estes mesmos jogos e desenhos não confeririam significação simbólica suficiente para serem considerados substitutos legítimos da associação livre, o que teria como consequência que o quadro analítico não poderia ser devidamente adaptado a uma análise de crianças, uma vez que, com elas, verifica-se ausência quase total de material analítico pela verbalização e utilização do instrumento da regra fundamental analítica, o que impediria a realização de uma análise propriamente dita (Freud, A., 1946). Os jogos, portanto, são importantes enquanto instrumento de observação, sendo assim parte essencial da técnica, mas não constituem um meio de obtenção de material interpretável (Freud, A., 1946). O analista é visto, aqui, como um observador que se encontra bastante próximo à criança, e se apoia principalmente nas falas dos pais e no desejo destes quanto ao tratamento de seu filho, o que aproxima a posição de Anna sobre a análise de crianças a uma postura mais

pedagógica, deixando em suspenso a possibilidade de uma intervenção direta no psiquismo da criança com o objetivo de aliviar os sintomas desta.

Para a filha de Freud, além disso, a dependência que a criança tem de seus pais impossibilitaria uma transferência real com o analista, o que, mais uma vez, impediria a análise infantil. A este respeito, Jacquemain diz que “para a criança que vivencia seus pais como objetos de amor na realidade, o analista só pode figurar como um objeto a mais e não no lugar deles” (Jacquemain, 2005, p. 1928). Anna Freud justifica este ponto de vista afirmando que a criança não teria consciência de seu sofrimento, não sendo capaz, por conseguinte, de formular um pedido de ajuda, ou uma demanda de análise, sendo necessária, então, uma sedução por parte do analista para que se estabeleça um vínculo forte o suficiente com a criança, o que permitiria, assim, uma análise em seguida (Freud, A., 1946). Esta perspectiva torna-se clara em duas passagens de seu livro “The psychoanalytical treatment of children”, nas quais ela resume sua posição da seguinte maneira, ao comparar o tratamento entre adultos e crianças:

“Mas o que constitui uma dificuldade ainda maior é que a criança ela mesma não é o sofredor, pois ela frequentemente não percebe o problema em si mesma de maneira alguma; apenas aqueles a seu redor sofrem com seus sintomas ou surtos de desobediência. Então falta à situação tudo aquilo que parece ser indispensável no caso de adultos: consciência da doença, decisão voluntária e uma vontade dirigida à cura” (Freud, A., 1946, p. 6).

Ainda nesta mesma página ela complementa seu argumento:

“Eu tenho sucesso em fazer um pequeno paciente ‘analísável’ no mesmo sentido do adulto, ou seja, induzindo uma tomada de consciência em seu problema, ao promover uma confiança no analista, e modificando a tomada de decisão da análise de outras pessoas para a criança. Para esta tarefa, a análise de crianças requer um período preparatório que não ocorre com adultos” (Freud, A., 1946, p.6).

Ou seja, a psicanalista vienense não acreditava ser possível estabelecer desde cedo com a criança uma relação puramente analítica, e propunha, assim, um período de preparação ou de treinamento antes do início do trabalho analítico propriamente dito. Também recomendava ao analista a busca de informações acerca da criança através dos pais, na medida em que considerava que a criança continuaria a exteriorizar suas reações anormais no ambiente doméstico e não na cena analítica, pois isto não seria possível, e também pela impossibilidade de se

criar uma neurose de transferência no paciente (Freud, A., 1946). Neste sentido, ela colocava em primeiro plano o consciente e o ego da criança, atribuindo importância principalmente a sua situação externa e valorizando o nível da realidade. O analista, portanto, acabaria se fundindo em duas funções combinadas: tratar e educar (Prizskulnik, 1995). As entrevistas com os pais durante o tratamento seriam, portanto, fundamentais, por serem fontes não só de informação sobre o paciente, já que este não possuiria a capacidade de fornecê-las por si mesmo, mas também para que o analista pudesse orientá-los quanto à educação de seus filhos, o que seria uma das únicas formas de intervenção no mundo real infantil. Interessante notar que a perspectiva técnica adotada por Anna Freud não se encontra, em linhas gerais, muito distante daquela escolhida por seu pai quando da análise do Pequeno Hans, apesar de ser certamente bem mais elaborada e embasada do que o único tratamento deste gênero empreendido pelo próprio Freud.

A posição de Melanie Klein, como já se pode deduzir do pouco que foi dito nas páginas anteriores, era radicalmente diferente e diametralmente oposta àquela defendida pela filha caçula do criador da Psicanálise. Seu posicionamento era o de que, tal qual na psicanálise de adultos, o tratamento de crianças deveria explorar o inconsciente do indivíduo, e sua técnica tinha como objetivo tornar viável este procedimento. Para Klein, as crianças em atendimento expressavam suas fantasias e ansiedades através do brincar e, ao recorrer a interpretações verbais destas brincadeiras, comunicadas diretamente a criança, ainda que na linguagem desta última, o resultado obtido seria não só uma diminuição destas ansiedades como também o surgimento de material adicional nas brincadeiras dos pacientes. A própria autora se expressa sobre este aspecto de sua técnica dizendo que

“esta abordagem corresponde a um princípio fundamental da psicanálise – a associação livre. Ao interpretar não apenas as palavras da criança mas também suas atividades com seus brinquedos, apliquei este princípio básico à mente da criança, cujo brincar e atividades variadas – na verdade, todo o seu comportamento – são meios de expressar o que o adulto expressa predominantemente através de palavras. Também orientei-me sempre por dois outros princípios da análise, estabelecidos por Freud, que desde o princípio considerei fundamentais: que a exploração do inconsciente é a principal tarefa do procedimento psicanalítico, e que a análise da transferência é o meio de atingir este objetivo” (Klein, 1991, p. 151)

Uma das precondições na realização de uma análise com crianças seria, portanto, a compreensão e a interpretação das fantasias, sentimentos, ansiedades e experiências do paciente, quase sempre comunicadas através deste brincar. Ou, caso houvesse a inibição desta capacidade, a interpretação incidiria sobre as causas do impedimento da brincadeira.

Quanto à transferência na análise, “espinha dorsal do procedimento psicanalítico” (Klein, 1991, p. 153), a psicanalista acreditava que seu estabelecimento dependeria da capacidade do paciente sentir que o consultório, ou a sala de atendimento, pertencia a um domínio distinto de sua vida familiar cotidiana. Segundo ela, “isto porque é apenas sob tais condições que ele pode superar suas resistências contra vivenciar e expressar pensamentos, sentimentos e desejos que são incompatíveis com as convenções sociais e que, no caso de crianças, são sentidos como contrastando com muito do que lhes foi ensinado.” (Klein, 1991, p. 153). Da mesma forma que em um atendimento de adultos, na psicanálise infantil kleiniana, a transferência – tanto a negativa quanto a positiva – deveria ser interpretada, pois para esta vertente psicanalítica a transferência encontra-se presente desde o início do tratamento, e, independente do material utilizado para a emergência de conteúdos, é essencial que os princípios analíticos subjacentes à técnica estabelecida por Freud sejam aplicados. Caso a interpretação fosse pertinente a pontos do material trazido pela criança, ela teria a capacidade de compreender a comunicação do analista, que era feita sucintamente e com expressões da própria criança. Isto se dava, segundo Klein, pelo fato de que as conexões entre o Inconsciente e o Consciente da criança pequena são mais próximas, e as repressões ainda menos poderosas do que nos adultos.

Apesar de no início de sua atividade clínica ela ter realizado atendimentos nas casas de seus pacientes, Melanie Klein logo percebeu que, se quisesse realizar esta separação entre a vida diária da criança e seu mundo externo, seria mais indicado que o tratamento ocorresse em um consultório fora da residência da criança. Assim sendo, por enfatizar os processos internos da criança e proteger o ambiente analítico de influências externas, Klein preferia que os pais do paciente fossem encaminhados para um outro analista, não cabendo ao terapeuta atender tanto a criança quanto seus responsáveis. Ainda de acordo com a exigência de dar espaço e ênfase ao psiquismo infantil, a seleção dos brinquedos utilizados no atendimento era feita de modo a permitir que o máximo de experiências,

sentimentos e fantasias pudesse ser depositado e projetado na atividade de brincar. Ela estipulou, por isto, que os brinquedos oferecidos pelo analista deveriam ser, em geral, simples, pequenos e não mecânicos, “porque seu número e variedade permitem à criança expressar uma ampla variedade de fantasias e experiências” (Klein, 1991, p. 154). A simplicidade dos brinquedos garantia, conseqüentemente, a plasticidade das brincadeiras. Também ressaltou que cada criança tinha seu próprio conjunto de brinquedos, o qual, após a sessão, era guardado até o próximo encontro, ação que possuiria a mesma função, na criança, da relação privada e íntima entre analista e paciente, característica fundamental da situação transferencial em análise.

Em oposição declarada a Anna Freud, Melanie Klein ainda destacou como aspecto importante de sua técnica o fato de que, tal qual em uma análise com adultos, não cabia ao analista julgar ou condenar as expressões e pensamentos do paciente. Ou seja, para ela não se deveria mostrar desaprovação caso a criança quebrasse um brinquedo, por exemplo. Sua posição era a de não utilizar “influência moral ou educativa”, atendo-se “apenas ao procedimento psicanalítico que, resumidamente, consiste em compreender a mente do paciente e comunicar a ele o que ocorre nela” (Klein, 1991, p. 157).

Podemos perceber, até este ponto, que havia uma disputa marcante, no início da adaptação da técnica da psicanálise para o atendimento de crianças pequenas, sobre qual postura seria a mais adequada do analista, e quais caminhos e opções seriam os melhores nesta tarefa. Se Melanie Klein e Anna Freud, com efeito, lideraram dois polos desta discussão, constituindo um verdadeiro cisma no interior da Sociedade Britânica de Psicanálise, isto não quer dizer que seus pontos de vista eram os únicos a se manifestar naquele momento. Pois além dos extremos representados pelas duas, também houve a formação de um terceiro grupo, adequadamente chamado de *middle group*, ou grupo do meio, para o qual a adesão a um ou outro partido não era necessária. O nome de Winnicott surgiu como representante desta terceira via possível na compreensão da psicanálise infantil, revelando e trabalhando sobre aspectos que não eram vislumbrados pelas duas autoras anteriores.

Ainda que Winnicott se apoiasse, tal qual Klein e Anna Freud, na atividade do brincar como princípio técnico fundamental para o tratamento das crianças, seu foco recaiu sobre um plano diferente em sua aproximação e

compreensão das brincadeiras infantis. Assim, para ele era mais importante se ater à *capacidade* que o paciente tinha de brincar do que ao que estava sendo comunicado por esta atividade. Ao final de seu texto intitulado “O brincar, uma exposição teórica”, ele resume seu pensamento dizendo-nos que

“para uma aproximação à ideia do brincar, é útil pensar na *preocupação* que caracteriza o brincar de uma criança pequena. O conteúdo não importa. O que importa é o estado de quase alheamento, aparentando à *concentração* das crianças mais velhas e dos adultos. A criança que brinca habita uma área que não pode ser facilmente abandonada, nem tampouco admite facilmente intrusões” (Winnicott, 1975a, p. 79).

O autor deixava bem claro, em oposição às outras duas correntes ocupadas de crianças na psicanálise, que, *o conteúdo da brincadeira não é importante*. O que seria crucial, no desenvolvimento e para a saúde não só da criança como também do adulto, era que o indivíduo estivesse apto a brincar, e assim ter a habilidade de comunicar através de jogos, desenhos, brincadeiras e, futuramente, senso de humor. Winnicott estava ciente de que sua maneira de conceber o brincar não o considerava unicamente como uma forma de expressar (sublimar) as pressões instintuais, e compreendia que a brincadeira é um fim em si mesmo, sendo fonte de satisfação mesmo quando elevasse o grau de ansiedade da criança, com a reserva de que haveria, no entanto, um nível insuportável deste sentimento que destruiria o brincar, devendo ser, portanto, evitado (Winnicott, 1975a). Ainda neste mesmo texto, lê-se que “a característica essencial do que desejo comunicar refere-se ao brincar como uma experiência, sempre uma experiência criativa, uma experiência na continuidade espaço-tempo, uma forma básica de viver” (Winnicott, 1975a, p. 75).

Para o psicanalista inglês, o brincar é, então, uma atividade psicoterápica em si mesma, não somente pelos conteúdos simbólicos que seriam expressos nela, mas principalmente por ser através da brincadeira que a criança pode exercitar seu potencial criativo e fruir desta liberdade (Winnicott, 1975b). Ou seja, uma criança doente seria aquela que não conquistou ou perdeu esta capacidade, e caberia então ao analista ou terapeuta trabalhar no sentido de promover esta conquista, oferecendo as condições ambientais para que o paciente chegasse a ela: “Quando um paciente não pode brincar, o psicoterapeuta tem de atender a este sintoma principal” (Winnicott, 1975a, p. 71).

Não se tratava, no entanto, de instalar ou impor a brincadeira como algo advindo somente do analista, mas de criar as condições ambientais de adaptação e comunicação que levassem o paciente a poder brincar enquanto compreendia esta brincadeira como uma experiência contínua e de troca com o mundo. Pois é só quando esta capacidade se restabelece que faz sentido a interpretação de algum conteúdo. Caso contrário, a interpretação seria fonte de submissão do paciente, que ainda possui uma postura muito rígida para se apropriar dela à sua maneira. Ou, nas palavras de Leopoldo Fulgêncio:

“O brincar, como modelo para a prática analítica, é concebido em função do encontro com o si-mesmo, da comunicação e da interseção entre a realidade subjetiva e a objetivamente percebida, encontro que contribui para o amadurecimento, uma vez que corresponde a um tipo de integração da pessoa. Este conjunto de acontecimentos vividos e repetidos na situação analítica permite que o paciente possa tomar a vida como algo que lhe diz respeito, já que este encontro se dá na área em que ele cria o mundo em que vive, ao mesmo tempo em que se adapta ao mundo objetivamente dado, sem perda significativa da sua espontaneidade.” (Fulgêncio, 2008, p. 133).

Estimular a espontaneidade e a capacidade de criação garantiria a saúde mental da criança, já que o brincar não seria exatamente a realidade interna nem tampouco a externa do indivíduo. Ao brincar, a criança traz para esta área lúdica fenômenos e eventos que são originários da realidade externa, porém os utiliza a serviço de sua realidade interna. Desde que há uma “evolução direta dos fenômenos transicionais para o brincar, do brincar para o brincar compartilhado, e deste para as experiências culturais” (Winnicott, 1975b, p. 80), um tratamento analítico deve permitir à criança a apropriação desta capacidade de estar em um espaço intermediário entre o mundo externo e interno. Ao brincar junto com a criança, o analista pode ajudá-la a desenvolver este espaço e diminuir sua rigidez. A análise buscava, então, fornecer uma nova experiência de criatividade, em um ambiente especializado que possibilitasse o relaxamento do paciente (Winnicott, 1975b). Ou seja, o próprio enquadre da análise deveria se tornar este ambiente intermediário, permitindo o surgimento de ideias e pensamentos aparentemente desconexos, que o analista aceitava como tais, sem exigir ou presumir a existência de um fio condutor entre eles. Pois, caso houvesse esta expectativa ou busca de um sentido, a possibilidade de um relaxamento criativo era perdida, já que se introduzia uma tensão direcionada à organização do conteúdo comunicado.

Sobre isso, podemos citar aqui um parágrafo do próprio Winnicott, no qual ele resume a suas ideias acerca do objetivo de um atendimento e da postura de um analista:

“a associação livre que revela um tema coerente já está afetada pela ansiedade, e a coesão das ideias é uma organização defensiva. Talvez seja necessário aceitar que alguns pacientes precisam às vezes que o terapeuta possa observar o absurdo próprio ao estado mental do indivíduo em repouso, sem a necessidade, mesmo para o paciente, de comunicar este absurdo, o que equivale a dizer, sem que o paciente tenha necessidade de organizar o absurdo. O absurdo organizado já constitui uma defesa, tal como o caos organizado é uma negação do caos. O terapeuta que não consegue receber esta comunicação empenha-se numa tentativa vã de descobrir alguma organização no absurdo, em consequência do que o paciente abandona a área do absurdo, devido à desesperança de comunicá-lo. Uma oportunidade de repouso foi perdida, devido à necessidade que o terapeuta teve de encontrar sentido onde este não existe. O paciente não pode repousar, devido a um fracasso das provisões ambientais, que desfez o sentimento de confiança. O terapeuta, sem saber, abandonou o papel profissional, e o fez, desviando-se para pior, a fim de ser um analista arguto e encontrar ordem no caos” (Winnicott, 1975b, p.82).

Em outras palavras, a função do analista de olhar, tolerar o caos e oferecer condições de confiança ao paciente era muito mais importante, para Winnicott, do que a interpretação tradicional psicanalítica. O paciente, no consultório, buscava formar uma base de sentimento de si mesmo, e era através da atenção do analista em um *setting* que permite o surgimento de conteúdos sem significação que o paciente poderia reviver experiências extremamente primitivas de separação e troca entre o mundo interno e externo, possibilitando a compreensão de si mesmo como uma unidade reconhecida por outros e manifestada de maneira criativa.

Winnicott, portanto, distanciou-se de uma perspectiva psicanalítica que depositava sua atenção fosse no mundo externo da criança – como o fez Anna Freud –, fosse no mundo interno – como foi o caso de Melanie Klein –, atendo-se mais à *forma* do brincar e suas condições de existência do que aos *conteúdos* e seus significados. Assim, inaugurou uma nova vertente da técnica da psicanálise de crianças ao realizar adaptações diferentes da técnica clássica de análise com adultos, e desenvolver novos instrumentos, tanto práticos quanto conceituais, para o tratamento.

A psicanálise infantil, como se pode ver, convoca a criatividade do analista e estimula tanto seu imaginário e sua capacidade de jogar, aspecto particularmente teorizado pelo grande analista que foi Winnicott. Estes dispositivos assaz

específicos da análise de crianças seriam difundidos, e também se tornariam parte integrante da prática da análise com adultos. De um ponto de vista da pesquisa, foi exatamente esta nova dinâmica introduzida pelas adaptações do enquadre que pôde aprofundar a prática psicanalítica, ao permitir uma outra compreensão de alguns fenômenos, a saber: a sexualidade infantil foi revisitada e a concepção freudiana do pequeno perverso polimorfo foi não somente verificada mas também ampliada. Sobre o plano econômico, o trabalho de investimento e de desinvestimento pulsional pôde ser observado *in vivo* e não mais unicamente através da rememoração. Ainda, mecanismos como a denegação puderam ser igualmente examinados de maneira direta, além de uma aproximação e compreensão do recalque enquanto este estava em vias de construção. Os psicanalistas que orientaram tratamentos com crianças estavam também bem posicionados quanto à manifestação e estruturação das relações intrínsecas que se estabelecem na melancolia, na perversão e na sublimação, no momento, por exemplo, da entrada na fase de latência (Bonnet, 2009)

### 3.3

#### Lacan e o tempo lógico

A contribuição de Lacan ao tema da técnica psicanalítica não pode ser introduzida sem certa dificuldade; pois, enquanto os autores trabalhados nos itens anteriores deste capítulo introduziram elementos técnicos que possibilitaram uma expansão teórica e clínica da psicanálise em direção a novos tipos de pacientes – como as crianças –, ou a novos aspectos pouco elaborados por Freud – como é o caso da contratransferência ou do lugar do corpo introduzido por Ferenczi –, a intenção do psicanalista francês ao longo de seu trabalho foi estabelecer uma nova maneira de se ler e compreender toda a obra freudiana. Lacan alia-se, para isto, às teorias linguísticas e a posições e opções filosóficas oriundas de Hegel, Kojève e Koyré (Roudinesco e Plon, 1998). Deste agrupamento com a linguística ele adota o conceito de significante como um dos elementos fundamentais de seu sistema de pensamento, retomando o conceito introduzido por Saussure na linguística à sua maneira. Pois, enquanto o significante do linguista francês designava a parte do signo linguístico ligado ao som, em oposição ao significado, parcela ligada ao conceito (Saussure, 2006), Lacan valoriza uma supremacia do significante,

tornando-o mais importante e de relevância muito maior do que o significado. Assim, suas contribuições técnicas passam necessariamente por este elemento, o qual Roudinesco resume da seguinte maneira, em um parágrafo de seu Dicionário de Psicanálise:

“Saussure situou o significado *acima* do significante e separou os dois por uma barra, denominada *significação*. Lacan inverteu esta posição e colocou o significado *abaixo* do significante, ao qual atribuiu uma função primordial. Depois, tornando a levar em conta a ideia de valor, ele sublinhou que toda significação remete a uma outra significação. Deduziu disto que o significante está isolado do significado como uma letra, um traço ou uma palavra simbólica, desprovida de significação mas determinante, como função, para o discurso ou o destino do sujeito. A este sujeito, não mais assimilável a um eu, Lacan chamou ‘sujeito do inconsciente’. Ele não seria um sujeito ‘pleno’, mas representado pelo significante, isto é, pela letra onde se marca o assentamento do inconsciente na linguagem” (Roudinesco e Plon, 1998, p. 709).

É certo que as inovações lacanianas vão muito além de sua abordagem clínica, abrangendo também toda uma extensa gama de conceitos, e que mesmo os dispositivos clínicos propostos por Lacan ultrapassam a noção do tempo lógico e a prática da escansão das sessões. Dar conta da clínica lacaniana em sua totalidade exigiria, porém, um trabalho à parte, e demandaria um espaço muito mais vasto do que este de que dispomos na presente dissertação. Além disso, através das sessões de tempo variável – características desta corrente da psicanálise –, proporcionadas pela adoção do tempo lógico na administração do tempo de atendimento, Lacan coloca em questão e dedica-se a refletir sobre instrumentos fundamentais da clínica freudiana, a saber, a interpretação e a associação livre.

Para ele, só podemos ter esperança em dominar um fenômeno do campo psicanalítico se renunciarmos a toda dominação daquilo que poderia ser retido como objeto. Deve-se, portanto, abdicar da compreensão pela tomada de consciência, sacrificando, desta feita, toda intenção interpretativa para permitir que se inicie um movimento do inconsciente em direção à única palavra que retém nela mesma uma sobredeterminação significante. De acordo com Lacan, em uma cura psicanalítica não se trata de passar de um estágio inconsciente, obscuro, a um estágio consciente, dominado pela clareza, mas sim de se passar da palavra ao significante (Lacan, 1998a), por mais enigmático que isso possa parecer a alguns analistas.

A duração da análise passa, então, a ser medida em cortes, escansões que têm como objetivo revelar a descontinuidade do discurso do paciente, e se assemelham mais a um *ritmo* do que a uma passagem cronológica. Dito em outras palavras, ao suspender a continuidade, isola-se uma sequência na qual pode ser lida uma suposição do sujeito, uma aparição do significante. A fim de realizar e justificar este empreendimento, é realizada uma “subversão” do tempo cronológico, apoiando-se não só na ideia freudiana de um inconsciente a-temporal, mas também no sofisma dos três prisioneiros, e em sua solução lógica (Lacan, 1998b), para pôr em evidência o valor de uma estrutura diferente do tempo na asserção subjetiva.

Tal medida é introduzida a partir de um sofisma que pode ser assim resumido: o diretor de um presídio chama três prisioneiros e lhes diz que tem cinco discos, sendo três brancos e dois pretos. Ele prenderá um disco nas costas de cada um dos três presos, de modo que cada sujeito não poderá ver qual a cor do disco que foi preso em suas costas, mas conseguirá ver os discos nas costas dos companheiros. Aquele que primeiro puder deduzir qual a cor do disco preso em suas costas será libertado, com a condição de poder justificar sua conclusão *logicamente*, e não em termos de probabilidade. Após refletir por um certo tempo, os três sujeitos saem juntos da sala, fornecendo em separado sua justificativa, todas semelhantes: “Sou branco e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto’. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles.” (Lacan, 1998b, p. 198).

Ao examinar as etapas envolvidas entre a apresentação do problema aos presos e sua resolução final, percebemos que todos eles encontram-se na mesma situação, na qual cada um hesita sobre decidir sua própria cor, mas assim é introduzido numa tensão temporal para concluir, pois pode, a qualquer momento, ser superado por algum dos outros companheiros. Eles são introduzidos desta maneira no problema de deduzir o que são a partir do que eles não sabem de si mesmos, apesar dos outros o saberem. Eles devem ter êxito em concluir, apesar da falta de saber. Este estado de coisas seria paradigmático da situação analítica, na qual o paciente precisa concluir algo de si mesmo após um tempo de compreensão

daquilo que vê conjugado com o que ele não sabe. Da situação dos prisioneiros e de seu respectivo desfecho, é possível distinguir, portanto, três momentos diferentes, chamados por Lacan de *instante de ver*, *tempo de compreender* e *momento de concluir* (Lacan, 1998b).

No *instante de ver*, há a exclusão lógica de uma possibilidade de dedução, pois, se o sujeito estivesse diante de dois discos pretos, seria, ele mesmo, um disco branco. Como isto não ocorre, tem-se uma primeira evidência que leva à manutenção das possibilidades iniciais: a de se ser branco ou preto. É esta primeira exclusão que acarreta a passagem ao *tempo de compreender*.

Nesta segunda escansão, o prisioneiro pode objetivar algo além daquilo que a primeira aparência permitiu. Como os outros dois sujeitos se mantêm inertes, ele pode intuir, após um tempo de reflexão sobre sua relação com os outros, que, fosse ele preto, os outros dois, que ele sabe serem brancos, não demorariam muito para se reconhecerem como sendo brancos. Nas palavras do próprio Lacan, “a evidência deste momento supõe a duração de um *tempo de meditação* que cada um dos dois brancos tem que constatar no outro, e que o sujeito manifesta nos termos que liga aos lábios de um e de outro, como se estivessem inscritos numa bandeirola: ‘Se eu fosse preto, ele teria saído sem esperar um instante. Se ele continua meditando, é porque sou branco’” (Lacan, 1998b, p. 205). Este tempo de reflexão, no entanto, pode estender-se indefinidamente, pois a ação de cada um dos prisioneiros fica presa a uma causalidade mútua, dado que ainda resta a possibilidade de o sujeito, diante de dois brancos, ser preto. O problema, então, só pode ser solucionado mediante a precipitação da conclusão realizada por um dos três presos. Só desta maneira pode-se passar ao *momento de concluir*.

A urgência do momento faz com que o sujeito se se apreste para a porta, considerando-se branco, para que os outros dois, sabidamente brancos, não o precedam e se reconheçam brancos também. O sujeito, através deste movimento, conclui sua decisão por esta asserção sobre si mesmo. Pois, se o sujeito deixar que algum dos dois brancos saia antes dele, ele perderá a oportunidade de concluir que *não* é preto. Ao se assumir branco e ir em direção a saída, ele provoca uma ação nos outros dois brancos e submete sua conclusão a prova da dúvida, apesar de já ter certeza dela. Dito de outra forma, “o sujeito, com efeito, captou o momento de concluir que é branco ante a evidência *subjetiva* de um tempo de demora que o

apresta em direção à saída, mas, caso não tenha captado este momento, ele não age de outra maneira ante a evidência *objetiva* da saída dos outros, e sai no mesmo passo que eles, só que seguro de ser preto” (Lacan, 1998b, p. 208). É o avanço sozinho no ato de sair que gera a certeza do sujeito.

Pois bem, este sujeito que conclui – a partir de sua relação com o outro e de sua separação deste outro – dá, segundo Lacan, a forma lógica essencial do eu psicológico (Lacan, 1998b). Segundo Fingermann, “o tempo de produção do sujeito se desdobra segundo uma temporalidade lógica, já que a operação ‘alienação’, identificação ao significante do Outro, remete ao tempo de compreender, e a operação ‘separação’, ao momento de concluir, sem o Outro” (Fingermann, 2009, p. 64). Sendo assim, o tempo de uma análise seria aquele necessário para que haja produção de uma conclusão onde o paciente não possui um saber sobre ele mesmo, para que ele possa se separar da referência significativa do Outro; e a lógica introduzida no pensamento psicanalítico por Lacan é o que orienta e sustenta a prática das sessões curtas, ou de tempo variável. O manejo da cura seria o manejo do sujeito via manejo do tempo na medida em que sua fala se desdobra ao longo das sessões. Para Lacan, o tempo do sujeito se revela através das irregularidades e dos lapsos, que devem, portanto, ser alçados aos únicos árbitros da duração de um tratamento e de cada sessão ao longo de um tratamento. Pois, na medida em que a dinâmica do discurso é imprevisível, o mesmo deve ocorrer com a duração das sessões, que tem como objetivo acompanhar e apontar para esta dinâmica (Lacan, 1998c).

O corte da sessão pelo analista, portanto, nunca seria inocente ou aleatório, e sua função seria apontar uma descontinuidade na associação livre do paciente e, ao marcar esta descontinuidade, remeter novamente o sujeito a um tempo de compreender, ou seja, uma busca das causas e dos sentidos daquilo que foi dito e logo depois cortado. Com a interrupção da sessão, um significante do discurso daquele sujeito é posto em relevo, e é com este significante que o paciente deve lidar. A interrupção provocada na análise lacaniana faz com que o analisando suponha, então, que o analista sabe por que interrompe a fala naquele momento preciso, e que ele saberá sempre e toda vez que suspender uma sessão. Como se o corte viesse para dizer ao analisando que o tempo da sessão nunca será suficiente para que ele possa dizer tudo aquilo que precisa, ou que pretende, e o deixa às voltas com aquilo que foi dito por último, ainda que ele não saiba exatamente o

que foi. Assim realizado, o corte lacaniano separa uma fatia significativa da fala do paciente e o envia a refletir sobre ela.

Desta maneira, a escansão marcaria um ponto de parada no discurso do sujeito, interrompendo o fluxo da associação livre e impedindo uma ritualização do tratamento. Ela busca significar para o analisando que não se pode dizer tudo, e metaforiza a divisão do sujeito e seu acesso à linguagem. Ao suspender a continuidade da sessão, o analista isola uma sequência na qual poderia ser vislumbrada uma suposição do sujeito, suposição esta que deverá ser elaborada no intervalo entre as sessões. A escansão, por isto, faz com que o paciente se mantenha no *tempo de compreender*.

Como consequência, o paciente não tem como se situar ou se reorganizar de antemão em relação a um fim de sessão pré-instituído, e toda interrupção supostamente se inscreveria em um sentido específico, ou viria para romper um excesso de sentido nas associações do analisando (Khoury, 2006). A escansão de uma sessão convidaria então o paciente a realizar um trabalho de elaboração solitário, sem a ajuda da palavra, ou da comunicação a outrem, seu analista. A intervenção realizada desta forma não poderia ser *diluída* nas associações que ela produzisse durante o atendimento, e, ao sair da companhia do psicanalista com um material a ser elaborado de forma solitária, haveria a simulação de um fim de análise, no qual o analisando deverá elaborar e reconstruir sozinho as questões que lhe forem suscitadas.

Segundo Maurice Khoury, poderíamos compreender melhor a lógica do tempo na base da conceitualização das sessões de duração variáveis e de duração fixa

“pontuando uma distinção essencial entre o inconsciente ‘freudiano’ e o inconsciente ‘lacaniano’, sendo este último já ‘estruturado como uma linguagem’, transparecendo como tal no discurso e veiculado pela palavra. Ele é portanto já estruturado e o ato do analista consiste então em introduzir os cortes significantes conforme uma temporalidade que depende das imprevisibilidades do inconsciente. Em contrapartida, e pela lógica das sessões de duração fixa, o inconsciente, conforme o reinado dos processos primários e funcionando inteiramente com uma organização embrionária, precede de um sistema de transformações com uma fluidez econômica, uma convertibilidade e uma circulação contínua de representações” (Khoury, 2006, p. 87).

Em outras palavras, a duração fixa organizaria a temporalidade de uma sessão, e, ao circunscrever seus limites, ela também manteria a referência

institucional estabelecida por Freud, que garantiria uma referência simbólica terceira – o tempo cronológico e fixo dos encontros – e o enquadre clássico que permitiria o desenvolvimento de uma análise. Por outro lado, a tradição lacaniana da escansão das sessões faz com que a atividade suspensiva, apesar de poder ser criticada por se moldar sobre um poder unívoco que tenderia a ser irreversível (Khoury, 2006), tenha a função mesma de ser propulsora da evolução do tratamento. Além disso, ela também sustentaria uma postura ética do psicanalista, que se encontraria assim liberado da responsabilidade com uma instituição temporal, e tomaria para si o cargo de fazer de cada intervenção sua própria decisão.

De qualquer forma, a opção lacaniana de pensar o tempo de acordo com o sofisma dos três prisioneiros expandiu as possibilidades de intervenções diferentes na clínica daquelas que vinham sendo praticadas pelos pós-freudianos. Além disso, aprofundou a relação da clínica com a estrutura da linguagem e revelou novas intervenções bem como seus efeitos terapêuticos. O enquadre teve de ser repensado e deu lugar a uma elaboração do paciente que se dá fora do âmbito do consultório e da relação direta entre analista e analisando. Assim, a reação de Lacan ao que ele considerava um engessamento da técnica e de toda a teoria psicanalítica permitiu uma ampla mudança no paradigma psicanalítico vigente, revelando uma prática clínica desvinculada em diversos quesitos daquela instituída por Freud.

## 4

### O método de traçar associações

Neste capítulo, tem-se como objetivo apresentar a concepção do pensador francês Bruno Latour sobre a produção científica, e o modo através do qual as ciências em geral e a sociedade se mesclam, se definem e se alteram simultaneamente. Suas ideias introduzem uma série de novos conceitos que nos serão úteis para realizar a articulação entre a pesquisa e a produção de conhecimento na Psicanálise – como, por exemplo, os termos *atores*, ou *actantes*, a *hibridação*, a *translação* e a *teoria ator-rede*, também nomeada de ANT (Actor Network Theory). Tais noções serão tratadas com detalhe e mais profundidade ao longo das seções seguintes, para que se possa ter uma visão clara da proposta metodológica original do filósofo no campo da ciência.

Atualmente, Latour pode ser creditado como um dos principais membros de um ramo de estudos científicos chamado Estudos sobre Ciência e Tecnologia, ou STSs, sigla para *Science and Technology Studies*. Esta disciplina nomeia um corpo heterogêneo de pesquisas, instituições de ensino, periódicos, associações profissionais e programas acadêmicos que se dedicam à história, organização social e cultural da ciência e tecnologia. Nascida nos anos 1960 em resposta ao inegável crescimento das ciências no mundo contemporâneo e suas conseqüentes implicações nas políticas econômicas e educacionais, as STSs também se debruçam sobre as questões de responsabilidade pública que parecem estar engendradas por inovações tecnológicas (Latour, 2003; Roosth; Silbey, 2008). Por mais que uma discussão como esta seja legítima e possa ser de interesse também para a Psicanálise, não seguiremos por este caminho no presente trabalho.

Se no início de seu desenvolvimento este conjunto heterogêneo de pesquisas emergiu como uma possibilidade de discussão interdisciplinar, hoje em dia ele compõe um grupo integrado de pensadores dotados de uma visão da ciência que tem como potencial a competência e um pensamento original o suficiente para estimular e realizar uma revisão das abordagens convencionais do que se entende como produção de conhecimento. Podemos perceber esta alternativa quando examinamos, por exemplo, a declaração de Latour que, para

ele, não é mais necessário que as ciências sejam consideradas “abertas” ou “fechadas” (2003). Em suas palavras, “na realidade, jamais existiu, de um lado, um corpo de ciência unificado, e de outro, dos críticos que deviam escolher se situar, seja no interior, seja no exterior. As ciências se tornaram uma paisagem com muitos contrastes, muito alongada, muito difundida também, muito lacunar para permitir ainda esta distinção” (Latour, 2003, p.77).

Através do desenvolvimento da Teoria Ator-Rede, ou ANT (*Actor Network Theory*), o pensador francês influenciou profundamente o curso dos estudos sobre a ciência ao argumentar que os objetos – coisas mais que pessoas ou entes animados – são agenciais, ou seja, operam junto com humanos no interior de extensas redes heterogêneas compostas tanto por não-humanos quanto por humanos. Este argumento traz a novidade de se poder pensar que, transpassada pela sua produção e dispersão em rede, a análise dos fatos científicos como algo construído pode ser estendida também a toda materialidade destes mesmos fatos. Isto quer dizer que não só os objetos das ciências são construídos e dependem das redes que lhes dão origem, como sua própria materialidade existe apenas a partir dos acordos feitos nestas redes. Pode-se depreender, daí, que Latour não faz nenhuma distinção fundamental entre pessoas e coisas, tratando suas influências sobre a ação científica democraticamente, capacitando as STSs a lidar com todos os sistemas de crenças e enunciados de maneira simétrica no tratamento de fenômenos.

Nascido na França em 1947, na cidade de Beaune, região de Burgundy, Bruno Latour viveu o início de sua formação universitária na cidade de Dijon, onde seguiu um curso tradicional de graduação. Após se formar em filosofia, prestou serviço militar na África como encarregado de pesquisa, em 1973, a fim de realizar uma investigação em sociologia do desenvolvimento (Harman, 2009). Durante os dois anos que passou na Costa do Marfim, Latour interessou-se pelas ciências sociais e, em especial, pela antropologia, cogitando a possibilidade de transpor as categorias de análise desta disciplina para uma investigação similar num laboratório científico. Decidido a compreender o que fundamenta a verdade científica, mudou-se logo depois para os Estados Unidos, onde desenvolveu sua primeira pesquisa de campo sobre a prática científica, aplicando métodos antropológicos de investigação a um laboratório. Este período culminou com seu

primeiro livro, em co-autoria com o sociólogo britânico Steve Woolgar, publicado em 1979 com o título *Vida de Laboratório*.

De acordo com Hernández (2003), as principais fontes de influências de Latour seriam: a Filosofia das Ciências concebida por Michel Serres, com quem trabalhou durante alguns anos, e o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, iniciado pelo filósofo-sociólogo David Bloor, do qual Latour estendeu o princípio metodológico da simetria. Outras influências ainda podem ser identificadas nos trabalhos do autor, como a noção de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari – muito semelhante à ideia que Latour faz de “redes” (Latour, 2006) –, o pragmatismo de William James e a divisão entre sujeito e objeto proposta por Whitehead.

Herdeiro de seu antigo professor Michel Serres, credita a ele o desenvolvimento do conceito de “circunstância” e a ideia de pôr ordem ao caos. Ao invés de desconsiderar as circunstâncias que permitem o surgimento de um evento científico, de modo que só o que aparece é o produto final da construção científica, Latour nos aponta para o fato de que a prática dos científicos é “influenciada, parcialmente dependente ou causada pelas circunstâncias” (Latour, 1997, p. 271). O trabalho de Serres propõe que se possa abranger o traçado de mapas e a tessitura de redes em uma abordagem que não leva em conta as fronteiras disciplinares (Queiroz e Melo, 2008).

Para Latour, a sugestão de se aproximar do momento mesmo no qual uma tessitura ou um traçado do mapa está sendo feita – no qual as controvérsias a respeito de um tema permanecem quentes e bastante claras – leva-o a considerar o social como algo em contínua construção. Isto se dá pois é impossível saber de antemão do que o mundo é feito, já que as associações que o definem podem se reestabelecer de maneira distinta e sempre existem novos elementos aspirando fazer parte de sua composição. O filósofo, deste modo, opõe-se a uma concepção de sociedade que a toma como o contexto no qual seus componentes se enquadram, bem como o motivo pelo qual as coisas e os fatos se reúnem. Esta noção de “social” desenvolvida pelas ciências sociais é analisada da seguinte maneira pelo autor:

“No decurso do século passado, julgou-se importante distinguir o campo da sociologia de outros domínios tais como a economia, a geografia, a biologia, a psicologia, o direito, a ciência e a política. Um dado fenômeno era dito ‘social’

ou ‘relevar da sociedade’ a partir do momento em que podia ser definido atribuindo-lhe propriedades específicas, algumas negativas – não devia ser ‘puramente’ biológico, linguístico, econômico ou natural – e outras positivas – deveria produzir, reforçar, exprimir, manter, reproduzir ou subverter a ordem social. Ficando este domínio definido, mesmo que em termos muito vagos, poder-se-ia então utilizá-lo para dar conta de outros fenômenos sociais – o social poderia explicar o social – bem como para fornecer um certo tipo de explicação daquilo que outras disciplinas não conseguem dar conta – um apelo aos ‘fatores sociais’ poderia explicar as ‘dimensões sociais’ de fenômenos não sociais” (Latour, 2006, p. 12)

Todavia, ao contrário do que pensa a sociologia, o social, para Latour, não se refere a um estado de coisas já estabilizado, um agregado de laços ao qual podemos recorrer posteriormente para explicar ou dar conta de um fenômeno qualquer (Latour, 2006). Não se pode tomar o campo do social como uma elucidação de um fato, como se a sociedade fosse um material ou um domínio particular, podendo ser invocada para esclarecer um determinado estado de coisas. Em seu sistema de pensamento, o social não é o motivo pelo qual os agregados de fatos ou coisas se entrelaçam, mas sim o *resultado* deste engajamento. Antes de ser a cola que faz tudo aderir, ele é o *que é colado*, junto com vários outros conectores. Os agregados sociais são exatamente o que deve ser explicado a partir das associações feitas pelas diversas disciplinas, e não o inverso. O social encontra-se, em sua teoria, diluído em toda parte e em parte nenhuma, o que faz com que Latour possa indicar um caminho alternativo para se pensar o desenvolvimento da ciência e sua atual coextensão as interações sociais.

Discordando do que é feito pela sociologia do conhecimento, as STSs acreditam que a ciência não deve ser substituída pelo seu “contexto social”, já que este raciocínio levaria forçosamente à conclusão de que sua própria objetividade seria moldada, tal qual seu contexto, por forças sociais. Ao contrário, a indicação aqui é de que se possa tratar os próprios objetos como atores que contribuem para o deslocamento de qualquer contexto, devido à introdução de novos elementos que a prática científica permite associar de maneira imprevisível. Estas associações são feitas através de laços que são, em si, *não-sociais*, e o que deveria receber o nome de sociedade é resultado de uma série de associações entre elementos heterogêneos. O importante, em vista disso, é a capacidade de delinear e traçar estas associações e conexões realizadas por uma gama enorme de atores, tanto humanos quanto não-humanos. Todos estes elementos podem se encontrar

recombinados de forma inédita, dando origem a novos agrupamentos, o que, por sua vez, redefiniria o “social”.

Neste ponto, cabe notar a influência, reconhecida abertamente por Latour (2006), de Gabriel Tarde (1834-1904), sociólogo e magistrado, antecessor de Henri Bergson no Collège de France e rival de Émile Durkheim, este último de uma geração mais nova. A sociologia de Tarde tem como norte a explicação da sociedade através da compreensão do laço social. Ela afirma, segundo Latour, que “o social não constituía um domínio particular da realidade, mas um princípio de conexões; que não havia razão para separar o ‘social’ das outras associações, como os organismos biológicos ou até mesmo os átomos” (Latour, 2006, p.14). Seguindo este pensamento, os seres que povoam o mundo social não estariam dados ou limitados *a priori*, e comporiam os elementos que se reagrupariam constantemente em um coletivo.

A sociologia, neste sentido, deveria ser a ciência que relatasse a maneira através da qual a sociedade se mantém junta, proposta esta que será realizada por Latour em seus estudos sobre a Ciência e a Sociedade, considerando o “social” como um fluido de circulação e princípios de conexão, que deveria ser observado com um novo método, e não como um tipo específico de organismo possuidor de leis essenciais que deveriam ser descobertas. As semelhanças coletivas do todo, em Tarde, são explicadas pela aglomeração de pequenas ações elementares, e não através de uma essência social descoberta. O grande é explicado pelo pequeno, e o detalhe esclarece o geral.

Para que seja possível uma aproximação destas organizações – que são, na realidade, um todo agrupado de partes desconexas –, Latour, entretanto, herda da Escola de Edimburgo os princípios do Programa Forte de David Bloor e Barry Barnes. Para esta escola, qualquer pesquisa sobre a prática científica deve levar em conta o contexto social e o conteúdo das ciências, exigindo o que foi nomeado de “simetria” em todas as explicações do desenvolvimento científico (Latour e Woolgar, 1997). De acordo com Roosth e Silbey, ao definir o que seria o programa de Sociologia do Conhecimento Científico, Bloor estabelece quatro fundamentos principais, a saber: 1) a SCC preocupa-se com as condições que causam certos enunciados científicos; 2) a SCC não deve prejudicar a pesquisa por observar e tratar declarações tidas como verdadeiras de maneira diferente do que aquelas tidas como falsas; 3) a SCC deve explicar diferentes sistemas de

crenças simetricamente; 4) a SCC deve aplicar estes métodos reflexivamente a si mesma (2008).

Estas bases foram inovadoras por rejeitarem muito claramente a ideia de que a ciência constituiria um modo único de se produzir um saber legítimo, e os sociólogos do Programa Forte perseguiram uma sociologia do conhecimento rigorosamente construtivista, apagando a distinção entre o conhecimento das coisas e o conhecimento de pessoas. Latour faz uso deste princípio de simetria e o estende para a análise não só da ciência, mas também dos elementos componentes dos polos Natureza e Sociedade, ainda muito marcados no pensamento de Bloor (Queiroz e Melo, 2008). De acordo com este princípio de simetria, tanto o erro quanto a verdade têm o mesmo peso e merecem ser explicados e pesquisados com a mesma atenção, sem que os enunciados “verdadeiros” possuam algum tipo de privilégio.

Este alicerce é importante para as STS’s porque neste campo de estudo não se considera que Natureza ou Sociedade sejam puras, assim como nenhuma das duas está previamente dada. Tanto uma quanto outra são o resultado de trocas de propriedades entre elementos díspares, que se misturam incessantemente e geram novos laços redefinindo, ao mesmo tempo, do que são feitas a Natureza e a Sociedade.

Outro autor que afeta fortemente o sistema de pensamento de Bruno Latour é o filósofo e matemático Alfred North Whitehead, com quem Latour concorda ao se colocar a questão de que, para entender o mundo, a Modernidade e os modernos operaram uma “bifurcação da natureza”. Segundo ambos autores, o mundo foi dividido pelo pensamento ocidental em dois conjuntos de coisas: o primeiro deveria ser composto por aquilo que está na Natureza, que seria a matéria de que o universo é constituído. Este polo contém as coisas reais e cujas qualidades primárias independem de qualquer observador. O segundo polo é constituído, por sua vez, pelas qualidades que os sentidos humanos atribuem aos elementos do mundo. O primeiro conjunto seria o foco de atenção das ciências, pois seus componentes são fixos e não possuiriam história, isto é, sempre estiveram lá; enquanto o segundo é formado pelas representações deste primeiro conjunto, de componentes dinâmicos e históricos. O resultado deste esquema é a ideia – famosa na tradição filosófica do ocidente – de que o conhecimento só seria possível como uma tentativa tosca e sempre imperfeita de aproximação do

primeiro polo pelo segundo, tal qual na filosofia kantiana (Latour, 1994; Harman, 2009).

Esta organização do mundo realizada pelos modernos inaugura um “abismo ontológico” que separa os dois extremos categóricos e está no cerne da divisão ontológica clássica entre sujeito e objeto, fundando aquilo que Latour vai chamar de Constituição Moderna (Latour, 1994), e que será tratada mais adiante neste capítulo. Desta maneira, a realidade é vista como algo externo ao sujeito, algo que está lá, que sempre esteve e, mais ainda, que permanece “lá fora” de maneira organizada e passiva, cabendo ao sujeito descobrir, ativamente, suas propriedades intrínsecas.

Como um antídoto contra este modo de pensar que limita a atividade e os papéis dos agentes participantes de um fato científico, Latour preocupa-se, nos seus textos, em desenvolver uma antropologia das ciências que coloca em questão a separação entre as entidades ontológicas Natureza e Cultura, bem como a separação entre sujeito e objeto. Natureza e Sociedade devem ser tratadas sempre em um mesmo plano, sendo que a ideia da existência de uma rígida separação entre elas e também entre sujeito e objeto é problematizada constantemente, pois ele não sustenta qualquer separação entre a produção/descoberta/criação científica e o contexto cultural no qual tal processo ocorre. Eis a originalidade de sua proposta: aquilo que é pensado é a *ligação* entre as instâncias, ao invés de se tomar a ruptura dos mundos como fundamental. Nas palavras de Luna Freire, “contrário a todo pensamento dualista, Latour propõe em seus trabalhos uma abordagem pragmática que não seja centrada nem só no técnico, nem só no social, mas capaz de respeitar a dinâmica não hierárquica e não linear de suas relações” (Luna Freire, 2006, p. 50).

Em entrevista concedida no ano de 2003 a Jean-Marc Lévy-Leblond, Latour nos diz que, para ele, a ciência sempre se apresentou antes de tudo como um enigma antropológico (Latour, 2003), uma declaração que pode levar o leitor a imaginá-lo como mais um membro de um relativismo francês que nega a realidade do mundo externo ou um pós-moderno cujo objetivo seria desconstruir toda sorte de conhecimento estabelecido. E, no entanto, o diretor científico da Sciences Po de Paris deixa bem claro, nesta mesma entrevista, que, para ele, os fatos científicos não “nascem de couves” (Latour, 2003, p.67), reorientando a conhecida batalha – entre a materialidade física e objetiva *versus* forças sociais e

subjetivas – para um campo novo, quando considera que a gênese e o desenvolvimento de um espírito científico dependem de um conjunto vastíssimo de condições materiais, culturais, sociais e psicológicas.

Ao examinar a obra de Latour, percebe-se que é fundamental para sua concepção de ciência que se leve em conta toda a multiplicação de etapas intermediárias e os mediadores que entram em ação na descoberta e fabricação de um novo fato científico. Esta atividade possui um caráter coletivo e intrinsecamente político. Conseqüentemente, a produção conceitual da ciência não deve, e nem pode, ser desvinculada da complexa *vascularização* da prática científica, pois esta última é necessária à existência do saber. Os enunciados científicos devem ser reagrupados às condições de enunciação que permitem sua elaboração, pois estes enunciados estão situados em seus locais de produção e não circulam livremente. Se uma proposição estivesse desvinculada das suas condições de existência e não possuísse acesso às condições materiais de interlocução, ela não teria capacidade de se sustentar, e tornar-se-ia nada mais que um boato, sem aptidão para transportar consigo qualquer validade ou verdade.

#### 4.1

#### **A dissolução ontológica sujeito/objeto e a hibridação**

Como foi dito anteriormente, em sua proposta inovadora de se entender o modo como os fatos científicos são produzidos, Latour não considera a distinção ontológica tradicional entre sujeito e objeto. Para ele, tanto as coisas quanto as pessoas seriam sujeitos do processo de fabricação do conhecimento, pois ambas agenciam a criação de entes novos com os quais nos é necessário aprender a viver, e cujos pesquisadores lhes são porta-vozes mais ou menos representativos. O resultado de todo este movimento é a híbrida reunião de elementos sociais e materiais no nosso mundo.

Latour parte, desde seus primeiros trabalhos, do princípio de que “nada pode ser reduzido a nenhuma outra coisa, nada pode ser deduzido de nenhuma outra coisa, tudo deve estar aliado a todo o resto” (Latour, 1988 p. 163). Através deste enunciado toda sua filosofia vai se formar e, já que nada é redutível nem irreduzível a coisa nenhuma, faz-se mister que tudo esteja ligado para que haja algum sentido no mundo. Desta forma, todo humano e todo não-humano tornam-

se uma força a ser relacionada. Todos os objetos, bem como todas as formas de se lidar com objetos, encontram-se no mesmo plano. Tudo, para ele, é absolutamente concreto e imanente, nada é mais profundo do que aquilo que está na atualidade. Os entes que populam nosso universo devem se aliar entre si, e os atores humanos não são de um tipo diferente de outros atores, como a força da gravidade ou a força que recalca desejos no Inconsciente. A realidade torna-se uma série de negociações entre uma armada heterogênea de forças, humanos entre elas, e um tal mundo não pode ser dividido claramente entre dois polos pré-existentes (Harman, 2009).

O mundo, na filosofia latouriana, é composto de *atores* ou *actantes*. A seu respeito o próprio autor escreve da seguinte forma, no útil glossário presente ao final de seu livro *A Esperança de Pandora*:

“O segredo é definir o ator com base naquilo que ele faz – seus desempenhos – no quadro dos testes de laboratório. Mais tarde, sua competência é deduzida e integrada a uma instituição. Uma vez que, em inglês, a palavra *actor*(ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes ‘*actant*’ (atuante), termo tomado à semiótica, para incluir não-humanos na definição” (Latour, 2001, p.346).

Do mesmo glossário, a definição de não-humano:

“este conceito só significa alguma coisa na diferença entre o par ‘humano-não-humano’ e a dicotomia sujeito-objeto. Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da guerra movida contra nós pela distinção entre sujeito e objeto. Um não-humano é, portanto, a versão de tempo de paz do objeto: aquilo que este pareceria se não estivesse metido na guerra para atalhar o devido processo político. O par humano-não-humano não constitui uma forma de ‘superar’ a distinção sujeito-objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente”( Latour, 2001, p. 356).

Além disso, nenhuma camada do mundo pode ser considerada um intermediário transparente, pois ela é também um *mediador*, um ator que provoca uma ligação entre dois outros atores na cadeia associativa. Este mediador, por sua vez, não é exatamente definido nem pelo que produz, nem pelo que consome, pois ele é um intermediário ativo entre dois atores, e conseqüentemente, é ele próprio também um ator, pois realiza um trabalho na modelação de forças para que seja possível ligar um ponto da realidade a outro (Harman, 2009). Ou seja, para Latour, um objeto não é nem uma substância nem uma essência, mas um ator tentando ajustar ou infligir suas forças, sendo que quanto mais alianças um ator

for capaz de estabelecer, mais forte ele será (Latour, 1994).

A estada destes actantes na realidade, sua continuação no tempo, depende sempre do trabalho que eles mesmos poderão fazer para se aliarem a outros atores e se fortalecerem. A essência de algo torna-se, para esta filosofia, a consequência da duração de um objeto, e nunca é entendida como causa de uma permanência. Para que possam continuar, todas as entidades correm o mesmo risco e pagam o preço desta continuidade nas mudanças que sofrem. Pois sem alianças não há permanência, e qualquer aliança necessariamente ocasiona uma metamorfose nos atores envolvidos. A essência das coisas, de acordo com Latour em uma palestra ministrada em Montréal, se dá em retrocesso, é um movimento retrógrado, que vai do presente ao passado e só então do passado ao presente (Latour, 2008). Nenhum ente dura por ter uma substância sobre a qual se apoiar ou por possuir uma essência que o carrega no tempo.

Depreende-se desta visão que o mundo se configura como um campo de objetos ou atores presos em uma disputa de poder, alguns deles crescendo e tornando-se mais fortes, outros se enfraquecendo e ficando mais solitários. Já que todo actante é concreto, não podemos encontrar sua realidade em um dado substrato ou em uma essência, mas sempre e somente em um lugar e em um momento muito precisos, pois um objeto é definido pelas alianças específicas que consegue estabelecer em um momento qualquer. Posto que Latour garante para todos os atores o direito de existência, independente de seu tamanho ou complexidade, todas as coisas, tanto naturais quanto artificiais devem ser consideradas atores desde que tenham algum tipo de efeito sobre outras coisas.

Um ator é, pois, sempre um *evento*, e, diferente das substâncias, ele não se diferencia de seus acidentes, pois não subsiste em um meio diferente de suas relações. Em resumo: para o filósofo francês, um actante é suas relações (Latour, 2006), e não há nada além das atividades que são por ele realizadas. Também não existe nenhuma harmonia pré-existente entre os objetos e as coisas, apenas uma sintonia pós-estabelecida e cuja estabilidade deve ser mantida por um trabalho que envolva todos os humanos e não-humanos que se incluem neste conjunto.

Sobre os atores e seu nascimento, o próprio autor escreve: “ao surgir, os atores são definidos por testes, que podem ser experimentos de vários tipos onde novos desempenhos são inferidos. É por intermédio de testes que os atores se definem” (Latour, 2001, p. 356). Um ator, então, surge e se faz conhecer a partir

de seus testes, e, neste momento, não apresenta nada a que se possa dar o nome de essência. Ele “é definido apenas como uma lista de efeitos – ou desempenhos – num laboratório. Só mais tarde deduzimos destes desempenhos uma competência, ou seja, uma substância apta a explicar por que o ator age daquela forma” (Latour, 2001, p. 353).

Há de se considerar, portanto, três planos na formação deste pensamento, quais sejam, a reunião híbrida de elementos tanto materiais quanto sociais no nosso mundo, o agenciamento (Latour, 2005) ou a *performance* do mundo material, e, finalmente, as resistências atuadas por fenômenos sociais e materiais no interjogo realizado por eles (Roosth e Silbey, 2008).

As coisas mesmas tornam-se também atores constantes, ainda que sejam inanimadas ou fruto de uma interação entre dois outros objetos, ou entre humanos e não-humanos. Nenhum ator é capaz de eclipsar o outro *a priori* sem algum esforço. A realidade, para Latour, é definida como *resistência*: “o real não é uma coisa dentre outras, mas sim gradientes de resistência” (Latour, 1988, p.151). Assim, um objeto resiste às forças de outro, e por esta resistência podemos interpretar sua *performance*. É importante lembrar que a “interpretação” não é uma ação conferida apenas aos humanos. Desta maneira, um texto pode de fato interpretar outros atores, e os objetos resistem uns aos outros e são dotados da capacidade de interpretação também (Latour, 1988).

Estas ações entre as entidades – ou entre os atores envolvidos – de resistir, interpretar e se aliar, têm como resultado o que Latour chama de *híbridos sociotécnicos* ou quase-objetos (seguindo a nomenclatura de Michel Serres). Estes híbridos se constituem como novos atores que são uma mescla do chamado mundo social e da chamada Natureza. Estes dois polos – o Social e o Natural – resultam de uma bifurcação ontológica realizada pelos modernos na tentativa de organizar o mundo. Nas palavras de Harman, “a modernidade é a tentativa impossível de criar uma separação entre os fatos naturais objetivos e a perspectiva humana arbitrária. Além disto, o modernista tenta purificar os objetos por alocá-los somente em um ou outro lado desta divisão artificial, negando a existência de qualquer coisa que fique no meio” (Harman, 2009, p. 31). Em outras palavras, nos dizem sempre que a natureza seria apenas uma, enquanto os humanos possuem diversas perspectivas sobre ela, quando, na realidade, existem apenas actantes, e na maior parte dos casos é impossível identificar a esfera precisa a qual cada um

deles pertence, seja ela a dos fatos supostamente duros ou de construções presumidamente sociais.

A esta divisão artificial, a filosofia latouriana dá o nome de Constituição Moderna, escrito em letras maiúsculas para se distinguir da constituição de um Estado. Dentre outras coisas, este conceito estabelece dois momentos distintos da ciência: (1) a produção – hibridação – e (2) a estabilização – purificação – das conexões ou alianças entre humanos e não-humanos, uma mistura ontológica que permite a emergência e o posterior estabelecimento dos fatos científicos e da própria natureza (Latour, 1994). Para Queiroz e Melo, “estas práticas de purificação deixaram o trabalho das ciências calcado nas separações entre o antigo e o novo, natureza e sociedade, ciência e senso comum. A própria divisão da ciência se construindo estaria pautada nestas divisões.” (Queiroz e Melo, 2008, p. 260).

No entanto, assim como as zonas opostas são de existência impossível, a purificação delas também o é. Pois a Constituição Moderna tenta garantir que cada metade fique completamente limpa e livre de resíduos da outra, libertando os fatos de qualquer contaminação com julgamentos de valor pessoais, enquanto libera estes valores e perspectivas da materialidade do real. Se assim fosse, contudo, um tipo de entidade qualquer deveria transcender magicamente o abismo ontológico e formar representações do outro lado, como o deseja a filosofia tradicional da ciência. E, no entanto, segundo o ponto de vista das STSs, não se pode tampouco falar de uma Natureza e uma Cultura ligadas porque desde o princípio elas não se encontram separadas. Neste sentido, segundo Harman, “nunca fomos modernos porque nós nunca realizamos de fato uma divisão purificante entre humanos e o mundo. Por esta razão, não podemos dizer que o tempo passa em termos de revoluções irreversíveis, mas apenas que ele revolve e contorna de acordo com as mudanças nas redes de atores. Um actante é um evento instantâneo, mas também uma trajetória que ultrapassa um instante qualquer” (Harman, 2009, p. 68).

O que existe, então, são movimentos traçados e retraçados na construção simultânea de homens e objetos, em que materialidade e socialidade se mesclam, já que deste ponto de vista as categorias ontológicas acabam por desaparecer, pois estão necessariamente confundidas. Nas divertidas palavras de Latour,

“Se você se virar bruscamente, como na brincadeira infantil ‘estátua!’, eles ficarão paralisados, com ar inocente, como se não tivessem se mexido: à esquerda, as coisas em si; à direita, a sociedade livre dos sujeitos falantes e pensantes. Tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas este lugar não existe, não ocorre. É o impensado, o impensável dos modernos.” (Latour, 1994, p. 43).

Latour nos diz, entretanto, que o processo de mediação, de mistura ontológica é complementar ao processo de purificação, da distinção ontológica entre o que é da Natureza e o que é da Sociedade (Latour, 1994). Foi somente a partir da entrada em jogo de certos aliados na rede sociotécnica que a modernidade pode estabilizar a Natureza através da proposição de leis universais e, com isso, transformá-la em um dado *a priori*. Para ele, não há diferenciação entre o conhecimento científico teórico e as técnicas e tecnologias que possibilitam, encarnam e sustentam os conhecimentos, ou seja, os sujeitos e os objetos que a ciência cria e a partir daí investiga.

No entanto, é muito importante sublinhar que é exatamente esta distinção entre sujeito e objeto que faz com que a mistura entre estes polos possa ocorrer. *É porque marcamos as fronteiras que esta transgressão se dá.* Logo, o que a Constituição Moderna permite é, acima de tudo, a proliferação dos híbridos. Nosso mundo é povoado *apenas* por híbridos, sejam eles pessoas, leis científicas, instrumentos, livros, ligações sociais ou o discurso. Os quase-objetos são também quase-sujeitos, todos atuando sob a oposição entre sujeitos e objetos através de alianças de forças com outros, e resistindo às forças que poderiam desuni-los. Por isso, humanos e não-humanos encontram-se engajados em uma história que faz sua separação impossível.

Após este momento inicial de hibridação e de emergência do objeto ocorre o processo de purificação, isto é, de distinção posterior entre o que fará parte da Natureza e o que fará parte da Sociedade. Este trabalho de purificação é legitimado pela Constituição, de forma que a distinção ontológica da modernidade pensa a ciência apenas como um processo de purificação. É apenas depois da purificação, da estabilização das alianças e do fato, que podemos separar os polos ontológicos.

A natureza, assim, é apresentada como algo dado que deve ser descoberto, ou seja, perde-se toda a historicidade dos objetos e seu complexo processo de

produção, e não se tem a ideia de que o mundo está limitado às redes que sustentam um fato.

Latour frisa, porém, que os fatos só existem quando os procedimentos são repetidos, enquanto os textos fazem referências a eles, enquanto ocorrem traduções em diferentes níveis (Latour, 2000). Ao invés de ser um lugar isolado, fechado e separado do mundo, o laboratório passa a ser aqui entendido então como o *locus* onde são constantemente redistribuídas a natureza e a sociedade. Ele é como uma usina de fatos, num processo lento e prático em que descrições são mantidas e refutadas.

Todavia, no momento da formação dos híbridos e das alianças, nem os sujeitos nem os objetos podem prever as consequências e partilhas que surgirão de tal reunião, pois há nela uma indeterminação implícita. Só na medida em que os procedimentos vão sendo feitos e superados é que o híbrido emerge: será impossível determinar *a priori* o que será um objeto científico (Latour, 1994). Há uma multiplicidade de tempos e espaços que devem se condensar em um ponto, em um objeto. Após as alianças, tanto os humanos quanto os não-humanos terão sua história modificada, serão transformados, traduzidos, deslocados, permitindo, assim, a emergência também dos coletivos sociotécnicos. Ao invés de ver os objetos inanimados como máquinas invencíveis ou como receptáculos vazios para categorias humanas, Latour os transforma em mediadores ativos, “atores dotados da capacidade de transladar aquilo que transportam, de redefini-lo, refazê-lo e também traí-lo. Os servos tornaram-se cidadãos mais uma vez” (Latour, 1994, p. 81).

## 4.2

### O conceito de translação e a referência circulante

Contudo, segundo o que foi dito na seção anterior, se nada é redutível ou irreduzível a nada, se os atores são sempre eventos instantâneos unidos por laços de força, como as mudanças seriam possíveis nas redes que os compõem? Ou, dito de outro modo, como estas alianças são possíveis, e de que maneira os atores em jogo podem ser estabilizados? A resposta para ambas as questões seria a mesma: através das translações, que possibilitam, em último termo, a organização da referência circulante.

As translações, portanto, se tornam peça central da teoria de Latour por serem as alianças que se estabelecem entre interesses que, mesmo diferentes, deverão se unir para se tornarem mais fortes. De acordo com Luna Freire,

“traduzir (ou transladar) significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados. Mas a operação de tradução implica uma solução aparentemente contraditória do cientista, pois ao mesmo tempo que procura engajar outras pessoas para que elas acreditem na caixa-preta, comprema-na e disseminem-na no tempo e no espaço, tenta controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado.” (Luna Freire, 2006, p. 51).

Em outras palavras, as traduções ocorrem enquanto as conexões são trabalhadas, e para que as alianças sejam fortificadas a fim de que se possa fechar uma caixa-preta — um fato científico tão solidamente estabilizado que se torna quase impossível questioná-lo. O conceito de caixa-preta, no entanto, será trabalhado com mais detalhes na próxima seção do capítulo.

O conhecimento, portanto, deriva e depende dos movimentos e transformações que ocorrem no confronto entre a ciência e o mundo, das translações que são realizadas a cada etapa para que o mundo possa ser gerenciado de acordo com traços e inscrições que orientam os cientistas ao mesmo tempo que organizam a cadeia de associações e alianças necessárias para que um fato científico possa existir. Estes traços permitem que as referências possam ser reconstruídas a cada passo, ao mesmo tempo que garantem que os movimentos de articulação modifiquem as coisas da natureza para que se tornem mais próximas dos objetos da ciência. Pois a ciência transforma, movimenta, deforma, inventa e descobre simultaneamente: “a invenção quase sempre segue o novo manuseio oferecido por uma nova translação ou transporte” (Latour, 2001, p. 70).

Os fatos científicos, por este motivo, nunca são imediatamente visíveis, ou diretamente verificáveis. Somente podem sê-lo através de uma série de mediações, cada uma delas transladando uma realidade mais complicada para algo cujas forças podem ser transportadas mais facilmente. *A translação é o que permite a coerência e a manutenção do significado entre as etapas na cadeia de associações que garante a existência de um fato.* A coerência entre uma etapa do conhecimento e a seguinte não é garantida, aqui, pela semelhança entre elas, mas pela capacidade que as mediações e as translações têm de manter a *referência* que

as conecta. A referência seria um termo usado para definir “as inúmeras práticas que acabam por articular proposições. ‘Referência’ não designa um referente externo sem significação (...), mas a qualidade da cadeia de transformações, a viabilidade de sua circulação.” (Latour, 2001, p. 354).

Além disso, no final do livro *Esperança de Pandora* lê-se que os estudos científicos através da translação, em vez de oporem

“palavras ao mundo, graças à sua ênfase na prática, multiplicaram os termos intermediários que insistem nas transformações, tão típicas das ciências; como ‘inscrição’ ou ‘articulação’, ‘translação’ é um termo que entrecruza o acordo modernista. Em suas conotações linguísticas e material, refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de translação referem-se ao trabalho graças ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses” (Latour, 2001, p. 356)

Nosso conhecimento, deste modo, emerge de uma longa cadeia de atores que realizam a mediação entre outros atores, seja de forma intelectual ou puramente manual. Ainda que todo o universo esteja repleto de falhas, elas não são intransponíveis por serem constantemente atravessadas pelo trabalho da translação. Sujeito e objeto seriam, desta forma, as duas extremidades da cadeia, e não a cadeia toda, como normalmente se supõe na filosofia da ciência tradicional.

Assim, o veículo para se ligar uma coisa a outra, sem que com isso seja perdida a referência sobre o que se fala, é a translação: será sempre possível explicar uma coisa em termos de outra, desde que se faça o trabalho necessário de mostrar como um pode ser transformado no outro, através de uma cadeia de equivalências na qual se tem um preço e sempre se comporta um risco de falhar (Harman, 2009). A translação é o que possibilita o movimento e a mudança na teoria de Latour.

O acesso à realidade cresce na medida em que aumentamos o número de mediações entre os humanos e os não-humanos. Dois atores são sempre mediados por um terceiro, que, por sua vez, serve como um tradutor que transforma as mensagens que media. Todos são exploradores testando o que pode e o que não pode ser sustentado, ou gestores negociando o que é possível e o que não é naquele momento e naquele contexto. Os atores são, em resumo, tanto humanos quanto não-humanos, e duram o tempo que perdurarem suas alianças, tornando-se

mais reais à medida que realizam mais vínculos, conectados por um terceiro ator capaz de traduzir um deles nos termos do outro (Harman, 2009).

Para que isso seja compreensível, é preciso que se abra mão da distribuição de atributos conferida pela Constituição Moderna, na qual a matéria pertence a um tipo de entidade (Natureza), e a forma a um outro tipo (Sociedade). Agora, todos os atores desempenham os dois papéis, pois “cada etapa é matéria para aquilo que a sucede e forma para o que a precede – cada qual separada da outra por um hiato correspondente à distância entre o que conta como palavras e o que conta como coisas” (Latour, 2001, p. 91).

Nunca fabricamos e somos fabricados simultaneamente. Fazemo-lo sequencialmente, através de mudanças constantes de posição. Estamos sob ou sobre alguma coisa em momentos distintos e com capacidades diferentes também. É a mudança de papéis que garante a manutenção da organização, seja esta organização uma instituição, uma teoria, uma disciplina, um fato ou mesmo a sociedade. Ela depende da alternância de diversos atores e instrumentos, donde decorre que organizar é sempre, e inevitavelmente, reorganizar.

Não existe a possibilidade de se pensar o transporte sem transformação, de modo que a verdade nada mais seria do que o encadeamento de translações sem que um ator necessariamente se pareça com seu anterior ou posterior. A verdade está localizada em uma série de translações entre atores, que permite à referência que liga todas elas ser cada vez mais assimilável por diferentes meios, e circular pela rede a fim de tornar o fato científico mais real. Estes meios podem ser um artigo, um livro, uma aula, uma demonstração, uma viagem a campo, uma foto, um mapa, um filme, um e-mail, um documento do qual se faz um *download* ou *upload* na Internet. Enfim, uma infinidade de meios de transporte é possível.

As duas figuras a seguir ilustram a alternância entre matéria e forma, falada anteriormente com muita clareza, e podem nos ajudar a compreender melhor o movimento que ocorre.

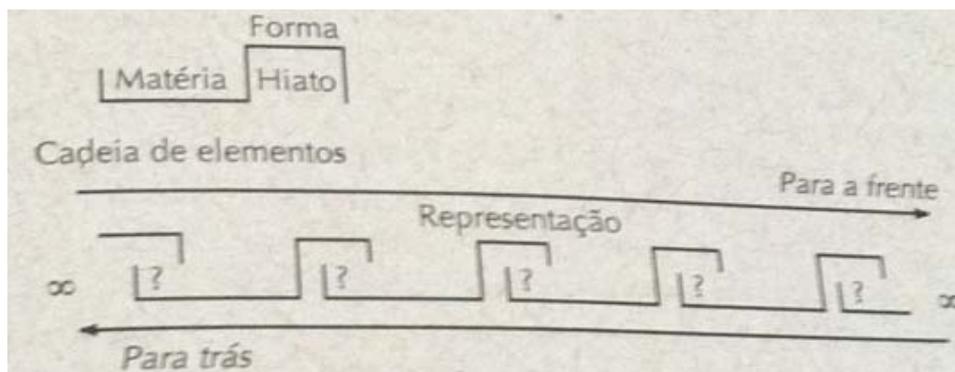


Figura 1. Elementos de representação (Latour, 2001, p. 87)

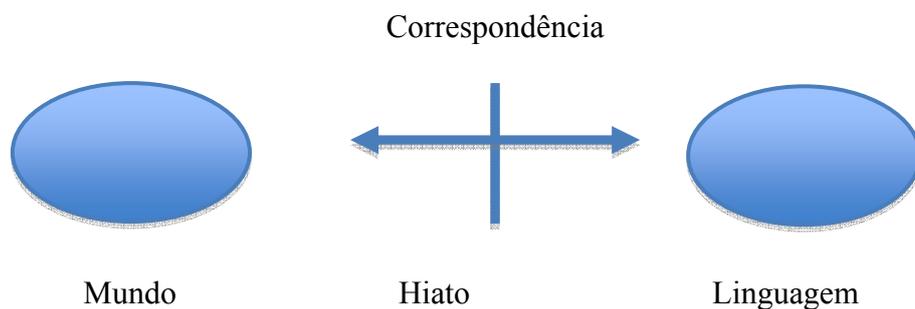


Figura 2. Correspondência entre o mundo e a linguagem

A Figura 2 mostra um modelo de correspondência entre o mundo e a linguagem, no qual as duas esferas, radical e completamente distintas e distantes uma da outra, são separadas por um hiato que deve ser suprimido ou reduzido pela busca da correspondência e da referência. Segundo este ponto de vista, os fenômenos estariam situados no ponto de encontro entre as coisas-em-si e as percepções humanas. O conhecimento das coisas, porém, estaria para sempre – de acordo com um modelo bipolar – ameaçado pelo abismo que realiza a distinção ontológica entre sujeito e objeto.

Latour, no entanto, tenta se desvencilhar deste modelo e pensar de que maneira o hiato entre o mundo e a linguagem poderia ser ultrapassado. A Figura 1, por sua vez, deslinda uma maneira possível de realizar tal tarefa, servindo como uma síntese do que foi exposto até aqui. O conhecimento, como a figura indica, ao invés de se manifestar no encontro direto entre a mente e a coisa, está naquilo que garante a unidade da cadeia estabelecida. A cada etapa há um operador comum que pertence, ao mesmo tempo, à matéria (em um dos extremos) e à forma (no outro). O hiato entre estas etapas não pode ser preenchido por semelhança alguma,

pois a série encontra-se ligada por uma quantidade de operadores e mediadores que desempenham o papel de forma *e* de matéria. Por causa deste movimento a série desenhada acima pode *atravessar* a diferença entre as coisas e as palavras, redistribuindo, assim, as duas fixações ontológicas tradicionais (Latour, 2001). Ao terem diferentes atributos em momentos diferentes, as palavras podem se tornar papel; variações em instrumentos tornam-se números; cores tornam-se gráficos, e assim por diante.

O esquema acima também chama a atenção para o fato de que esta cadeia não possui fim em nenhuma das extremidades, pois novas etapas podem ser inseridas a qualquer momento, ainda que seja também possível resumir uma série em uma caixa-preta. Porém, o fundamental para que o alinhamento de atores traçado acima mantenha sua coesão e funcionalidade, ou seja, possa transportar conteúdos fidedignos, é que esta cadeia deve permanecer *reversível* (Latour 2001). É imperativo que em qualquer ponto da corrente possamos rastrear o caminho percorrido para se chegar ali. Caso isso não seja possível a todo instante, caso a cadeia seja rompida em algum momento, ela deixa de transportar, descobrir, construir ou conduzir a verdade. Portanto, “*a palavra ‘referência’ designa a qualidade da cadeia em sua inteireza e não mais a adequatio rei ET intellectus*. Aqui, o valor de verdade *circula* como a eletricidade ao longo do fio, enquanto o circuito não é interrompido” (Latour, 2001, p. 86, grifos do autor). A trilha demarcada permite que se refaçam os próprios passos, e este poder é que garante o conhecimento.

É evidente que, a cada etapa percorrida, transladada e modificada, elementos são perdidos, tais como localidade, particularidade, materialidade, multiplicidade e continuidade. Há toda uma dialética de perdas e ganhos que ocorre nestes deslocamentos. Por outro lado, obtém-se mais compatibilidade, padronização, textos, cálculo, circulação e universalidade relativa devido ao trabalho da representação. A cada etapa que se passa aumenta também o vínculo com o conhecimento prático já estabelecido, bem como a quantidade de mediações e atores, cuja concretude forma a ponte entre as coisas e as palavras. Se eliminarmos toda esta cadeia de alianças e mediações necessárias para a circulação da verdade, obteremos novamente a imagem de um abismo entre o mundo e as palavras. Gráficamente, esta ideia é traduzida pelo filósofo com a seguinte imagem:

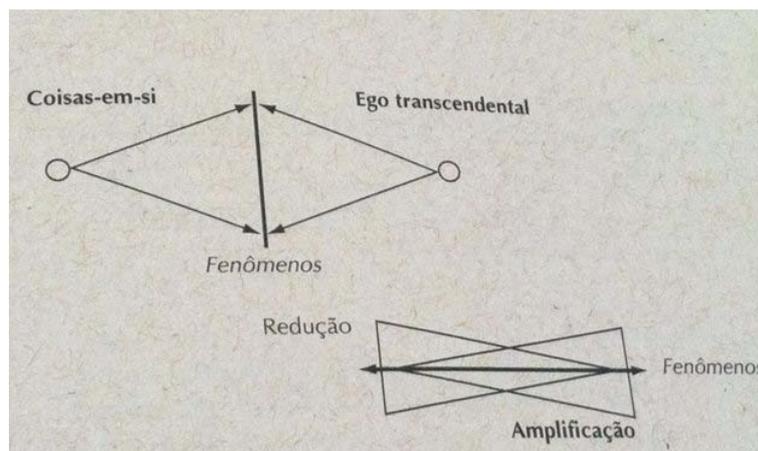


Figura 3. A diferença entre os fenômenos (Latour, 2001, p. 89)

Podemos entender, então, que os fenômenos “não se acham no *ponto de encontro* entre as coisas e as formas da mente humana; os fenômenos são aquilo que *circula* ao longo da cadeia reversível de transformação, perdendo a cada etapa algumas propriedades a fim de ganhar outras que as tornem compatíveis com os centros de cálculo já instalados” (Latour, 2001, p. 88, grifos do autor).

O papel do cientista constituir-se-ia, pois, em se tornar capaz de produzir testemunhas fidedignas que atestem a existência de algum objeto. Ele é o representante das coisas, seu “porta-voz”, pois elas não falam por si. Os cientistas aliam-se com os instrumentos de modo que são produzidas inscrições, que, por sua vez, serão interpretadas por cientistas fiéis e disciplinados. Estes instrumentos são qualquer coisa capaz de produzir uma inscrição, ou seja, dados relevantes para que se possa provar a existência de um objeto. Eles possibilitam a demonstração da existência de algo. As inscrições, por sua vez, também chamadas de “móveis imutáveis”, são “todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, um pedaço de papel, um traço, (...) permitindo novas translações e articulações ao mesmo tempo que mantêm intactas algumas formas de relação” (Latour, 1999, p. 307). No esforço de convencimento dos cientistas, elas desempenham, assim, um papel extremamente importante, aumentando seja a mobilização, a apresentação, a fidelidade, seja a disciplina dos aliados, cuja presença é necessária para convencer (Latour, 1997).

Os instrumentos produzem testemunhos das coisas e falam com o auxílio dos porta-vozes científicos. Por outro lado, os cientistas devem trabalhar também

para que as alianças realizadas se tornem duradouras, sejam traduzidas e incluídas na rede, ou seja, tornem-se um fato.

Ao mesmo tempo que nada é irreduzível a nada, qualquer coisa pode ser reduzida a alguma outra coisa, desde que seja feito o devido trabalho. Pois reduzir uma coisa à outra é ver esta coisa como efeito explicável de uma camada mais elementar da realidade. Já que cada ator é somente ele mesmo, será impossível derivar uma coisa instantaneamente de outra sem trabalho. Todo meio, portanto, deve ser negociado com os outros atores em jogo, e o elo entre estes actantes demanda um trabalho de translação. Ou seja, construir um fenômeno em camadas sucessivas torna-o cada vez mais real dentro de uma rede traçada pelos deslocamentos – em ambos os sentidos – de pesquisadores, amostras, gráficos, espécimes, mapas, relatórios, pedidos de verba e um sem-número de outros atores.

### 4.3

#### A teoria ator-rede (ANT)

Além dos atores e das alianças que eles podem formar entre si através das translações, a ciência, para Latour, tem como uma de suas características mais importantes o fato de ser uma prática coletiva. Em outras palavras, os fatos se fortalecem na medida em que são repetidos, transformados e traduzidos por outros. Não se pode afirmar ou negar fatos científicos de forma *isolada*; deve-se ter sempre em mente a *rede* que sustenta o coletivo sociotécnico. Daí a importância da sua Teoria Ator Rede, ou ANT, como a chamarei neste trabalho. Ela comporta, pois, não só as interações entre os actantes, mas também a noção de social trabalhada no início do capítulo, e o modo através do qual estes elementos se expandem para fortalecer os vínculos já estabelecidos e distribuir o conhecimento que daí advém. Para isto, a noção de substâncias duráveis é substituída pelo conceito de “caixa-preta”, e as relações diretas entre os elementos em jogo são também substituídas por relações indiretas entre os atores.

A ANT não seria, no entanto, uma teoria do social, e sim uma teoria do espaço no qual o social se tornou um certo tipo de circulação. Consequentemente, agora há mais espaço para diversos outros tipos de circulação. Ela não é uma teoria do social mais do que é uma teoria do sujeito, ou de Deus ou da natureza. É uma teoria do espaço e de fluidos que circulam em uma situação não-moderna. A

questão, aqui, é: que outros tipos de conexão podem ser estabelecidos entre estes termos, além da solução modernista sistemática? (Latour, 1998)

Pois para que se possa entender a ciência, Latour acredita que seja necessário esquecê-la, para que haja a possibilidade de se aproximar de dinâmicas e de práticas que, apesar de serem ditas científicas, não possuem um traço de cientificidade pré-determinado. Dito de outra forma, não haveria nada de científico na ciência, e um laboratório deve ser compreendido como uma vasta empresa de fabricação, de colocação de pontos e de trocas de gráficos e textos, sem que se apegue às questões da elaboração do conhecimento através de um *projeto* que organizaria as atividades científicas e que lhes conferiria um sentido. Não existe a Ciência, com letra maiúscula, ou a Verdade ou o Social. O que há são simplesmente atos, gestão de coisas e ocupação de espaço.

De acordo com Dominique Pestre,

“a ideia não é simplesmente que a ciência se difunde e que ela conta por suas ‘aplicações’; é que a ciência ela mesma, tanto seus resultados como seus valores, se tornam socialmente válidos e pertinentes ao longo de cadeias de reapropriações sempre infiéis, de interesses sempre parciais mas que implicam atores quase infinitos em seu nome. Neste processo, e este é um ponto nodal, o social mesmo, em suas maneira de compreender seus modos de ação, é redefinido. Em resumo, o importante é compreender esta dinâmica, esta coprodução, esta cotransformação do social e do científico – e não se limitar à uma decupagem que é proposta pelos próprios científicos e que faz da ciência uma coisa limitada ao laboratório quando ela se afina e se constrói também ‘ao ar livre’, na interação com outros atores” (2006, p. 46).

Assim sendo, os termos *ator* e *rede* designam, na verdade, duas faces do mesmo fenômeno, como ondas e partículas, de modo que o que o social designa seria um certo tipo de circulação que viaja indefinidamente sem nunca encontrar nem um micronível, pois não há nunca uma interação que não seja emoldurada, nem o macronível, já que existem apenas organizações. Estas organizações permanecem fixadas e dependentes do valor instrumental que garante sua existência e continuidade. Ou seja, a essência de um objeto apenas possui um valor pragmático de nos ajudar a identificar certas coisas como imutáveis.

Isto só é possível quando as alianças científicas que sustentam uma afirmação encontram-se, por sua vez, baseadas em toda uma rede que as legitima. A ciência deve, antes de tudo, interessar e possibilitar traduções, pois – se ela não é capaz de propor soluções que interessam a muitos, ainda que de formas

diferentes – não será capaz de produzir qualquer efeito sobre as nossas vidas, não será incluída na rede sociotécnica.

O próprio à ciência é que, em sua produção, alguns dispositivos experimentais, ou conjunto de conhecimentos, são tomados como dados, estáveis, ou, nas palavras de Latour (1994, p. 55), são colocados em “caixas-pretas”. Tais caixas guardam um conjunto de dispositivos teórico-experimentais que conferem um sentido unívoco a estes dados, tornando-se forças ou interesses que mantêm alguns conhecimentos. *Uma caixa-preta é qualquer ator tão firmemente estabilizado que podemos assumi-lo como verdadeiro sem ao menos nos questionarmos a seu respeito.* Suas propriedades internas não são levadas em consideração, desde que estejamos interessados apenas com seu *input* e *output*. Elas transformam-se, conseqüentemente, em pontos de passagem obrigatórios construídos pelas ciências. Logo, quanto mais caixas-pretas uma ciência tem a capacidade de fechar, mais estável ela se torna, e mais os conhecimentos produzidos por ela são considerados referências obrigatórias e de questionamento cada vez mais difícil. A ciência também tem como traço característico o fato de que o processo através do qual ela gera seus objetos é explicitado pelas controvérsias surgidas durante o fechamento de um fato.

Estas caixas-pretas, para Latour, substituem as substâncias tradicionais da ciência. Enquanto estas últimas são únicas, as primeiras são múltiplas, nós apenas as *tratamos* como uma, desde que elas permaneçam sólidas no meio em que subsistem. As caixas-pretas permitem que sejam esquecidas as extensas redes de alianças de que elas são feitas, pelo tempo em que elas funcionem suavemente. Se por um lado um ator sempre tem sua origem em alguma controvérsia, esquecemos disto assim que ele é bem sucedido em estabelecer uma trilha no mundo, e então passamos a tratá-lo como uma unidade. Em outras palavras, “os actantes nascem em meio a desavenças e controvérsias, e mesmo assim eventualmente eles se solidificam em uma configuração estável. Mas simplesmente reacenda a controvérsia, reabra a caixa-preta e verá mais uma vez que um ator não possui uma essência unificada” (Harman, 2009, p.34). Ou seja, dependendo das circunstâncias, todo ator pode ser visto seja como uma caixa-preta, seja como um amálgama de redes.

Uma caixa-preta consegue ser forte o suficiente para resistir a dúvidas, e é apresentada como um objeto fechado sem qualquer referência à sua genealogia, ao

seu autor ou mesmo aqueles outros atores que tomaram parte na consolidação de sua existência. Todas as ações tendem a criar estas caixas, que por definição devem ser de fácil *manutenção*, ainda que exijam muito trabalho para serem construídas. Portanto, dizer que a ciência – ou mesmo o mundo – consiste de um vasto conjunto de caixas-pretas é reconhecer que há um sem-número de níveis democráticos nos quais os atores devem conviver. Todos os objetos são, assim, mutuamente externos uns aos outros. A comunicação entre eles se dá entre os corpos, através das interfaces que podem ser criadas pelas diferentes translações.

Mesmo assim, existem alguns riscos que uma corrente de alianças corre ao se estabilizar e para se manter: muita atenção de outros atores ou muito pouca atenção. Como já foi dito, as caixas-pretas devem se tornar pontos de passagem obrigatórios de outras entidades, e isto não ocorre caso outros atores queiram destruí-la ou simplesmente a ignorem. Um actante sofisticado que duvida de uma caixa-preta é perigoso por ter os meios de abri-la e expor suas falhas ou alianças mais fracas para os outros atores, que a partir de então podem não endossar futuras alianças com esta caixa-preta, enfraquecendo-a até o momento em que ela acaba por ser esquecida. Cada caixa-preta, seja ela um experimento, uma autoridade, uma posição institucional ou uma ideia contundente, nos faz mais fortes ao mesmo tempo que enfraquece nossos oponentes (Latour, 2000). Ou seja, a cada vez que nos aliamos a uma caixa-preta, nossos oponentes terão dificuldades para nos separar dela.

Neste sentido, os textos revelam-se como um dos melhores e mais eficientes recursos para a arregimentação de aliados, seja em uma direção ou em outra. Diz o autor:

“O que está por trás das alegações? Textos. E por trás dos textos? Mais textos, cada vez mais técnicos porque trazem à baila cada vez mais artigos. Por trás destes artigos? Gráficos, inscrições, rótulos, tabelas, mapas, dispostos em camadas. Por trás destas inscrições? Instrumentos, de todas as formas, idades e custos, que acabam por desenhar, registrar, fazer vários tipos de traçados. Por trás dos instrumentos? Porta-vozes de todos os tipos e modos, que comentam os gráficos e ‘simplesmente’ dizem o que eles significam. Por trás destes? Um arsenal de instrumentos. Por trás destes? Provas de força para avaliar a resistência dos elos que unem os representantes àquilo em cujo nome eles falam”. (Latour, 2000, p.131).

Após serem escritas, as palavras ganham autonomia, diferem-se do autor que as produziu. Os textos conseguem produzir novas conexões e entram na rede

de forma independente. De modo que já não importa muito o que o autor quis dizer quando escreveu o artigo, pois o que conferirá importância ao seu texto são as formas como suas teorias serão conectadas e entendidas. Assim, quanto mais os textos são citados por outros artigos, mais importante eles se tornam. A caixa-preta, assim entendida, seria o fechamento de uma discussão e o estabelecimento de um fato através da citação contínua de um determinado texto. É o caso, por exemplo, da *Evolução das Espécies*, de Darwin. A seleção natural tornou-se um fato após inúmeras citações, deslocamentos, traduções e repetições. Por outro lado, se o texto é esquecido, não há possibilidade de se estabelecerem novas conexões. Para Latour, este seria o pior destino para um artigo: não ser comentado. Em toda situação, a questão é se o objeto do qual se fala foi capaz de encadear actantes o suficiente para florescer. Pois o adjetivo “científico” não é atribuído a textos solitários, posto que um documento torna-se merecedor deste adjetivo quando seu argumento deixa de estar isolado e quando o número de pessoas engajadas em sua publicação é múltiplo, e é indicado explicitamente no texto (Latour, 2000).

Um artigo científico deve “mostrar” diretamente o objeto que defende. E o faz através dos gráficos, esquemas, números possibilitados pelas inscrições e os instrumentos que servem como intermediários e mediadores. Estes servem como o último elo em uma longa cadeia de transformações que nos permite ver algo “diretamente” por nós mesmos. Ver algo diretamente, no entanto, significa seguir esta cadeia de transformações de um meio a outro. Pois por trás do gráfico impresso no papel, com seus padrões regulares, encontra-se uma variedade enorme de aliados, cada um trasladando sua mensagem para outro nível do mundo. Desta forma, um músculo pode se tornar um desenho ou uma foto, e assim ser comprimido em uma forma – um artigo, digamos – cujo transporte e disseminação torna-se infinitamente mais fácil do que, por exemplo, levar o próprio músculo a todos os ortopedistas de uma área qualquer. O importante na pesquisa, porém, é que cadeia de associações e translações possa ser refeita. Só assim é possível se falar de uma transposição do mundo para o papel.

As caixas-pretas, ao final, podem ser unidas a um centro ao serem tornadas móveis, estáveis e combináveis com outros atores. Como está escrito em *Ciência em ação*:

“A questão é bem simples: como agir à distância sobre eventos, pessoas e lugares que não são familiares? Resposta: por trazer para perto *de alguma forma* estes eventos, lugares e pessoas. Como isso pode ser feito, já que eles estão distantes? Inventando métodos que a) torne-os *móveis* de maneira que possam ser trazidos de volta; b) tornando-os *estáveis* para que possam ser transportados em várias direções sem distorções, corrupções ou decadência e c) tornando-os *combináveis* de modo que aquilo de que eles são feitos possa ser agregado ou trocado como cartas. Se estas condições são alcançadas, então uma pequena cidade na província, ou um laboratório obscuro, ou uma irrisória empresa em uma garagem, que anteriormente eram tão fracos quanto qualquer outro lugar se transformam em centros dominando à distância vários outros lugares.” (Latour, 2000)

Se todos os atores são concretos, torná-los aptos a agir à distância exige um trabalho de abstração de um lugar e tempo específicos. No entanto, para Latour, não são só os humanos que têm o poder de realizar tal trabalho: qualquer objeto pode fazê-lo. A abstração não seria, assim, uma capacidade dos humanos, mas das relações em geral, já que dois eventos fazem contato ao custo de se abstraírem um no outro, lidando com uma porção de cada um, ao invés da totalidade dos dois.

A ação à distância, então, permite que a expansão destas caixas-pretas se dê em rede, conceito que encontra-se muito próximo da noção de rizoma. Segundo o próprio Latour, sua Teoria Ator Rede deveria se chamar “ontologia do actante-rizoma” (Latour, 1998; Latour, 2006), pois este nome daria conta da ideia de que a definição ontológica se dá, na realidade, através da ação dos atores em jogo no fechamento de caixas-pretas e de sua expansão rizomática. Para que fique claro o que o autor quer dizer com o termo “redes”, vale lembrar que em mais de uma ocasião (Latour, 1998; Latour, 2006) ele chama a atenção para a equivalência de significação com o termo “rizoma”. Para Latour, redes e rizomas são a mesma coisa. Portanto, rizoma é uma imagem do pensamento, na qual um ponto é conectado a outro qualquer, sem determinação *a priori*. Seus traços não remetem sempre a traços da mesma natureza. Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, sem começo nem fim: apenas meio. Não há ponto de origem ou ponto primordial no rizoma, pois ele avança através de bifurcações, de encontros imprevisíveis, que só poderão se mostrar úteis ou não, produtivos ou não, *a posteriori*. O conjunto é sempre reavaliado a partir de um ângulo inédito (Zourabichvili, 2004, p.97/99).

Em outras palavras, são as conexões possíveis e não-determinadas que estão em jogo. Daí a importância da ideia de rede e da noção de que os sentidos só

podem ser dados *a posteriori*. Por isto também um objeto depende de sua *performance*, de sua utilidade, pois seus atributos não são qualidades imanescentes, mas sim desempenhos ou vitórias sobre seus rivais. E estas batalhas ocorrem em rede, na ação realizada pelas caixas-pretas. As redes são simultaneamente “reais como a Natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade.” (Latour, 1994, p.12).

Com isso, Latour nos propõe, na realidade, que examinemos uma geografia histórica das dinâmicas científicas. A imagem de referência, aqui, como ele próprio nos diz, é cartográfica (Latour, 2006). Trata-se de traçar um mapa dos deslocamentos científicos, feito através de meios de caminhos paralelos, de diferentes instrumentos, sejam eles discussões de enunciados aqui, ou de transferência de técnicas alhures, criando tantas divergências quanto convergências neste percurso. As frentes de avanço científicas não são coordenadas, estreitas ou regulares, e são marcadas por bolsões de resistência que não serão necessariamente reduzidos ou eliminados pela aparição de um novo enunciado em outro lugar. Trata-se, neste ponto, de compreender a gestão dos espaços, seu controle e sua separação, para que se possa organizá-los, evitar sua contaminação e assegurar a ação à distância dos objetos envolvidos nas caixas-pretas, pois é desta forma que se dá a inscrição dos espaços da ciência em territórios que não são, em si, científicos.

Por esta razão, a verdade para Latour nunca se apresenta na forma de uma simples correspondência entre o mundo e as declarações que se remetem a ele, pois só podemos realizar esta ligação entre os enunciados e o mundo através de um difícil conjunto de deslocamentos. A verdade não é a causa da aceitação de um enunciado; uma sentença não se mantém porque é verdadeira. Ao contrário, ela é verdadeira porque se mantém. Chamamos de verdade aquilo que conseguiu se afixar em algo mais durável, menos vulnerável à *resistência* de outros atores. Pois o mundo *resiste* à fabricação humana. Logo, “os objetos científicos são construídos, mas não podem ser reduzidos ao social, porque ele está povoado por objetos mobilizados para construí-lo” (Latour, 1994, p.12).

Como já foi dito, a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva, pública, de modo que a construção de acontecimentos e máquinas somente se viabiliza através da conjugação de interesses e da mobilização de um grande número de aliados. Isto significa que um fato científico só existe se for

sustentado por uma rede de atores, e que, assim, o cientista nunca se remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal (Moraes, 2004). Neste sentido, podemos dizer que, em última instância, uma ciência não se universaliza, e sim que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza.

Conseqüentemente, podemos até dizer que qualquer coisa é possível, desde que o esforço necessário seja empreendido e o preço do projeto seja pago. Nunca se deve esquecer, porém, que aqueles que tentam convencer pelo seu desempenho e aqueles que devem ser convencidos incluem também objetos inanimados. Os estados estáveis são o resultado de inúmeras forças. Os atores tornam-se mais reais ao fazer com que grandes partes do cosmos vibrem em harmonia com suas metas, ou por realizar desvios destes objetivos para se fortalecerem sobre as forças de outros actantes (Harman, 2009, p.19). As associações entre os atores, no entanto, devem ser cultivadas para que continuem fornecendo valor instrumental, e assim, assegurem a existência dos atores em questão. Esta manutenção, por sua vez, também demanda trabalho, em maior ou menor intensidade. Por exemplo, a caixa-preta da gravidade exige menos esforço dos atores para ser mantida atualmente do que o fenômeno do aquecimento global ou do efeito estufa.

Em resumo, de acordo com Harman,

“ao invés de substâncias, existem caixas-pretas que não são permanentes, naturais ou duráveis, e que correm sempre o risco de serem reabertas durante futuras controvérsias. E ao invés de inofensivas relações que nada afetam, as relações são sempre violentas abstrações feitas por actantes que de outra maneira estariam enjaulados em um tempo e espaço únicos” (2009, p. 55).

Os eventos se expandem de uma maneira tal, que quanto mais a ciência e a tecnologia produzem fatos e máquinas que funcionam bem, mais obscuras e opacas as caixas-pretas se tornam. É necessário apenas investir em sua alimentação e produção, sem desprender esforços ou atenção às suas complexidades internas, tornando, assim, invisível o trabalho realizado para a estabilização deste estado de coisas (Latour, 2000). “A história da tecnociência é, em grande parte, a história dos recursos espalhados ao longo das redes para acelerar a mobilidade, a fidedignidade, a combinação e a coesão dos traçados que possibilitam a ação à distância” (Latour, 2000, p. 424).

## Pesquisa terminável e interminável em Psicanálise

Após realizar o percurso dos capítulos anteriores, podemos agora nos reaproximar da questão da construção do conhecimento em Psicanálise, na sua relação com a técnica elaborada por Freud, e parcialmente modificada por alguns de seus sucessores. Utilizando, para isso, os conceitos e idéias de Latour, neste capítulo mostraremos como o método freudiano tem a habilidade de arregimentar aliados na composição de um fato, e posteriormente de fazer circular este fato, não só na comunidade psicanalítica, mas também na rede social.

A atividade de pesquisa, em todos os campos do saber, é fundamental e tem a função de aprofundar os conhecimentos sobre um tema através de novas descobertas, bem como através de reflexões históricas, epistemológicas e conceituais. Ela consegue realizar esta tarefa por ter o poder – pelo conjunto do trabalho realizado – de reunir e organizar um grande volume de informação e torná-la comunicável, passível de ser intercambiada entre atores díspares e produzir novas associações e novas diferenças. Na Psicanálise, como tentamos demonstrar, as coisas não se dão de outra forma, e a pesquisa nesta área também possui vínculos muito estreitos com a técnica que a torna possível, e sem a qual a metapsicologia seria nada mais que um delírio literário, ainda que de boa qualidade.

Todavia, se consultarmos o volume XXIV das obras completas de Freud (2006), não encontraremos o termo “pesquisa” nem no índice temático nem no índice onomástico, o que poderia revelar que este campo não era de interesse do criador da Psicanálise. Tal fato pode parecer estranho à primeira vista, afinal seria um contrasenso que um homem com sólida formação científica e médica fosse negligente com um tema tão caro à Ciência. Para justificar esta ausência, pode-se levantar a hipótese de que no final do século XIX e começo do século XX não haveria muitos programas de pesquisa organizados em torno da questão da saúde mental. Ora, este argumento não nos parece forte, pois o que seriam as aulas e demonstrações de Charcot, ou o laboratório de Bernheim, senão centros de

investigação e de interesse sobre as mazelas psíquicas que atingiam os doentes mentais da época?

Quando, contudo, debruçamo-nos com mais cautela sobre os textos freudianos, podemos identificar uma preocupação constante com a defesa de seu método através de sua pertinência e capacidade de extrair um conhecimento sólido e – diria ele – científico sobre o Inconsciente. Todos os “artigos sobre a técnica” teriam esta finalidade, bem como outras publicações e comunicações (Freud, 1905, 1910a, 1926, 1933a). Mesmo em sua definição de 1923 do que seria a Psicanálise, consta que ela consistiria, antes de tudo, em um “método de investigação da vida anímica” (Freud, 1923, p. 231). Ou seja, se a pesquisa não foi um assunto recorrente nos primeiros escritos psicanalíticos, isto não se deu porque Freud o considerava um ponto irrelevante, mas antes porque julgava que todo seu trabalho se inscrevia neste território. A Psicanálise seria, ela mesma e em sua totalidade, um método de pesquisa.

Quanto a Bruno Latour, podemos verificar, pelo pouco que aparece em seus textos, que a psicologia e a psicanálise não fazem parte de suas preferências temáticas. É escasso o diálogo que ele realiza com estes campos. Segundo Latour, a Psicologia teria a capacidade de fabricar “eus artificiais” através de suas pesquisas e na divulgação de seu saber. E, como completa Arthur Arruda, “isso ocorreria ao fato de nas pesquisas tradicionais, o pesquisador colocar o sujeito em uma posição ingênua, como se este possuísse uma essência, que está ali para ser captada para além de sua subjetividade.” (Ferreira et al., s/d, p.3). Ou seja, pode-se dizer que, como o faz Stengers, a psicologia teria como costume construir *artefatos* (1990), ao invés de deixar que os fatos falassem. Assim, os testemunhos advindos das pesquisas psicológicas tradicionais raramente apresentariam problemas ou questões, pois, pelo modo como as tarefas são demandadas, o fenômeno não teria outra opção exceto responder de uma maneira. As psicologias, por agirem assim, não correriam riscos, tendo como consequência que seus procedimentos acabassem produzindo os eventos que elas tentam pesquisar.

Além disto, outra crítica possível é a de que as psicologias – e aí se inclui a psicanálise – provocam uma proliferação indiscriminada de híbridos, e tem, por isso, dificuldade de posteriormente purificá-los, ficando muito claro para aqueles atores envolvidos que os conceitos psicológicos falam de uma construção, e não advêm de testemunhas fidedignas. Frente a um fenômeno observado, portanto,

várias interpretações são possíveis. Os atores dificilmente se estabilizam, e por isto estas ciências não conseguem fechar caixas-pretas e realizar com facilidade e mobilidade uma ação à distância. A Psicologia seria considerada, assim, uma ciência *mole*, exatamente por não dispor de tantos instrumentos quanto outras práticas, por não gerar tantas inscrições passíveis de testemunharem a existência de um determinado objeto. Daí a necessidade destas ciências de traçar e retraçar, a todo momento, seu percurso histórico e epistemológico: é deste modo que sua unidade pode ser mantida, fazendo com que os atores envolvidos e suas mediações não se dispersem. Sujeito e objeto encontrar-se-iam mesclados de tal forma que separá-los seria impossível. Se, por um lado, isto traz dificuldades na delimitação e manutenção de um evento, por outro esta produção contínua de híbridos acaba realizando novas associações constantemente, que dão origem a novos híbridos, e assim por diante.

Tendo estas questões em mente, pensaremos aqui a Psicanálise como uma proposição bem articulada, que se deixa afetar por outras, e que por isto produz diferenças. Desta maneira ela fabrica, estabiliza e dissemina seu conhecimento na rede sociotécnica, tornando-se parte integrante de sua construção, ao mesmo tempo que é construída também por ela. Pois, desde seu surgimento, a prática e a teoria inauguradas por Freud se espalharam não só geograficamente, estando atualmente presentes em todos os continentes, mas também se expandiram para campos do saber além de seu limite, estabelecendo alianças com diferentes conhecimentos e dando origem a novas práticas.

E lembrando que diferenças geram significados, este modo de operar da Psicanálise será tomado como algo positivo, que permite o surgimento de novas ideias, novas pesquisas, e se lança sempre na direção de novas chances de articulações.

\*\*\*

Como exposto no capítulo 3, a proposta de Latour, ao pensar o processo através do qual o conhecimento se dá, reconhece não só a existência como a ação de atores que não costumam ser considerados pela divisão entre “sujeito” e

“objeto” da Constituição Moderna. Latour traz e problematiza, assim, a questão da estabilização deste par nos procedimentos de pesquisa científicos, levando em conta as condições materiais, culturais, sociais e tecnológicas envolvidas na descoberta e criação de um fato. O direito de fala, para isto, é garantido a todas as proposições, estendendo, portanto, este direito aos híbridos e aos não-humanos, como seria o caso da transferência e do inconsciente após a produção do dispositivo clínico elaborado por Freud. O esforço da técnica e da teoria freudiana seria exatamente o de dar voz ao Inconsciente, aos atos sintomáticos, aos comportamentos e afetos humanos, transformando os pacientes em testemunhas destas entidades, e o analista em seu porta-voz. Pois o analista, assim como paciente, falaria em nome do “objeto” da Psicanálise.

Que a ambição freudiana era fundar uma ciência não é nenhuma novidade. Freud mesmo sempre defendeu sua criação como parte legítima da empresa científica, argumentando que seu método e os sucessos deste atestavam que a Psicanálise devia estar agrupada com disciplinas como a Química, a Biologia, a Física (Freud, 1914b, 1915, 1926). Mas, como ele próprio percebia, sua criação não seria incluída com facilidade neste seleto grupo de saberes, e se quisesse que sua teoria fosse reconhecida como científica, seria preciso mostrar qual o lastro que ela teria com a realidade. Portanto, a partir de um certo momento, a necessidade de se definirem os meios racionais capazes de autorizar a ainda nascente teoria psicanalítica apresentou-se ao jovem médico vienense. Neste sentido, o abandono da hipnose, como já foi dito anteriormente, revela-se como o momento no qual se pôs em evidência de maneira efetiva a razão científica presente na situação analítica.

Lembremos, por alguns parágrafos, que à época de Freud ocorriam na Europa uma série de divergências sobre o problema da histeria e das doenças mentais, opondo diferentes escolas neurológicas quanto as causas e tratamentos das síndromes apresentadas pelos doentes nos hospitais psiquiátricos. Como aponta Nicolas Gougoulis, a Psiquiatria, neste momento, emergia lentamente a partir do projeto de definir um conhecimento ordenado do mundo da patologia mental e da loucura através da observação clínica. O primeiro objetivo dos alienistas era constituir um saber, e o projeto terapêutico visava isolar, relacionar, definir e curar os males psíquicos (Gougoulis, 2004). Ademais, na França e na Alemanha começava também a se desenvolver uma medicina universitária, na

qual o professor, em oposição ao psiquiatra, desenvolve a pesquisa e o ensino, tentando ordenar teoricamente o que era observado de maneira caótica na clínica. Tal era o caso de Charcot, Bernheim e Meynert.

Além das controvérsias que rondavam o surgimento da psiquiatria como especialidade médica, e da emergência de um ensino que trazia questões sobre a maneira de se pesquisarem as mazelas mentais, também encontramos a discussão em torno da hipnose e de seus possíveis usos para fins de pesquisa e terapêuticos. Ainda segundo Gougoulis, desde

“o início da segunda metade do século XIX o interesse pela hipnose reaviva a problemática de uma ação terapêutica como recurso motor. Hyppolite Bernheim publica seu trabalho sobre a sugestão e a psicoterapia em 1891. Ele põe em evidência uma possibilidade de ação bastante nova, bem distinta da persuasão do tratamento moral, que utiliza uma propriedade universal do espírito humano, a sugestionalidade, fundamento da aptidão a hipnotização. A escola rival da Salpêtrière, em torno de Jean-Martin Charcot, não faz um uso terapêutico da hipnose, mas utiliza o termo psicoterapia na linhagem do tratamento moral” (Gougoulis, 2004, p. 22).

Em outras palavras, enquanto uma escola empregava a hipnose apenas para fins de pesquisa, a linhagem alemã fazia também um uso terapêutico desta prática. Freud, a seu tempo, realizaria uma composição deveras original entre a persuasão e a sugestão. No que tange à persuasão, sua técnica guarda a necessidade, para o paciente, de participar por um esforço consciente – aquele da associação livre – da elucidação progressiva de seus sintomas. Já do lado da sugestão, a psicanálise mantém uma relação, semelhante àquela das crianças com seus pais, ou dos apaixonados, que constituirá o instrumento indispensável de toda a empresa terapêutica: a transferência.

Pois bem, tendo saído do círculo universitário e de laboratórios, o Dr. Freud se instala como médico particular, dotado de uma especialização no tratamento das doenças nervosas, para se envolver com o mundo da semiloucura da histeria, das neuroses. Jovem especialista, pesquisador de laboratórios universitários, aluno do chefe da psiquiatria vienense Meynert, do neurólogo Charcot, do residente Breuer e do hipnotizador Bernheim, vemos que o futuro psicanalista formou-se como herdeiro direto de todas estas correntes do pensamento médico do século XIX. Ele fazia parte da rede que se formava pelos interesses ao redor das doenças psíquicas. As controvérsias assistidas,

testemunhadas e estudadas por Freud nestes locais de formação, vieram a fazer parte da psicanálise, e é neste combate de ideias e posições teórico-clínicas que se abre a via da invenção de seu método, particularmente influenciado pela prática da hipnose em sua relação com as patologias mentais e com a terapêutica.

Ao iniciar o uso da hipnose no tratamento de seus pacientes, o jovem médico tinha a impressão de poder agir sobre a memória e de controlar a carga afetiva a ela associada, da mesma maneira que Charcot fazia e desfazia as paralisias de suas pacientes. No entanto, com o tempo ficou claro que os sintomas histéricos resistiam à hipnose (como já vimos no capítulo 1 desta dissertação), o que fazia com que os pacientes envolvidos com este procedimento não se tornassem testemunhas fidedignas de uma ciência, transformando a hipnose em uma técnica não confiável. O método catártico se revelou, portanto, insuficiente, pois não garantia que tais sintomas permanecessem afastados. E mais importante do que isto, ele colocava em jogo uma série de relações afetivas muito fortes e aparentemente incontroláveis entre o paciente e o médico. Era preciso para técnica conseguir isolar e lidar com estas reações sentimentais apresentadas pelas pacientes, do contrário o analista estaria excessivamente ligado às fantasias e sintomas neuróticos, tornando-se, assim, parte integrante da doença e mero ator na relação terapêutica, o que o impossibilitaria de incidir sobre os sintomas e obter algum efeito de suas intervenções.

Podemos, pois, pensar, neste ponto do desenvolvimento do método psicanalítico, que a transferência revelou-se a Freud como um ator inesperado, um obstáculo sério, suspendendo durante certo tempo a dominação da doença almejada pelo médico, e interrompendo o percurso e o fechamento de uma compreensão sobre a neurose. Para que seu projeto pudesse continuar seu percurso de transformar a sua criação em ciência, capaz de isolar, purificar e controlar o fenômeno – tal qual o projeto da psiquiatria do século XIX –, foi então necessário a Freud aliar-se a este novo ator, usar sua força a seu favor para poder estabilizar o fenômeno que se apresentava incessantemente, e que foi bem nomeado de “resistência”.

O primeiro passo para o isolamento e controle do quadro clínico foi, portanto, o abandono da hipnose. No entanto, a renúncia desta técnica prende-se à assunção de uma outra, baseada na observação de uma “compulsão a associar”, e cuja maior qualidade é, ao contrário da hipnose, fazer participar a consciência de

todo o processo clínico. Em relação à descoberta e formulação deste novo método clínico, que substituirá a hipnose, podemos afirmar igualmente que Freud o alcança unindo o estudo dos sonhos às operações e observações clínicas (Freud, 1900).

Doravante o instrumento da interpretação incidirá sobre ambos os campos e, na clínica, efetuar-se-á a partir daquilo que Freud nomeou de *regra fundamental da psicanálise*, a saber, a *associação livre*. O paciente é convidado a falar não apenas a partir de um fragmento de sonho específico, mas sobre qualquer coisa que lhe venha à mente, procurando pôr de lado todo pensamento crítico relacionado ao conteúdo ideativo que se apresente. Assim, ao ligar o paciente e seu discurso à regra fundamental, Freud consegue dar um primeiro passo em direção à transformação da transferência, de inimiga de seu método, a aliada fundamental deste. Pois a força da associação livre permite reunir diversos atores dispares, que atuam em ligação com a transferência e revelam os complexos inconscientes a serem interpretados.

É assim também que este novo método consegue transformar tanto a lembrança quanto o esquecimento em importantes atores: o analisando conta sua história, seus pensamentos, expressa sentimentos e afetos que revelam novas conexões e, quando esta trama se interrompe sem motivo aparente, tem-se a inscrição de uma resistência. Com efeito, convidar a consciência a tomar parte no tratamento levará Freud a construir, sobre as resistências que ela agora interpõe às lembranças traumáticas, um conjunto teórico-técnico que, ao se calcar na realidade psíquica inconsciente, doando-lhe vitalidade conceitual, será o instrumento capaz de oferecer algum controle sobre as forças transferenciais, isolando-as, e, com isso, habilitando o método a finalmente produzir suas testemunhas

Quanto a isso, Chertok e Stengers nos dizem que:

“A genialidade de Freud consistiu, certamente, em ter feito da resistência e da transferência, obstáculos à ‘antiga’ técnica que copiava as técnicas de laboratório, os *motores* da nova técnica que, em sua aplicação, *transformaria* os pacientes em sujeitos purificados, confiáveis, condição de qualquer técnica científica” (Chertok e Stengers, 1989, p. 75).

No entanto, identificar e isolar as resistências não era suficiente para que as forças presentes em uma análise se voltassem a favor da investigação buscada

por Freud. Restava ainda fazer com que estes atores, que surgiam em grande quantidade agora, pudessem ser organizados e simplificados para que seu controle fosse efetuado. Neste momento a interpretação apresentar-se-á como um novo mediador, que possibilitará enfim a tradução entre o que o paciente diz e os conceitos que são retirados daí.

É, portanto, através da interpretação que a resistência pode se tornar uma aliada de Freud, e não mais um obstáculo. A resistência transforma-se, assim, em uma nova possibilidade operatória da psicanálise (Chertok e Stengers, 1989). Freud encontrava-se, a partir de então, mais próximo de realizar seu projeto – o de isolar, delimitar, purificar e simplificar seu objeto. Caso contrário, teria coisas demais para observar e sua ciência seria impossível. Daí a necessidade de construção de um cenário experimental fechado de tal forma que ele ficasse submetido ao controle do analista. Tal cenário foi chamado de *setting*.

Vale aqui a referência explícita a Latour, quanto à situação em que há o surgimento de um ator através dos experimentos que possibilitam a inferência do seu desempenho, ou ação deste. Esta inferência se daria, a princípio, apenas como uma lista de efeitos, que seriam posteriormente organizados ao redor de uma substância qualquer, apta a explicar porque o ator age desta ou daquela maneira (Latour, 2001). Para que ocorra a estabilização de um fenômeno, é necessário que ocorra uma aliança entre os diferentes humanos, não-humanos e híbridos envolvidos em seu nascimento. O enquadre pensado por Freud tem a função de reunir humanos – o paciente e o analista – e não-humanos – como o divã, o consultório, os honorários, o tempo da sessão – em um ambiente propício para que o encontro de um número elevado e considerável de atores híbridos ocorra com regularidade, independente de seu local e momento de origem.

Organizando as condições materiais, culturais, econômicas e sociais desta forma, a Psicanálise permite que o Inconsciente fale através da artificialidade laboratorial construída pelo *setting* analítico, pois este faria do atendimento um simulacro da vida psicológica cotidiana dos pacientes (Pereira, 2010). Com uma diferença crucial: enquanto na vida real dos pacientes sua atenção estaria voltada para o mundo exterior mediado pela consciência, o *setting* realiza uma mudança de foco que permite que a atenção, tanto do analisando quanto do analista, se voltem exclusivamente para os processos psíquicos do paciente (Freud, 1904).

Assim, há a concentração na investigação dos sintomas, das resistências e dos sonhos como indicadores de complexos, revelando uma atividade psíquica para além dos domínios da consciência. Pois da mesma maneira que o eu em vigília lida com pessoas e coisas autônomas, durante o sonho o eu também deve se relacionar com entidades oníricas dotadas de realidade e autonomia, mas que não têm sua origem no mundo real. Entretanto, ao invés de enveredar em uma discussão sobre a realidade ou não destes componentes que se fazem presentes no atendimento, Freud cria um ambiente no qual esta realidade pode ser testemunhada pelo paciente, que a comunica. E, conseqüentemente, estes conteúdos comunicados são passíveis de serem investigados com uma regularidade anteriormente impossível.

No entanto, para que o enquadre pudesse se fechar e se purificar tal qual um laboratório, era preciso que o analista se tornasse, também, o centro em torno do qual esta cena se organiza. Ele não poderia, para isto, aparecer como personagem da vida real. O imperativo de neutralidade se impunha neste momento. Como técnico, o analista deveria se manter alheio aos sentimentos e afetos que povoavam a vida do mundo real, para garantir a assepsia do ambiente analítico. Como ele se tornava instrumento do tratamento psicanalítico, suas ideias e censuras não poderiam, de maneira alguma, poluir a cena analítica, pois caso isto acontecesse o acesso ao conhecimento seria impedido. Daí a necessidade e a importância da formação do analista, que tem como objetivo transformar o terapeuta em parte integrante da cena, ou seja, em um instrumento técnico e intercambiável, capaz de registrar as inscrições que chegam até ele, produzidas pelo inconsciente do paciente. Pois deixar que o analista se envolva afetivamente com a análise do paciente eliminaria a disposição das condições de produção da singularidade da psicanálise como ciência.

As regras técnicas expostas por Freud têm o objetivo, assim, de formular um protocolo que impedisse ao analista uma atitude orientada somente pelo seu bom senso ou seus ideais, o que faria com que ele não fosse muito diferente dos alienistas que realizavam um tratamento de cunho moral. Na Psicanálise, como já nos disse Freud (1910b), a técnica supre o dom do tato médico. “Freud assim caracterizou a diferença crucial entre uma técnica moderna e os antigos ofícios, a possibilidade de codificar uma atividade, de precisar suas regras de tal maneira

que qualquer um, a priori, pudesse apreendê-las e servir-se delas” (Chertok e Stengers, 1989, p. 75).

A simples possibilidade de enunciar normas para o seu procedimento fornecia à ciência então nascente a propriedade de ser comunicável e intercambiável, pois a ligação entre seus praticantes, a partir deste momento, tornava-se mais forte. Não se tratava mais de uma relação apenas entre pessoas, mas sim entre pessoas e um protocolo, o que garantia a produção de “fatos” aceitáveis entre esta comunidade, e reduplicáveis em diferentes consultórios. Além disto, a neurose de transferência, em sua condição de doença de laboratório, desimplicava o analista, e não mais o colocava em uma posição simétrica aos outros personagens e atores envolvidos na doença comum, dando a ele o poder de colocá-la, então, a serviço do conhecimento.

A obediência ao protocolo garantia, assim, a reunião da evolução teórica e a eficácia terapêutica, já que sua prática permitia a instituição de uma neurose artificial e acessível ao domínio intelectual e prático do analista, no lugar de manifestações patológicas desgovernadas. O estatuto freudiano deveria fazer convergir não só a razão analítica, mas também os interesses do paciente, de modo que a singularidade racional da psicanálise era traduzida por sua eficácia. Daí o apelo também à razão do paciente, sua vontade de se curar.

Vejamos, contudo, o que nos diz Stengers (1990, p.122, 123):

“A cena analítica será aquela onde a neurose se transforma em neurose de transferência. Freud define a neurose de transferência como uma “doença artificial”. É preciso entender isso no sentido da doença de laboratório, purificada e então identificável, como os corpos químicos no século XIX. A neurose “comum” escapa à identificação. O paciente se queixa de todo o tipo de coisas e o terapeuta não tem meios para distinguir o que é queixa legítima ou fantasia, tampouco, sobretudo, de fazer com que o paciente admita tal distinção. Afinal, ele não conhece os personagens da vida de seu paciente: a relação de força é ruim.”

Mas quando o fenômeno transferencial irrompe na relação, controlado e esclarecido pela metapsicologia, que torna visíveis suas linhas de força, e purificado pela técnica que o instiga, então a neurose não liga mais o paciente aos personagens dos quais se queixa, mas sim ao analista. Ao elaborar uma técnica que permitia a criação de uma neurose de transferência, havia também a criação de um campo intermediário entre a doença e a vida real, e este campo serve de

mediador e intermediário entre os elos do que será construído como conhecimento. A tradução torna-se então possível, e o que será tratado é exatamente esta doença artificial, criada no laboratório analítico.

A relação de força, agora, é boa, porque a nova neurose, seguindo a matriz da neurose original, irrompe tendo como alvo não pessoas incapazes de detectá-la e interpretá-la, mas sim um analista capaz de entender o que se passa, sabendo o quanto dele está implicado no processo, e por isto em condições de manejar esta força, afirmando ao paciente que aquelas atuações a que ele dá lugar são – é só observar – fruto de uma maneira própria, singular, de amar e sofrer. O paciente, assim, é convocado a aceitar a verdade que todo este aparato teórico- técnico, baseado numa realidade própria, cria. Se o analisando aceita o sentido produzido, se nasce em si uma convicção sobre a realidade de todas estas injunções, então Freud conseguiu o que almejou: fazer com que essas forças transferenciais, que nasceram como resistências, fossem colocadas a serviço da verdade.

Ainda Segundo Chertok e Stengers,

“a cena analítica estava transformada em laboratório, no sentido de que ali se devia produzir a *substituição* da neurose comum, incontrolável, pela neurose transferencial, analisável. Os ‘sintomas mórbidos’, matéria-prima da antiga técnica, tinham que ser transformados, ter-lhes conferida uma significação transferencial. Tal como o químico do século XIX ‘criava seu objeto’, em vez de tomá-lo no mundo natural, não mais estudando as matérias-primas não purificadas que o artesão transformava, o analista ‘instaurava um estado que tem todos os aspectos de uma doença artificial’. E essa doença, na medida em que tinha por arena única o ‘campo circunscrito’ da cena analítica, tornava-se acessível a suas intervenções. O analista não mais esbarrava na repetição como um obstáculo, mas podia analisá-la, porque os próprios recursos mobilizados pelo paciente para criar obstáculos à análise tinham sido redefinidos, circunscritos na ‘arena’ transferencial” (1989, p. 76).

A repetição torna-se, assim, mediadora do Inconsciente, pois a transferência pode se tornar também intermediária, e assim permitir as traduções necessárias para se construir um conhecimento sobre o Inconsciente. Neste sentido, também a interpretação é um mediador importante, pois ela faz a ligação entre aquilo que é dito pelo analisando e preparado pelo enquadre e a teoria. Ela é, ao mesmo tempo, estas duas instâncias, ainda que não possa ser reduzida a nenhuma delas. Interpretar é fazer a ponte entre a prática analítica e a metapsicologia, o operador comum entre estas duas etapas, mantendo a identidade

destes atores e fazendo a conexão entre eles, de modo que o conhecimento possa circular entre o analista e o paciente e seus complexos.

Em outras palavras, a interpretação realiza uma tradução entre os atores envolvidos. Porém, como Freud já ressaltou tanto em seus artigos sobre a técnica quanto em *Análise terminável e Interminável* (1937a) e *Construções em Análise* (1937b), é necessário que se verifique também o *efeito* deste actante nos complexos inconscientes e nas disposições afetivas do analisando. Caso não haja agenciamento entre estes atores, a interpretação não conseguiu realizar uma boa mediação, ou seja, não possibilitou que a referência circulante fosse composta, por não ter aliado uma cadeia de actantes. Neste caso, nenhum conhecimento se formou, e é necessária uma nova tentativa, para que efetivamente um ator seja transformado em outro e o que foi dito possa se identificar com a teoria. Se a interpretação falhou, é porque não se manteve uma referência entre ela e o mediador seguinte ou aquele anterior a ela; a coerência foi rompida e, conseqüentemente, a cadeia que permitiria a propagação e formação de um conhecimento não pode ser articulada para compor uma proposição com viabilidade de circulação, ou seja, a mudança de um ator em outro.

Se a psicanálise, todavia, pode convencer seus pacientes, levando-os à convicção sobre suas produções clínicas, então ela é igualmente capaz de curar. Cura entendida como mudança nos modos de satisfação pulsional, coisa que só pode ser obtida quando analista e analisando são capazes de fazer circular entre eles a *verdade* da neurose.

Por outro lado, se não houve mudança foi porque algo que obstaculizou o processo ocorreu; a razão do fracasso pode, então, ser explicada metapsicologicamente, dizendo que por tais e tais coisas, assim e assim, não houve, a rigor, psicanálise: a transferência deu lugar à sugestão, significando que algo na subjetividade do analista não pôde ser detectado a tempo, influenciando e frustrando o processo. Se a mudança, contudo, ocorre, e persiste mesmo após o término do tratamento, isto é sinal inequívoco de que houve sim psicanálise, e de que ela não somente é possível, mas, afinal, verdadeira.

Considerar tudo isto não significa afirmar que a psicanálise é, no fundo, falsa, mas que a ficção metapsicológica pode, aliada à técnica, apagar as fronteiras entre ficção e realidade. Criando uma realidade própria, ao mesmo tempo clínica e conceitual, a psicanálise é capaz de fazer com que os sujeitos que a ela se

submetam possam ser, *eventualmente*, testemunhas fidedignas de sua verdade. É preciso que a verdade de cada caso seja descoberta/construída, que se forme uma referência circulante em cada cura realizada, para que depois essa sequência de atores aliados seja comunicada como um fato, um caso, seja na forma de artigo, apresentação em congresso, de um livro, de um relato, de uma divulgação em outros meios científicos. Cada caso tratado poderia ser compreendido como uma caixa-preta, a composição de uma cadeia na qual circula uma verdade, sendo que esta circulação é o que garante a unidade do fato psicanalítico. Unidade esta que é relativa ao evento localizado naquele consultório ao longo de um certo número de sessões, mas que ao mesmo tempo torna-se uma verdade relativa à Psicanálise também, que fabrica e é simultaneamente fabricada a cada tratamento realizado.

A esse respeito Chertok e Stengers afirmam:

“E essa descrição realmente conseguiu combinar técnica e ciência de uma maneira nova. O conhecimento – interpretação das resistências pelo analista, e rememoração e perlaboração, por parte do paciente, do que ele repetia na transferência – ficou a serviço da técnica, já que permitiu vencer aquilo que criava obstáculos à eficácia desta. E a técnica ficou a serviço do conhecimento, porquanto foi a encenação purificada da análise que permitiu compreender, para além de sintomas mórbidos aparentemente isolados, o complexo que os explicava e que se tratava de decompor” (Chertok e Stengers, 1989, p. 81).

Diferentemente da ciência, mas igualmente rigorosa, a psicanálise, como dizíamos, sustenta uma especificidade: não se ancora na realidade física, visível, quantificável, mas em sua própria estrutura teórica, que não sem dificuldades acomoda a plasticidade da ficção a uma consistente trama conceitual. Além disto, o Inconsciente e os demais conceitos que fazem parte da cultura psicanalítica não podem ser desvinculados das condições de enunciação de sua existência. Ou seja, as proposições do Inconsciente e da transferência, não podem ser separadas da técnica que as faz possíveis, da mesma forma que não podem ser desvinculadas das condições materiais de interlocução com a rede que vai garantir concretude a tais conceitos. Como vimos, existem inúmeros mediadores na descoberta e fabricação do Inconsciente e dos complexos inconscientes: a fala, a palavra, a hipnose, o divã, os sintomas, o analista, o analisando, a associação livre, a transferência, os afetos, que compõem uma vasta rede dentro da qual os enunciados psicanalíticos fazem sentido.

A técnica psicanalítica consegue, desta maneira, explicar racionalmente fenômenos que antes eram tidos como ocultos e, portanto, não seriam dignos de uma aproximação científica. A Psicanálise, ao mesmo tempo que se inventa como ciência, legitima um objeto como científico, ou seja, ao organizar sua condição de existência, ela cria também um objeto, cuja existência mesma a partir deste momento estará vinculada à técnica freudiana. Ou seja, é somente através desta técnica que podemos ter notícias do fenômeno que se constitui como o “objeto” da psicanálise.

\*\*\*

Foi através do processo exposto acima que Freud conseguiu realizar um projeto que teria conquistado suas condições de realização através da criação e da estabilização da cena analítica. A verificação deste projeto, no entanto, dependia do poder de mobilização que a Psicanálise foi capaz de demonstrar. Dependia da história do grupo que se constituiu ao redor de Freud, da história dos instrumentos psicanalíticos, e da história da divulgação das diferentes maneiras como a Psicanálise foi compreendida, absorvida e traduzida em diferentes meios. Muitos deles extrapsicanalíticos. Apresenta-se agora, além da solução técnica introduzida por Freud no tratamento das afecções mentais, a questão da capacidade de mobilização da ciência freudiana.

Em outras palavras, a psicanálise dá origem à (e é originada da) rede da qual depende não só sua existência, mas também sua pertinência como conhecimento. A circulação constante das experiências, dos conceitos e das condições materiais de existência de um fato é fundamental para manter sua vascularização, e torná-lo, assim, cada vez mais concreto, cada vez mais uma caixa-preta. No caso da psicanálise, a prática, ela mesma, deve circular, pois para que o Inconsciente permaneça existindo como fato psicanalítico, é necessário que os tratamentos continuem ocorrendo, e, para que isto aconteça, o Inconsciente deve ser criado e recriado, apresentar-se continuamente nos consultórios psicanalíticos, e ter sua ocorrência registrada através de estudos de caso, comunicações em supervisão, publicação de artigos, apresentações em

congressos, aulas, na formação de novos analistas, em seminários e meios de divulgação em geral. A institucionalização do método freudiano deve, enfim, ocorrer para que se dê a continuação das articulações dos fatos analíticos, já que, na acepção de Latour, “as instituições propiciam todas as mediações necessárias para o ator conservar uma substância duradoura e sustentável” (Latour, 2001, p. 351).

A técnica, deste modo, ao mobilizar diferentes agentes e atores em sua circulação, instaura uma política da verdade, definida pela suas condições de produção às quais todos aqueles envolvidos com a análise devem se remeter, para poderem situar-se quanto à questão de quais fatos pertencem ou não à prática psicanalítica, ou o que seria significativo a ela. Aqui entramos novamente no terreno das controvérsias, pois todo ator que tenha a intenção de introduzir um novo dispositivo, ou criar uma nova mediação não prevista pelo protocolo freudiano, terá que passar pelo processo de revelar sua pertinência para a Psicanálise, bem como permitir tecnicamente que sua mediação se estabilize e seja reconhecida por outros. Tudo isto deve ser feito sem que se perca a identidade da técnica elaborada por Freud, pois, caso esta semelhança não seja verificada, o resultado da nova aliança simplesmente não será incluído no campo psicanalítico. As introduções realizadas por Ferenczi, Melanie Klein, Anna Freud, Winnicott e Lacan – para citar somente os psicanalistas presentes nesta dissertação – se encaixam nesta situação.

Destarte, o caso Ferenczi, com sua técnica polêmica e uma teoria bastante original, revelou muito cedo uma dificuldade da técnica do Dr. Freud na purificação do enquadre, ou do laboratório psicanalítico. As regras enumeradas pelo criador da psicanálise preveniam claramente (Freud, 1912b) o analista quanto às suas próprias reações afetivas e posturas frente ao paciente. Seu objetivo era manter o enquadre isolado e garantir, assim, que qualquer quebra desta regra por parte do paciente seria um traço, uma inscrição do Inconsciente do analisando no enquadre. Porém, como nos aponta Ferenczi, este mesmo protocolo não protegia o analista, nem o enquadre, de algumas manifestações particularmente fortes e discretas de resistência. Tampouco as indicações freudianas instruíam os analistas a detectarem estes tipos de resistência, que poderiam, como bem ressalta Ferenczi (1993b), passar despercebidas e se tornarem grandes dificuldades técnicas em uma análise.

O psicanalista húngaro logo se deu conta de que os obstáculos interpostos a uma análise podem vir não só na forma de reações *contra* as regras do analista, mas, curiosamente, também quando o paciente tenta se comportar totalmente *de acordo* com a regra fundamental e nenhuma falha ou interrupção nas associações podem ser verificadas. O paciente abusaria da liberdade de associar, o que se constitui como um enorme obstáculo para a ciência freudiana: não só mostra que o enquadre não se encontra devidamente isolado, como não há nada que a técnica possa fazer para converter a força desta resistência a favor do andamento da análise. O curso do tratamento emperra e a assepsia do laboratório freudiano revela-se imperfeita.

Para remediar esta falha do *setting*, a proposta ferencziana faz incluir uma certa dose de *atividade sugerida* ao paciente pelo analista. A resistência poderia, assim, ser desmanchada não pela interpretação, mas pela instigação de uma ação motora. Porém, se por um lado este novo procedimento auxilia na identificação e supressão do entrave da resistência, por outro ele traz um outro problema sério à técnica: ao fazer uma sugestão para o paciente, o analista deixaria de ser neutro, o que comprometeria sua pureza enquanto pesquisador, e, conseqüentemente, o tratamento psicanalítico. Daí a importância, para Ferenczi, de aprofundar e melhor estabilizar o conceito de *contratransferência*.

O fenômeno da contratransferência deveria dar conta das reações afetivas e intelectuais do analista frente a seu analisando. Com nos diz Sérvulo Figueira, “muito cedo Ferenczi se deu conta de que o funcionamento mental do psicanalista não podia ser simplesmente controlado como Freud queria pelo único fato de que analisar exige operações mentais muito complexas por parte do analista” (Figueira, 1994, p. 85). A proposta ferencziana torna-se, a partir deste ponto, expandir a compreensão dos fenômenos psíquicos presentes na análise para além do Inconsciente do paciente, incluindo, aí, também o trabalho mental e afetivo do analista.

Mesmo que suas contribuições tenham sido atacadas institucionalmente, o pensamento de Ferenczi tem a característica de apresentar sempre críticas pertinentes com relação à técnica e buscar meios também válidos de superar estas dificuldades. Se à sua época ele não encontrou ressonâncias entre seus pares, atualmente suas proposições são consideradas não só legítimas como fundamentais, e associam-se ao trabalho e às tentativas de elaborações teóricas e

clínicas presentes na produção psicanalítica contemporânea (cf. Green, 1975, 2004).

Outra controvérsia importante que se desenvolveu na Psicanálise foi aquela da necessidade de se analisarem crianças, necessidade esta motivada em parte pela Primeira e Segunda Guerra Mundial. Uma mobilização, portanto, extra-analítica. Melanie Klein, Anna Freud e Winnicott trabalharam com a proposta de se adaptar o enquadre analítico para que este pudesse receber também pacientes ainda crianças. Era preciso, então, mantendo as mediações já estabilizadas pela técnica freudiana, isolar e purificar o enquadre para fazer falar o Inconsciente dos pequenos pacientes.

A solução encontrada por eles foi introduzir os brinquedos onde antes se encontrava a linguagem verbal. As inscrições do Inconsciente seriam verificadas, portanto, na atividade de brincar, nas histórias que os analisandos não mais contavam, mas encenavam. A interpretação teve também de se associar a este novo elemento, e agora os fenômenos que surgiam ao longo do tratamento eram traduzidos não só em linguagem verbal, mas também em jogos. O isolamento do quadro é mantido pelos tipos de brinquedos oferecidos às crianças: simples, sem muitos detalhes ou indicações e em um número limitado, porém suficientes para representarem uma enorme quantidade de possíveis histórias (Klein, 1991). No entanto, ao realizar a mediação com atores diferentes daqueles previstos pela técnica freudiana, diferentes fatos foram estabilizados, e toda uma teoria nova pôde ser composta pelos analistas infantis.

Anna Freud, no entanto, optou por não abrir mão da linguagem verbal como mediadora dos atores presentes na cena analítica. Ela teve, para tanto, que abrir o enquadre para deixar nele participar o mundo externo da criança, contando com os pais e cuidadores dos seus pacientes em uma medida muito maior do que Winnicott ou Klein. É preciso recordar, porém, que Anna Freud tampouco acreditava ser possível o estabelecimento de uma relação transferencial com seus pacientes, pois para ela eles não teriam consciência de seu sofrimento, não sendo, portanto, possível invocar ou chamar esta instância psíquica a participar do tratamento, tal como Freud fez com seus pacientes. A filha de Freud, através de seus trabalhos, propõe uma compreensão da psicanálise que exclui a possibilidade de analisar uma criança, tentando demonstrar a impossibilidade de adaptar o

enquadre analítico, o que faz com que reste à técnica um papel pedagógico e moral, e não psicanalítico como aquele que seu pai desenvolveu.

Já com Lacan, vemos que a associação realizada dá-se com textos e argumentos oriundos da filosofia, como é o caso da introdução do tempo lógico em sua clínica. Como vimos, a grande aliança que a prática lacaniana faz será com a linguística de Saussure, dando início a um enlace profundo entre teorias. Ao contrário de Freud, a justificativa do psicanalista francês para as mudanças que ele realiza no enquadre não é técnica, mas passa antes por sua concepção do que seria o sujeito. O projeto lacaniano não é mais o mesmo daquele de Freud, de purificar e isolar um fenômeno para alcançar assim uma verdade factual, e que poderia se tornar, assim, objeto de um conhecimento possível. Pelo contrário, o objetivo agora é, em consonância com a tradição filosófica kantiana, “liberar o sujeito da ilusão que o leva a pensar em termos de objeto de conhecimento” (Stengers, 1990, p. 130).

Assim, a interpretação nesta clínica dá lugar ao corte lógico e às sessões de tempo variável, que buscam marcar o ritmo do Inconsciente e revelar assim o significante. No entanto, não há indicação de como a identificação deste ritmo deve se dar, ou de como o analista deve saber o momento de encerrar uma sessão. A técnica em Lacan não implica o analista nem pretende torná-lo ator no surgimento dos fenômenos que se apresentam diante dele. Ela não é responsável pela produção de uma neurose de transferência, uma “doença artificial”, e o analista, portanto, não precisa vencer os obstáculos que se interpõem ao tratamento. Basta a ele “isolar uma cadeia significante” (Lacan, 1998<sup>a</sup>) do discurso do analisando e deixá-lo fazer o trabalho sobre este eco que foi sublinhado pela escansão. Ou seja, a situação analítica, aqui, não se identifica mais com o laboratório, mas cria uma encenação “das condições transcendentais da experiência humana, até que o analisando realiza o ‘salto’ para o transcendental” (Stengers, 1990, p. 130).

\*\*\*

Em suma, a psicanálise vem para revelar que, por baixo da simplicidade apresentada e defendida pela consciência, revela-se uma teia extremamente vasta e complexa de agências atuantes, compondo uma rede quase incalculável. Ela abriria a caixa-preta dos sujeitos que se apresentam em seu consultório, tornando-os testemunhas do Inconsciente através da mediação da técnica psicanalítica e da palavra, que se torna também instrumento e um intermediário na estabilização do conhecimento. As notas tomadas pelo analista serviriam como inscrição do fenômeno, e, assim, os relatos de caso são também atores nas associações formadas, e uma forma de mobilização do conhecimento e da técnica necessária para a este conhecimento, permitindo o que Latour chama de ação à distância e a constituição de uma rede psicanalítica.

Por um lado, Latour chama a atenção para o fato de que nada pode ser diretamente derivado de outra coisa, e que todas as coisas que povoam nosso mundo são mediadores, sendo então necessária uma boa dose de *trabalho* para que se possa conectar quaisquer eventos, tal trabalho sendo nomeado de tradução. Por outro, notemos, como Harmann (2009) chama a atenção, que Freud tampouco realizava um vínculo direto entre conteúdos que lhes eram apresentados por seus pacientes: suas interpretações envolviam cuidadosas e rigorosas traduções de uma imagem ou símbolo para a próxima imagem ou símbolo, exigindo diversos estágios intermediários da rede de complexos que ele e seu paciente se propunham examinar. Lembremos que, por exemplo, Freud nos diz com bastante clareza que não bastaria apenas que uma interpretação fosse comunicada ao paciente, mas que era preciso examinar também os efeitos desta comunicação. Ou seja, ele estava ciente do fato de que a ligação que o analista podia fazer entre diferentes conteúdos não teria força por si só, e dependeria de mais um intermediário, mais um mediador, para ter sua existência efetivada. A verdade não recairia sobre uma simples correspondência entre dois pontos, mas exigiria uma série de deslocamentos, associações, traduções e interpretações para ser estabilizada, mesmo dentro do consultório psicanalítico.

As correlações, portanto, não são nunca diretas e imediatas, e um sintoma atual não pode ser compreendido, muito menos solucionado, apenas com uma simples correspondência à lembrança de algo ocorrido há muito tempo. A rede que compõe o conhecimento é muito mais vasta e complexa do que a mera ligação entre eventos distanciados seja pelo tempo, seja pelo espaço. A técnica freudiana

tem como mérito também fornecer as condições para que estas associações de atores sejam possíveis no enquadre analítico. Pois, ao criar um ambiente isolado e purificado, ela consegue suspender esta distância temporal e espacial entre os eventos, que se tornam, assim, próximos uns dos outros e podem ser examinados com cautela, tal qual um cientista utiliza uma mesa em seu laboratório para dispor seus compostos, fotos, instrumentos oriundos de diferentes tempos e lugares e facilitar seu manuseio para chegar a uma configuração de coisas que seria impossível fora deste laboratório. Da mesma maneira, as histórias que se sucedem da boca dos analisandos não são contadas linearmente: elas sofrem constantes variações, desvios, correções; são interrompidas por novas informações, personagens, para depois serem esquecidas, retomadas, recontadas, evocarem novas lembranças e provocarem novos esquecimentos. Assim, tanto analista quanto paciente podem percorrer esta trama narrativa que se forma diante deles – e entre eles –, elaborando elos e ligando eventos antes desconectados, mas que, ao se ligarem, suscitam uma nova onda de material analítico por associarem novos atores e darem vazão a uma nova corrente associativa, que pode então ser estabilizada e percorrida.

## Conclusão

No ano de 2001, a Revista Francesa de Psicanálise publicou uma edição especial de seu periódico que tinha por eixo temático a discussão e a realização de um balanço da situação atual da Psicanálise, passados cem anos da publicação da *Interpretação dos Sonhos*. Para isso, foram selecionados autores de diferentes partes do globo e de orientações psicanalíticas diversas. Eles escreveriam sobre seus pontos de vista sobre a questão do progresso da psicanálise, as direções da pesquisa psicanalítica, suas definições de Psicanálise e também sobre uma suposta crise da disciplina instituída por Freud. O volume foi organizado por André Green e contou com a colaboração de nomes de peso da produção psicanalítica contemporânea, como Thomas Ogden, Robert Wallerstein, Christopher Bollas, Jean Laplanche, entre outros.

Não é por acaso que alguns desses ensaios serviram de referência bibliográfica para esta dissertação. Ao longo dessas páginas, tentamos examinar e compreender o processo que a Psicanálise realiza na composição de sua teoria a partir de sua prática bem como de reflexões e estudos sobre os conceitos já existentes e sobre perspectivas históricas e epistemológicas. Trata-se, pois, de pensar a pesquisa em Psicanálise, sua pertinência e suas condições de existência. Esse assunto possui relação também com vários pontos desenvolvidos na coletânea compilada da Revista Francesa de Psicanálise, como por exemplo a ligação que o campo psicanalítico teria com a Ciência, ou sobre a fragmentação e a diversidade de posicionamentos presentes na comunidade psicanalítica.

Se esse estado de coisas pode dar a impressão de que o território investigativo em questão é confuso, é preciso lembrar também que a trajetória de formação tanto da prática clínica quanto da teoria psicanalíticas sempre esteve permeada de controvérsias e impasses, e que nem por isso o progresso desse campo do saber foi interrompido ou estagnou-se. O problema aqui, portanto, não é o de definir o que é ou não psicanálise, mas como pode-se associar novos atores e novos mediadores nessas pesquisas, da mesma maneira que Freud se viu às voltas

com componentes os quais ele não poderia ter previsto quando utilizava-se da hipnose.

Como foi demonstrado nos primeiros dois capítulos desse trabalho, não só Freud como outros psicanalistas, hoje considerados também como grandes referências, tiveram que buscar meios de lidar com dificuldades e obstáculos que surgiram tanto de suas práticas quanto de suas hipóteses ou sistemas de pensamento. No caso do primeiro psicanalista, sua formação médica e sua atuação nos meios científicos da época se revelaram posteriormente essenciais no momento de desenvolver uma técnica capaz de dar sentido ao exame da vida anímica e afetiva humana. As circunstâncias do percurso de Freud tornaram possível que ele pudesse elaborar uma técnica dotada de racionalidade científica, nos moldes da ciência de seu tempo. Em sintonia com o projeto nascente das pesquisas que se focavam nas doenças psíquicas, Freud definiu meios racionais de autorizar sua prática, através do isolamento, do estabelecimento de relações e definições das patologias para se alcançar um tratamento e controle possível das enfermidades.

Em um primeiro momento, ele recorreu a hipnose para alcançar seu objetivo de agir e atuar sobre a memória para curar os sintomas histéricos. No entanto, esse método não conseguia afastar ou controlar as reações afetivas dos pacientes com relação ao médico, o que impedia uma intervenção efetiva do médico sobre os sintomas. Mas, se a transferência era um impeditivo no método catártico, a mudança para a técnica da associação livre transformou-a em motor e grande aliada do protocolo de investigação psicanalítico. Essa transferência, mantida nos limites da situação analítica e num espaço que se convencionou chamar de enquadre psicanalítico, pode então ser interpretada e purificada. O setting analítico é fundamental na construção da Psicanálise por servir como um cenário experimental fechado, submetido ao controle do analista, tal qual um laboratório.

Separar os eventos que se manifestavam dentro do ambiente analítico daqueles que ocorriam fora deste permitiu a neutralidade necessária a uma pesquisa rigorosa, eliminando o perigo de se acusar a técnica freudiana de mera sugestão. A unidade desse enquadre, que depois de sua criação tornou-se peça fundamental de todo o método, era o que deveria ser mantida, pois era ele quem

garantia que os atendimentos ali ocorridos seriam simulacros da vida psicológica dos pacientes.

As introduções e mudanças realizadas pelos analistas que foram apresentados no segundo capítulo tornaram-se pertinentes a teoria e a técnica freudianas porque foram modificações realizadas dentro desse limite do *setting*, ou antes, foram modificações deste. Esses autores conseguiram inserir ou adaptar funções e elementos ao enquadre analítico sem que com isso a célula de base do método fosse modificada a ponto de perder sua identidade. A semelhança entre a técnica da psicanálise com crianças, da técnica ativa ferencziana ou da escansão das sessões em Lacan e aquela técnica elaborada pelo próprio Freud pode ser verificada sem muitas dificuldades. Claro que cada psicanalista investe mais em um aspecto ou outro da técnica e da teoria freudianas, porém todos eles mantêm a condição de se contar com o isolamento do enquadre como aquilo que garante o sentido da transferência e das interpretações que serão realizadas a partir da apreensão desse sentido. O encadeamento dos atores e sua estabilização junto ao paciente se mantêm em todas as linhagens psicanalíticas, que tem como objetivo conseguir realizar uma referência circulante que poderá ser compactada em um artigo e lançada na rede.

Podemos dizer, ao final de todo o caminho percorrido, que à metáfora espacial do edifício psicanalítico dotado de um fundamento e de um topo, utilizada por Freud (1914b), poderíamos preferir uma perspectiva de traçar associações, tal qual faz Latour (2000, 2001, 2006) e Stengers (1990), que nos permite apreender o processo de construção do conhecimento psicanalítico de modo mais amplo e completo. Pois, no que concerne à emergência do novo e às associações que terão de ser feitas e refeitas para que um fato psicanalítico exista, uma pesquisa em psicanálise – mesmo quando ela dispõe já de um projeto preciso – não sabe ainda o que visa com exatidão em sua nebulosidade, em seu tateamento. Sempre se corre um risco e sempre há um árduo trabalho a ser feito.

Ainda, é pelo trabalho da pesquisa que se segue uma busca que se compõe também de deslocamentos e de transformações: enquanto um elemento novo intervém, toda uma trama passada pode se encontrar recomposta. Todo avanço modifica aquilo que o precede, e é através do encadeamento de atores que se escreve a pesquisa psicanalítica, redobrando assim as alianças próprias ao tratamento analítico, onde um evento, como uma interpretação, não constitui uma

aquisição, mas sim um acontecimento que abre um outro campo, recompondo aquele que o precedeu. Um fenômeno ou uma descoberta não podem constituir uma aquisição estável, mas sim um evento que abre outros campos e dá início, assim, a novas mediações de recomposição, nas quais estas descobertas continuarão se fazendo aparentes em novas ligações, e também, sob outros pontos de vista, em fenômenos que as precediam, além dos que podem lhes seguir.

Do ponto de vista da pesquisa, podemos dizer também que toda descoberta modifica a posição da qual o sujeito percebe, pensa e escreve, ao mesmo tempo que modifica aquilo que ele percebe, pensa e escreve: a pesquisa afetada pelas ligações que se efetuam na experiência clínica é, portanto, sustentada por este movimento fecundo que desloca simultaneamente o ponto de vista e o objeto. Esta capacidade de abertura e de movimento resulta, dentre outras coisas, do caráter não unívoco das hipóteses que são originadas de várias mutações, e constituídas por diferentes estratos de pensamento superpostos em tempos múltiplos: ou seja, por diversas aberturas de campos, definindo as mediações da pesquisa.

Seria a pesquisa psicanalítica, então, “finita e infinita”, com fim e no entanto sem um verdadeiro fim possível? Provavelmente sim, desde que se busquem sempre os processos de remanejamento e que se relancem uma vez mais novas vias de pesquisa. E um tal processo constituiria bem a prova de que se trata de uma pesquisa psicanalítica, assim como, para Freud, a prova de que uma “construção” proposta pelo analista se revela justa é a de que ela relança sempre no paciente o surgimento de novos elementos.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, F. Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, n. 39(70). São Paulo, pp. 105-131. Jun. 2006.

ASSOUN, P.L. *Introdução a Epistemologia Freudiana*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983.

BACHELARD, G. *A filosofia do não*. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

———. *O Novo espírito científico*. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978b

———. “A actualidade da história das ciências.” Em: Carrilho, M. M. (org.), *Epistemologia: Posições e Críticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1991

———. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BERGMAN, M. “Psicanálise: história e crise atual”. In: GREEN, A.(org), *Psicanálise Contemporânea. Revista Francesa de Psicanálise, numero especial 2001*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

BIRMAN, J. Freud e Ferenczi: confrontos, continuidades e impasses. In: Katz, C. (org). *Férenczi: história, teoria, técnica*. São Paulo: Editora 34. 1996.

BLEGER, J. Psicanálise do enquadramento psicanalítico. *Pulsional Revista de Psicanálise, ano XVI, n. 170, junho/2003*, pp. 45-57, 2003.

BONNET, M. Les variations de sens de la technique analytique, *Topique*, n° 106, p. 49-68, 2009 Disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=TOP&ID\\_NUMPUBLIE=TOP\\_106&ID\\_ARTICLE=TOP\\_106\\_0049](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=TOP&ID_NUMPUBLIE=TOP_106&ID_ARTICLE=TOP_106_0049) Acesso em 14/12/2010.

BOTELLA, C. e BOTELLA, S. A pesquisa em psicanálise. In. GREEN, A. (org) *Psicanálise contemporânea: Revista francesa de psicanálise: Número especial 2001*. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2003.

CHERTOK, L. e STENGERS, I. *O coração e a razão: a hipnose de Lavoisier a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DUPONT, J. Introdução. In: Ferenczi, S. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

FERENCZI, S. Prolongamentos da ‘técnica ativa’ em psicanálise. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993a.

———. Dificuldades técnicas de uma análise de histeria. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993b.

———. As fantasias provocadas. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993c

———. Psicanálise dos hábitos sexuais. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993d.

———. Contra indicações da técnica ativa. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993e.

FERENCZI, S e RANK, O. Perspectivas da psicanálise. In: Ferenczi, S. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

FERREIRA, A.A.L. et al., “A problemática do sujeito ingênuo”. s/d. Disponível em:

[www.abrapso.org.br/.../338.%20a%20problemática%20do%20sujeito%20ingênuo.pdf](http://www.abrapso.org.br/.../338.%20a%20problemática%20do%20sujeito%20ingênuo.pdf) Acesso em: 30/03/2011.

FIGUEIRA, S. *Freud e a difusão da Psicanálise*, Porto Alegre: Artmed, 1994.

FINGERMANN, D. O tempo na experiência da psicanálise. *Revista USP*, São Paulo, n. 81, p. 58-71, Março/Maio 2009.

FREUD, A. *The Psychoanalytical treatment of children*. New York: Shocken Books. 1946.

FREUD, S. (1893) Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos. In: Freud, S. *Obras Completas v. III*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1895). Estudios sobre la histeria. In: Freud, S. *Obras Completas v. II*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1900). La interpretación de los sueños. In: Freud, S. *Obras Completas v. IV*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1904). El método psicoanalítico de Freud. In: Freud, S. *Obras Completas v. VII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1905) Sobre Psicoterapia. In: Freud, S. *Obras Completas v. VII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1910 a). Las perspectivas futuras de la terapia psicoanalítica. In: Freud, S. *Obras Completas v. XI*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1910b). Sobre el psicoanálisis ‘silvestre’. In: Freud, S. *Obras Completas v. XI*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1910c). Cinco conferencias sobre psicoanálisis. In: Freud, S. *Obras Completas v. XI*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

- . (1911) El uso de la interpretación de los sueños en el psicoanálisis. In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1912 a) Sobre la dinámica de la transferencia. In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1912b) Consejos ao médico sobre él tratamiento psicoanalítico. In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1913) Sobre la iniciación del tratamiento (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, I). In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1914a). Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II). In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1914b). Introducción del narcisismo. In: Freud, S. *Obras Completas v. XVI*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1915a). Pulsiones y destinos de pulsión. In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1915b) Puntualizaciones sobre el amor de transferencia (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, III). In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1917a) 27<sup>a</sup> Conferencia: La transferencia. In: Freud, S. *Obras Completas v. XVI*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1917b) 28<sup>a</sup> Conferencia: La terapia analítica. In: Freud, S. *Obras Completas v. XVI*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1918) ¿Debe enseñarse el psicoanálisis en la universidad? In: Freud, S. *Obras Completas v. XVII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1919) Nuevos caminos de la terapia psicoanalítica. In: Freud, S. *Obras Completas v. XVII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1923) Dos artículos de enciclopedia: ‘Psicoanálisis’ y ‘Teoría de la libido’. In: Freud, S. *Obras Completas v. XVIII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1926) ¿Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos con un juez imparcial. In: Freud, S. *Obras Completas v. XX*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.
- . (1932). 31<sup>a</sup> Conferência: La descomposición de la personalidad psíquica. In: Freud, S. *Obras Completas v. XXII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1933 a) 35ª Conferencia: En torno de una cosmovisión. In: Freud, S. *Obras Completas v. XXII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1933b) 34ª Conferencia: Esclarecimientos, aplicaciones, orientaciones. In: Freud, S. *Obras Completas v. XXII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1937 a) Análisis terminable e interminable. In: Freud, S. *Obras Completas v. XIII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1937b) Construcciones en el análisis. In: Freud, S. *Obras Completas v. XIII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

———. (1940) Esquema del psicoanálisis. In: Freud, S. *Obras Completas v. XIII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

FULGÊNCIO, L. O brincar como modelo do método de tratamento psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo. Volume 42, n. 1, pp. 124-136, 2008. Disponível em: <http://pepsic.homolog.bvsalud.org/pdf/rbp/v42n1/v42n1a13.pdf> Acesso em 21/10/2010.

GAY, P. *Freud, uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLSE, B. Técnica psicanalítica (crianças). In: Mijolla, A.(dir. Geral). *Dicionário Internacional da Psicanálise*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 2005.

GOUGOULIS N., “Freud et les psychiatres” In: *Topique*, 2004/3, N°88, p. 17-35, 2004. Disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=TOP&ID\\_NUMPUBLIE=TOP\\_088&ID\\_ARTICLE=TOP\\_088\\_0017](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=TOP&ID_NUMPUBLIE=TOP_088&ID_ARTICLE=TOP_088_0017) , último acesso em 20/02/2011.

GREEN, A. The analyst, symbolization and absence in the analytic setting (on changes in analytic practice and analytic experience). *International Journal of Psycho-Analysis*, 56, pp. 1-22, 1975.

———. La Double Limite. In: *La folie privée*. Paris: Gallimard, 1990.

———. O silêncio do psicanalista. *Revista Psychê*, ano VIII, nº 14, jul-dez/2004, São Paulo, p. 13-38, 2004.

———. *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

HARMAN, G. *Prince of Networks: Bruno Latour and Metaphysics*. Australia: Re.press, 2009.

JACQUEMAIN. Tratamento psicanalítico de crianças. In: Mijolla, A.(dir. Geral). *Dicionário Internacional da Psicanálise*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 2005.

JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.

JONES, E. *A vida e a obra de Sigmund Freud, volume 2*. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1989.

KERNBERG, O. “Psicanálise, psicoterapia psicanalítica e de apoio: controvérsias contemporâneas”. In: GREEN, A.(org), *Psicanálise Contemporânea. Revista Francesa de Psicanálise, número especial 2001*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

KHOURY, M. Une séance à mille temps. Séances à durée fixe et séances à durée variable : incompatibilité radicale?. *Revue française de psychanalyse* 2006/1, Volume 70, p. 83-106, 2006. Disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=RFP&ID\\_NUMPUBLIE=RFP\\_701&ID\\_ARTICLE=RFP\\_701\\_0083](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RFP&ID_NUMPUBLIE=RFP_701&ID_ARTICLE=RFP_701_0083) Acessado em 30/09/10.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998a

———. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998b.

———. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998c.

LAMMARO-ADAMO, V. Da experiência clínica ao desenvolvimento de um conceito. *Jornal de Psicanálise, n. 39(70)*. São Paulo, Jun. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100010&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100010&script=sci_arttext) Acesso em: 04/02/2011.

LAPLANCHE, J. Contracorrente. In: GREEN, A. (org) *Psicanálise contemporânea: Revista francesa de psicanálise: Número especial 2001*. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2003.

LAPLANCHE, J e PONTALIS, J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LATOUR, B. *Pasteurization of France*. Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. *Vida de Laboratório*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LATOUR, B. On Recalling ANT. *Department of Sociology*. Lancaster University, Lancaster, 1998. Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Latour-Recalling-ANT.pdf>. Acesso em: 10/10/2010.

LATOUR, B. *Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. “The Promises of constructivism”. In: Don Ihde. *Chasing*

*Technology: Matrix of Materiality*. Indiana Series for the Philosophy of Science, Indiana University Press, pp. 27-46, 2003.

LATOUR, B. “Il ne faut plus qu’une science soit ouverte ou fermée”. In: *Rue Descartes*, Paris, N° 41, pp. 66-81, 2003/3.

LATOUR, B. “Como prosseguir a tarefa de delinear associações?”, In *Configurações*, no 2, pp. 11-27, 2006.

LECOURT, D. *La philosophie dès sciences*. Paris: PUF, 2006.

LOHSER, B e NEWTON, P. *Unorthodox Freud*. New York: The Guilford Press. 1996.

LUNA FREIRE, L. “Seguindo Bruno Latour”. In: *Comum*, Rio de Janeiro, v.11, no 26, p. 46 a 65, janeiro / junho 2006.

KLEIN, M. *Inveja e Gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

MEZAN, R. “Que significa ‘pesquisa’ em Psicanálise?”. In: MEZAN, R. *A sombra de Don Juan e outros ensaios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

———. O símbolo e o objeto em Ferenczi. In: Katz, C. (org). *Ferenczi: história, teoria, técnica*. São Paulo: Editora 34. 1996.

———. “Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise?”. In: *Natureza Humana* 9(2): 319-359, jul.-dez. 2007.

MIJOLLA, A. Anna O. (o caso-). In: MIJOLLA, A. (dir. Ger.). *Dicionário internacional da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2005.

———. Catártico (método-). In: MIJOLLA, A. (dir. Ger.). *Dicionário internacional da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2005.

MIJOLLA-MELLOR, S. Construção-reconstrução. In: MIJOLLA, A. (dir. Ger.). *Dicionário internacional da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2005.

STRACHEY, J. Apêndice a los ‘Trabajos sobre técnica psicoanalítica’. In: Freud, S. *Obras Completas v. XII*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2006.

WIDLÖCHER, D. Enjeux de la recherche. *Le carnet psy, juillet-aôut 2002*, pp. 24-25. 2002.

WINNICOTT, D. O brincar: uma exposição teórica. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975a.

———. O brincar: a atividade criativa e a busca do Eu (self). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975b.

PEREIRA, H. “A psique como rede de complexos: o encontro de Jung com Tarde e Latour”. In: FERREIRA, A.A.L. et al. *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

PESTRE, Dominique. *Introduction aux Science Studies*. Paris: Éditions La Decouverte, 2006.

POULICHET, S. “De la clinique à la recherche”. In: *Recherches en Psychanalyse* 2004/1, N° 1, p. 71-79, 2004. Disponível em: [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=REP&ID\\_NUMPUBLIE=REP\\_001&ID\\_ARTICLE=REP\\_001\\_0071](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=REP&ID_NUMPUBLIE=REP_001&ID_ARTICLE=REP_001_0071). Acesso em 01/02/2011.

PRISZKULNIK, L. A criança e a psicanálise: o “lugar” dos pais no atendimento infantil. *Psicologia USP*. São Paulo, Volume 6, n. 2, p.95-102, 1995. Disponível em: <http://pepsic.homolog.bvsalud.org/pdf/psicousp/v6n2/a06v6n2.pdf>. Acesso em 04/10/2010.

QUEIROZ E MELO, M. de F. “Mas de onde vem o Latour?” In: *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. Vol. 2, No. 2, São João del-Rei, Fev. 2008.

RHEINBERGER, H-J. “Gastón Bachelard and the notion of ‘Phenomenotechnique’”. In: *Perspectives on Science*, vol. 13. No.3, MIT, Cambridge, 2005.

ROAZEN, P. *Freud and his followers*. New York: Da Capo Press. 1992.

ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

ROUSSILLON, R. Recherche et exploration en psychanalyse. In: Emmanuelli, M e Perron, R. (orgs). *La recherche en psychanalyse*. Paris: PUF. 2007.

SABOURIN, P. *Ferenczi: paladino e grão-vizir secreto*. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. 2006.

STENGERS, I. *Quem tem medo da Ciência? Ciência e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1989.

———. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

ZOURABICHVILI, F. *O Vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.